

Felipe Coelho Iaru Yê Takariju

# ALIENINDI-Δ OS PORTAIS DOS MUNDOS



**UEPG**  
Universidade Estadual  
de Ponta Grossa

**proex**  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
E ASSUNTOS CULTURAIS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

VICE-REITOR

Everson Augusto Krum

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Edina Schimanski

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO RETOMADAS

Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó

Casé Angatu

Eliane Potiguara

Felipe Milanez

Florencio ReKayg Fernandes

Geni Nuñez

Gersem Baniwa

Márcia Wayna Kambeka

Taquari Pataxó

Felipe Coelho Iaru Yê Takariju

# ALIENINDI $\infty$ $\Delta$

## OS PORTAIS DOS MUNDOS



Copyright © by Felipe Coelho

Equipe editorial

<i>Edição</i>	Letícia Fraga e Ligia Paula Couto
<i>Revisão</i>	Eliana Souza Pinto
<i>Ilustrações</i>	Felipe Coelho Iaru Yê Takariju
<i>Capa</i>	Álvaro Franco da Fonseca Junior sobre desenho de Eliana Souza Pinto
<i>Projeto Gráfico e Diagramação</i>	Andressa Marcondes

T136a	Takariju, Felipe Coelho Iaru Yê. Alienindi: Os portais do mundo/ Felipe Coelho Iaru Yê Takariju. Ponta Grossa: UEPG-PROEX, 2021. 194 p; il.  ISBN: 978-65-86967-43-2 DOI: 10.5212/65-86967-43-2  1. Povos indígenas. 2. Cosmologia indígena. 3. Etnocídio. 4. Colonialismo. 5. Racismo. I. Takariju, Felipe Coelho Iaru Yê. II. T. III. Série.  CDD: 306.089
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Apoio- Editora UEPG

2021

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	8
APRESENTAÇÃO.....	10
INTUIÇÃO PARA A PRIMEIRA PARTE	
Este é o Brasil, o país dos equívocos.....	12
CAPÍTULO 1 - O TEMPO GRANDE ACABOU, MAS TUDO PERMANECERÁ	
Descobrimento não, invasão das terras indígenas.....	15
CAPÍTULO 2 - “QUISERAM NOS ENTERRAR, MAS NÓS SOMOS SEMENTES”	
“Desaparecimento dos indígenas no Siri-ará” .....	28
CAPÍTULO 3 - PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA “OFICIAL”: PRESSÃO COLONIAL E NARRATIVAS DE RETOMADAS	
Um breve palavreado .....	48
CAPÍTULO 4 - A HISTÓRIA “OFICIAL” COMO TECNOLOGIA DE MORTE	
História (artificial) “oficial” .....	59
CAPÍTULO 5 - GUERRA COSMOLÓGICA CONCEITUAL	
Estado-mercado: modelo de controle oficial.....	69

INTUIÇÃO PARA A SEGUNDA PARTE

Nossa linguagem é energia, somos memória, sonho e ação... 82

CAPÍTULO 6 - ESPAÇO-TEMPO DIFERENCIAL INDÍGENA

O ritmo da terra..... 85

CAPÍTULO 7 - UM BREVE PASSEIO PELA COSMOLOGIA OCIDENTAL “MODERNA”

Ciência “moderna”, a ciência da dualidade ..... 94

CAPÍTULO 8 - A GRAVIDADE DO “MUNDO MODERNO” *VERSUS* O RITMO DA TERRA

O ritmo da destruição..... 105

CAPÍTULO 9 - PERCEPÇÃO TRASCOSMOLÓGICA

O campo afetivo ..... 115

CAPÍTULO 10 - RETOMADAS

Conexões ancestrais ..... 122

CAPÍTULO 11 - NO SILÊNCIO DAS SOMBRAS VERDES

Retomada conceitual ..... 136

CAPÍTULO 12 -  $\lim_{n \rightarrow \infty} \Delta$

Solstício... ..... 159

OS PORTÕES DO MUNDO

(Narrativa da retomada de mundo dos Takarijú) ..... 187

REFERÊNCIAS ..... 190

*Dedico este livro ao planeta,  
aos que amam  
e a todos os povos indígenas originários da Terra.*

# AGRADECIMENTOS

Ao meu povo Takariju, em especial às mulheres Takariju.

A todos os indígenas que tombaram na luta contra a invasão do “mundo moderno”.

A todas as mulheres da minha família, que me ensinaram o amor, a olhar pro céu, a imaginar e a caminhar leve com os pés firmes no nosso chão. Sem vocês eu não estaria aqui. Agradeço por lutarem antes e agora junto comigo.

À Maria Balbino da Conceição, minha Tataravó, que trouxe toda a força encantada do nosso povo.

À Maria Vieira de Sousa, minha Bisavó, que me abriu os portões dos mundos Takariju.

À Maria Aldeci de Sousa, minha tia-avó, que me criou com muito amor.

À Ana Célia de Sousa, minha mãe, que me criou com muito carinho e dedicação.

À Regina Telma Coelho, minha mãe, que me carregou dentro de si e que me abriu os portões da vida.

Ao meu pai, Gonçalo de Oliveira Brito. Sua união com minha mãe me trouxe a vida.

Ao meu tio-avô, Luiz Gonzaga de Sousa, que sempre apostou em mim e me ajudou.

A todos os professores e professoras que me atravessaram e me deram um pouco de seus mundos, em especial, às professoras Cristiane Marinho, Lígia Paula Couto, Ada Kroef e Giselle Gallicchio.

À Claudiana Nogueira de Alencar, minha orientadora na graduação. Mais do que uma querida amiga, é uma aliada de vida que sempre acreditou em mim.



À Letícia Fraga, querida amiga e aliada de luta, orientadora e pessoa de enorme coração que sempre acreditou em mim, e ao Álvaro Fonseca, parente, aliado e amigo de vida, que apostou em mim e sempre se faz presente, aconselhando e ajudando. Sem vocês isso não seria possível.

Ao CEAI, ao PRAGMACULT e a todos os seus membros, que são amigos queridos.

À UEPG, que cumprindo com sua responsabilidade social em relação aos povos originários, financiou essa obra.

À Eliana Souza Pinto, que é minha companheira na vida, que me ajuda, escuta, acolhe e apoia, e que está sempre comigo. Sem ela esse trabalho não seria possível. Agradeço seu amor, companheirismo e carinho.

A todos os meus amigos de vida.

A todos os indígenas em retomada.

A todos os encantados que nos protegem e guiam.

# APRESENTAÇÃO

Não somos índios, não somos humanos e não somos animais. Tudo o que a ciência ocidental afirma sobre nossos povos não é verdade. Vocês não nos conhecem. É sob essa perspectiva, potencialmente polêmica para alguns, que o Alienindi ganha vida e força de ação. Uma obra movida por intuição e ousadia, que, a partir das visões do autor, de suas vivências enquanto Takarijú da Serra Grande, pode e pretende ajudar outros parentes no processo de Retomada. É um convite ao reencontro com nossas origens, ao pensamento crítico acerca dos conceitos coloniais que seguem nos violentando, um convite para pensar as diferenças que formam nossos povos e relação com a Terra. Uma obra que abre portais e oportuniza a criação e percepção de nossas próprias conexões e perspectivas de mundo.

O livro traz considerações importantes sobre as diferenças, sobretudo no que diz respeito à questão conceitual. O pensamento colonial criou polos e valora no extremo negativo tudo o que difere das suas estruturas. É preciso que lutemos pelo nosso direito de existir em nossas diferenças, sem que sejamos exotizados como fetish exploratório das ciências modernas. Nossas formas de sentir e pensar foram subestimadas por muito tempo, silenciadas como nossas línguas e narrativas, que precisaram encontrar formas de sobreviver ao esmagamento da narrativa hegemônica colonial.

Já fomos animalizados num sistema de referencial antropocêntrico em que o não-humano (leia-se não-branco) é sempre descartável; fomos “humanizados” neste mesmo sistema que nos transforma em escravos igualmente sem valor. Somos identificados de diversas maneiras através dos tempos, mas permanente e ostensivamente como inimigos, seres que não geram identificação e, portanto, não despertam empatia, ou se colocam como barreira ao progresso de um sistema que desrespeita, objetifica e explora todas as outras formas de vida. Somos, ao final, indefiníveis pelos parâmetros do mundo moderno, pois pertencemos a outros mundos, mas coabitamos o mesmo planeta.



Nossas lutas são diversas, nossas vivências de povos e narrativas também. A colonização não acabou e ainda avança, atuando de formas distintas contra nossos povos, porém com mesmo propósito. O plano conceitual é palco de guerra, onde nossas cosmologias e modos de vida são atacados, para que sejamos anulados por uma igualdade que nos descaracteriza e desliga de nossas raízes ancestrais a ponto de nos tornarmos vazios a sermos preenchidos pelas necessidades artificiais, pelos desejos que não são nossos, práticas que não são coerentes com a vida, pelo sacrifício do presente renunciado por um futuro que nunca chega.

O reconhecimento de todas essas diferenças implica na rejeição do ideal purista que nos impuseram da identidade de índio e do estigma do falso índio. Na aceitação de perspectivas não dualistas, encontramos potências de luta por uma existência harmônica com o planeta. Por isso, este livro é mais do que necessário, é um chamado à união dos povos e parentes através das palavras intuitivas do Felipe Coelho Iaru Yê Takarijue do sopro dos nossos encantados.

*Eliana Souza Pinto (Tremembé).*

# INTUIÇÃO PARA A PRIMEIRA PARTE

## ESTE É O BRASIL, O PAÍS DOS EQUÍVOCOS

Este é o Brasil. A história desse Estado-Mercado-nação é uma história oficial de equívocos. Equivocaram-se há 520 anos dizendo que nos “descobriram”. Erraram quando seus grandes sábios discutiam se tínhamos alma, raciocínio e sentimento, ou se éramos animais. Erraram em chamar de “progresso”, a morte, a ação de humilhar, de perseguir, conquistar, submeter. Erraram quando trouxeram a palavra de Deus para nos matar, com a desculpa de “evangelizar”. E erram ainda hoje, quando a este mundo chamam de “moderno”.

Erram quando dizem que nossas narrativas orais são lendas, que nossa ancestralidade é mito, que nossa ciência é mística, que nossas crenças são superstições, que nossos jogos, danças e vestimentas são folclore, que nossos governos são antidemocráticos, que nossa língua é travada, dialeto, que nosso amor é pecado e baixeza, que nosso andar é arrastar-se e nosso físico é feio, que somos os negros da terra, que nossa maneira é incompreensível.

Para eles, dar-nos um lugar é mostrar-nos a sepultura, a prisão, o esquecimento. No mundo Brasil, não cabemos, a menos que sejamos mudos, quietos, mortos. Se eles perseguem, encarceram e matam é lei. Se nós resistimos, é crime. Se eles mandam, é paz. Se nós resistimos, é guerra. Se eles falam, é preciso responder. Se nós resistimos, é preciso fechar os ouvidos.

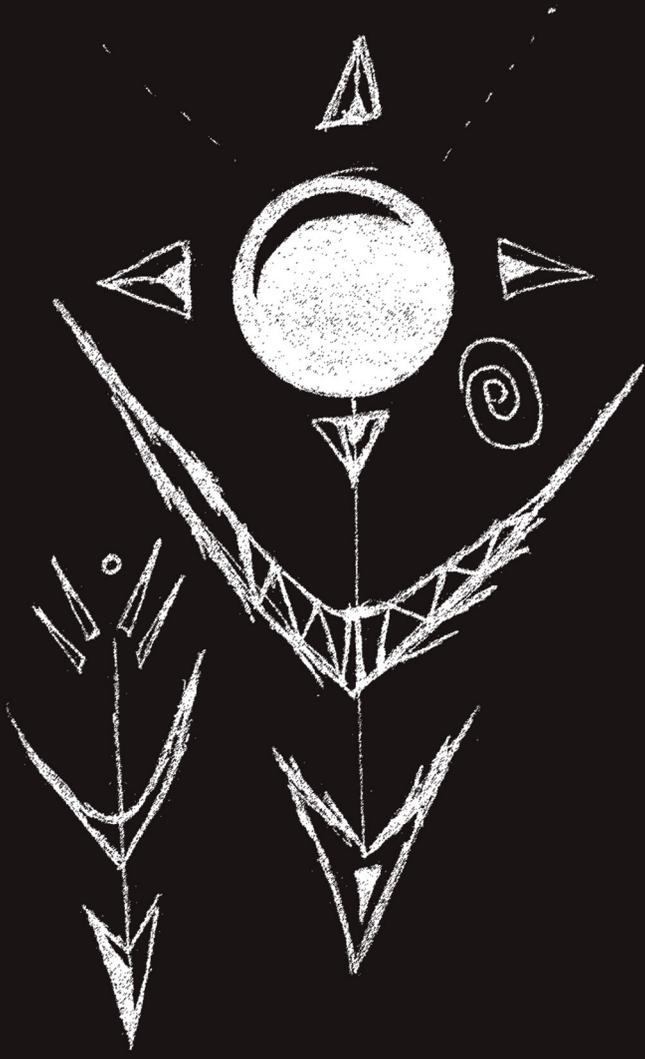
Mesmo diante de tudo isso, de todos esses erros, continuamos aqui, na Terra de nossos ancestrais (PINDORAMA), brotando dela, de sua vida e de sua força. Vocês nunca vão nos destruir. Enquanto houver Terra, continuaremos a brotar. Somos povos da esperança, somos os povos que sonham, aqueles que não se rendem, os filhos da Terra.



**“SOMOS OS DE ONTEM, MAS SOMOS NOVOS”. MIL GERAÇÕES  
VIVEM EM MIM.**

Somos a retomada de Pindorama.  
Indígenas da Terra, uni-vos!

*Coelho Takarijú.*



# CAPÍTULO 1

## O TEMPO GRANDE ACABOU, MAS TUDO PERMANECERÁ<sup>1</sup>

### DESCOBRIMENTO NÃO, INVASÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A disparidade fundiária no Brasil é a colheita maldita, fruto da invasão dos europeus e de todos os processos vigentes oriundos das épocas colonial, imperial e republicana até os dias de hoje. É forjada em processos de violentos avanços contra nossos povos originários, violência legitimada nas leis, forjando a posse das terras, criando uma verticalidade a partir da propriedade, impondo a nossos povos outras organizações e relações com a Terra. A partir disso, cria-se toda uma tensão de guerra cosmopolítica que envolve a questão fundiária relacionada aos povos indígenas e à demarcação de suas terras.

Os problemas fundiários no Brasil são acontecimentos oriundos da colonização e de tudo que ela traz, ou seja, a fundação e formação do Brasil é o próprio problema no que se refere à posse e luta pelas terras. Antes disso não se fazia guerra pela Terra. Por essa razão, a percepção da Terra enquanto propriedade e lucro é o principal problema da formação fundiária do país. Essa percepção tornada sentimento “naturaliza-se” como sociabilidade e isso vai mudando a relação não só com a Terra, mas com a vida. O sequestro e encarceramento da Terra em favorecimento do desenvolvimento territorial e econômico do Brasil atinge diretamente o modo de vida dos povos indígenas, que são os mais violentados quando se trata da questão fundiária no país.

---

<sup>1</sup>“Suaquamussará”, profecia Tremembé.



Quando os europeus invadiram as terras indígenas no início da colonização, os povos originários foram perdendo autonomia sobre as terras que habitavam e sobre suas formas de vida. Então se iniciou um dos processos que formou e forma o Brasil até hoje do ponto de vista fundiário, a grilagem. A invasão das terras indígenas foi oficializada por grandes processos de roubo, que tinham todo um aparato “legal” de falsificação das documentações do território, feito pelos portugueses e outros povos europeus, amparado em suas instituições burocráticas. Esse foi o início de um dos processos de sequestro e encarceramento das terras, que destituiu os povos originários do seu livre acesso a elas, transformando terras livres em terras cativas, controladas pela vontade do colonizador, e os povos indígenas, filhos delas, em invasores. Com o roubo das terras e a transformação das terras livres em “terras da coroa”, os portugueses e os demais europeus tornaram-se donos “legais” do Brasil, mas filhos ilegítimos da Terra.

O Brasil, como nação em sua formação fundiária e ideológica, é fruto de um grande projeto físico e metafísico de roubo, assassinato, genocídio, estupro, epistemicídio e grilagem. A megalomania dos europeus era tamanha que, antes da chegada dos invasores no que hoje são terras brasileiras, eles já se consideravam donos dessas terras, a partir do tratado de Tordesilhas. Portanto, quando iniciada a colonização *in loco*, os primeiros invasores já chegam com o pensamento de que essas terras eram suas propriedades. Com as capitânicas hereditárias<sup>2</sup> e as sesmarias<sup>3</sup>, é implantado o embrião da propriedade privada no Brasil.

A transformação das terras livres em propriedade da coroa, ou seja, em terra apreendida, teve início através das concessões de Sesmarias, das trocas e legitimações de posses pela coroa que aconteceram no decorrer do período colonial do país. Porém, outra “transformação” junto ao avanço territorial começa a ocorrer nesse processo, que é a transformação cosmológica nas formas de viver dos povos originários. Essa transformação de

---

<sup>2</sup> As Capitânicas hereditárias foram pensadas a partir das expedições de invasão de Martim Afonso Sousa, em 1530, mas só foram verdadeiramente implantadas pela coroa portuguesa a partir de 1534. O sistema de capitânicas hereditárias consistia em dividir o território invadido em pedaços de terra, cedidos a nobres de confiança da coroa.

<sup>3</sup> O nome sesmaria provém de sesmar, dividir. No Brasil, o sistema de sesmarias foi implantado para garantir a posse do território, já dividido em capitânicas hereditárias. O sistema de sesmarias durou de 1534 até 1822, quando foi abolido.

âmbito cosmológico atinge os espaços-tempo dimensionais da vida livre dos povos originários com a Terra. O **campo afetivo**<sup>4</sup> gravitacional da Terra de cada povo mudou com a chegada do vírus destruidor do invasor europeu, uma mudança que atingiu a afinidade, a percepção e a relação com a Terra.

A mudança relacional de cada povo em sentir a Terra e da Terra sentir o povo também mudou, pois a Terra passou a ser escravizada por um modo de exploração/ produção/ pensamento trazido com e pelos invasores. Essa mudança traz a guerra cosmológica que inclui a guerra pela Terra. Desse modo, para nossos povos originários, estamos em guerra desde 1500, lutando junto com a Terra e os seres que a ocupam por sua liberdade e para não sermos extintos.

As dinâmicas dos espaços-tempo nas frequências dos modos de vida dos povos originários foram abaladas e, a partir de então, passaram a existir outras frequências interagindo com a Terra, convivendo com os povos, uma frequência de existência que não sente o espaço-tempo junto com a natureza como cúmplice, mas, sim, como objeto de exploração e lucro. O tempo e o espaço que os invasores utilizam para controlar os movimentos históricos é o tempo *kronos*, cronológico, linear, um tempo-espaço contado, demarcado e encarnado como universal, que foi implantado e imposto pelos invasores aos indígenas na figura dos aldeamentos e da capela (igreja).

As missões eram demarcação e controle do território, cercando os indígenas num espaço menor, tirando deles a liberdade de deslocamento pelas terras, impondo limites aos seus corpos e às suas dimensões de pensar o espaço e o tempo, mudando suas dinâmicas de relação com a natureza. Se antes o indígena tinha a Terra livre para ir aonde quisesse, agora só poderia ficar no cercado do território da missão, subordinado à figura do jesuíta e do rei; se antes ele se baseava no tempo observando e sentindo a Terra, hoje ele conta as horas a partir do sino da igreja. Assim, uma experiência de referencial artificial de espaço-tempo implantada pelos invasores começa a ganhar forma e vai violentando os povos originários.

---

<sup>4</sup>Entendo campo afetivo como algo comparado à teoria quântica de campos, em que os campos das coisas, a matéria, a energia, a frequência, tudo influencia a vida e em como viver. Para conhecer mais sobre o tema, sugerimos a leitura de “O Universo Elegante”, de Brian Greene (Editora Companhia das Letras).



Controlar a sociabilidade a partir do controle do espaço-tempo é uma ferramenta da colonização, isso vai minando a singularidade dos povos aldeados enquanto povos originários. No regime de funcionamento das missões jesuíticas dos aldeamentos, conviviam juntos diferentes povos, obrigatoriamente, visando à mestiçagem, à mistura e descaracterização da língua e dos costumes singulares de cada povo para produzir uma única massa de identificação.

Transformada a postura de relação com a Terra, transforma-se a relação de vida com ela. A Terra usada como propriedade, ou seja, a Terra enquanto território, com título, é apartada daquele que a ocupa, causando um estranhamento entre ela e quem a tem como dono. O “eu” e a Terra não são um, o “eu” é dono da Terra. Aquele que quer ser “dono” da Terra é alheio a ela, não a sente como vida, só a enxerga como meio de exploração e produção.

Com a transformação da vida em propriedade, transforma-se também a forma de se relacionar com ela. A relação de cumplicidade, respeito e vida com a Terra, dá lugar a um modo de produzir, à morte e à destruição. O caráter exploratório de destruição da Terra e da vida começa com as invasões europeias desse período e vai se estendendo por todo o planeta de maneira mais intensa e voraz até os dias de hoje, se atualizando cada dia mais no capitalismo, destruindo e devorando a Terra. Os povos indígenas desde esse primeiro período estão lutando e resistindo contra essa investida de destruição do planeta. Esse é o fator principal dos conflitos cosmológicos entre os povos indígenas e os Estados-Mercado-nação. De um lado os que se veem e se sentem filhos da Terra, pertencentes a ela e, do outro, aqueles que se acham donos da Terra e por isso se acham no “direito” de escravizá-la e explorá-la de maneira predatória.

O etnocídio dos povos indígenas andou/anda lado a lado com o processo de alienação das terras e com a mudança de relação com a Terra. Os modos de vida indígenas foram confrontados pelo modo de produção escravista colonial, pela monocultura e pela alienação das terras. O modo de produção implantado pelos invasores não tem características apenas econômicas, mas principalmente cosmológicas, pois prevê outra relação com a Terra, esvaziando-a como ser vivo para fazer funcionar um modo de explorar, devorar tudo da Terra como um objeto apenas em nome do

lucro. Lucrar não diz respeito somente ao dinheiro, mas também ao modo de pensamento individualista, personalista, consumista, egocêntrico, que se espalha pelo cotidiano e vai moldando-o, tornando-se referencial de relações oficiais, de uma socialização artificial implantada pelo Estado-Mercado-nação.

O modo de produção-exploração também arrasta consigo um modo de sociabilidade, um modo de relação com a vida, apresentando-se como único modo possível de relação com a Terra e com a vida. O modo de produção capitalista cria uma temporalidade-espacial própria, artificial, gerando, a partir disso, sua historicidade própria. Tempo e espaço são produzidos também, tudo é produzido artificialmente e pode ser consumido, “otimizado”. No Estado-Mercado, sempre se está produzindo em demasia, o tempo é o da produção. Todo dia é produzido um “futuro novo” e todo dia é descartado um “passado”. O produto novo é o desejado pela psique do consumidor. O consumidor-cidadão “de bem” é o “sujeito” de encarnação dessa historicidade, espacialidade e temporalidade do Estado-Mercado.

O projeto colonizador é um projeto de criação de um mundo artificial e ampliação desse mundo a único mundo possível, ele vai consumindo todas as outras formas de vida e transformando tudo no igual, igual a ele, regendo as formas de vida, impondo sua violência de ação e avanço tecnológico. As formas de vida que não aceitam essa imposição, criam estratégias de luta e retomada contra as tecnologias da invasão colonial, essa é a força dos nossos povos.

## **A INVASÃO EUROPEIA NO CEARÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL**

O período Sesmarial estendeu-se até o século XIX e só terminou de fato, quando surgiu outro regime de propriedade no Brasil com a chamada Lei das Terras, de 1850<sup>5</sup>. Contudo, qual o “legado” da formação fundiária do Brasil para os povos originários? E como todo esse processo de guerra pela Terra é ponto crucial para a emergência dos povos originários no

---

<sup>5</sup> Em termos gerais, dispõe sobre as terras devolutas no Império e sobre as que eram possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais.



Nordeste, a partir da década de 70, e no Ceará, a partir da década de 80 do século XX? Pensar sobre isso e sobre esses interesses nos faz perceber que essa guerra não é e nunca foi apenas por território, mas, sobretudo, é uma guerra cosmológica de extermínio dos modos de viver dos povos originários, em nome de uma unidade social, epistemológica e cosmológica chamada Brasil.

A implantação “perfeita” do modo de produção capitalista no Brasil requer a exploração máxima da Terra para aumento do lucro. Entre o Estado-Mercado e a concessão de exploração máxima das terras brasileiras por mineradoras, hidrelétricas, empresários do ramo do turismo, agronegócio etc, existem os povos indígenas, que vivem, sentem e se relacionam com a Terra em outro ritmo, um ritmo que requer cumplicidade, uma afinidade de percepção com todos os seres que vivem e se relacionam com o planeta. Essas duas posturas de pensar a ocupação da Terra estão em constantes conflitos, que expõem graves questões cosmopolíticas. A Terra sendo devorada pelo capital altera a sua gravidade de vida e ação, fazendo disso um significativo problema para os que vivem da Terra e no planeta. Os povos indígenas são os povos de resistência da Terra contra o modo de produção de morte capitalista.

Nessa guerra cosmológica contra nossos povos originários, foram criadas algumas tecnologias de invasão, pensadas para irem destruindo e apagando nossos povos na mesma medida que vão criando a “história artificial” e impondo seus métodos de vida e sociabilidade, transformando povos plurais em uma massa de população genérica. Essas tecnologias de invasão implantadas pelos invasores foram demarcando o seu ritmo no cotidiano, nas leis, no imaginário e na forma de sentir a vida, atingindo as formas de resistência dos povos originários, mas não nos aniquilando por completo, pois fomos nos adaptando e mudando, continuando a luta.

O Nordeste é um lugar de constante e violenta luta para os povos indígenas, o local de primeira invasão, de maior permanência e de violento ataque aos povos originários. A destruição dos modos de vida indígenas no Nordeste teve maior ação entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. A invasão começou pelo Nordeste, por isso trouxe mais consequências danosas ao longo do tempo aos povos originários desta região.

As chamadas missões de aldeamentos religiosos, implantadas pela Igreja em comunhão com a coroa, foram tecnologias de guerra utilizadas pelos invasores europeus para controlar, cercar e limitar os povos originários, mudando a perspectiva, a postura de sentir a vida e o espaço-tempo dos povos indígenas, substituindo pelo seu, que tem na propriedade e na penitência da Igreja seus marcadores de orientação na vida.

Os aldeamentos missionários tinham em seus projetos de funcionamento três objetivos “principais”: misturar, amansar e criar mão-de-obra servil. “Misturar” povos diferentes, com intuito de enfraquecer suas organizações singulares enquanto povos. Através da penitência e religião, objetivavam “amansar” os indígenas, tornando-os tementes a um deus, implantando o pecado como tecnologia de servidão, garantindo que aqueles povos não iriam se rebelar, “civilizando-os”. Já misturados, amansados e civilizados, os indígenas aprenderiam a trabalhar e a gostar do trabalho como modelador de caráter, resultando em obediência e combate à “vadiagem”, alcançando o objetivo de produzir mão-de-obra escrava indígena para atender à demanda de produção e avanço colonial em terras brasileiras.

Outro fator que contribuiu para caracterizar essa “mistura” e para descaracterizar o indígena-índio, foi o decreto do diretório pombalino<sup>6</sup> que buscava integrar o indígena à colônia nos termos de “civilidade, cultura e comércio”, ou seja, destruir a relação de povo que o indígena tinha com seus parentes e a sua relação de cumplicidade e vida com a Terra, concretizando o plano de transformar os “selvagens” em colonos, subordinados à coroa portuguesa, civilizados, normatizados às leis. Assim, deixariam de ser indígenas pertencentes a um povo singular, para se tornarem colonos e, posteriormente, cidadãos pertencentes a um Estado-nação, processo “natural” de colonização e de extermínio da pluralidade dos povos para se adequar à “igualdade” perante as leis do Estado-Mercado.

Isso perdura até os dias atuais, pois a colonização não foi homogênea, ela ainda acontece. O Estado brasileiro ainda tenta deslegitimar os povos originários de diferentes maneiras, visando à escravização total da Terra

---

<sup>6</sup>O chamado **Período Pombalino**, compreende os anos de 1750 até 1777, quando o ministro de Estado português, Marquês de Pombal, implantou inúmeras novas regras e leis no Brasil colônia. Uma dessas leis foi a expulsão dos jesuítas para alavancar a invasão das terras e a destruição dos povos indígenas.



para a extração máxima de lucro, e quer a todo custo, desde 1.500, eliminar os povos indígenas para se apoderar e lucrar com suas terras.

A partir do movimento da mistura e mestiçagem, o Estado-Mercado quer impor que os povos originários estão aculturados, misturados, portanto, não são mais indígenas e, sim, brasileiros; e se os indígenas são “todos brasileiros”, as terras são de “todos” e todos são iguais perante as leis da nação. No entanto, o Estado-Mercado-Nação é regido pelos interesses do lucro e controlado por grandes empresários, banqueiros e latifundiários, que querem as terras só para si; as terras não pertencem à “nação”, mas a uma minoria egoísta que faz política desde a época da colônia para se manter no poder e na posse da máquina bélica, legislativa, burocrática, judiciária e executiva. Essa perspectiva de ocupação da Terra que o Estado-Mercado traz em sua formação de subjetividade, coloca nossos conhecimentos ancestrais como conhecimentos de nível inferior. Torna-nos todos “iguais”, todos pobres em diferentes sentidos, e os que não partilham do seu pensamento, como nós, indígenas, são designados como primitivos, obsoletos.

O conceito de “Estado-nação” é abstrato e metafísico, só existe no imaginário e na figura da bandeira e da representação, ele não existe de fato, pois é governado por poucos. O sistema colonial de burocracia e benefícios que só servem a esses senhores, vem manipulando o poder desde 1500. O sistema se atualiza, mas a ideia-esquema do “lucro para poucos e miséria para muitos” continua vigente. A pobreza que o Estado-Mercado compartilha é também uma pobreza de experiência com a Terra, com o outro, uma sociedade do “eu” em que o relacionar-se com o outro é apenas num sentido competitivo, comparativo e depreciativo.

Entendemos que todos que vivem neste planeta estão ligados à Terra, sentimos isso através do peso da gravidade de cada povo e da relação que eles compõem com a Terra. Os “homens modernos” não sentem mais essa relação, ela foi substituída pela relação de sociabilidade da competição e exploração do capital. Numa velocidade enorme, o capitalismo vai devorando e mudando a paisagem do planeta, mastigando a Terra, destruindo nossos parentes, rios, montanhas, animais, insetos, todos os povos originários que estão ligados a ela. Para nós, indígenas, os povos originários da Terra são todos esses.

Nós, povos originários, estamos com a Terra e a destruição dela atinge diretamente nossos conhecimentos, pois nossa biblioteca “central” é a Terra. Aprendemos com os parentes animais, rios, montanhas, vento, chuva, sol e lua; compartilhamos a vida, tudo nos ensina, tudo faz parte de nossa experiência coletiva e de nossa ciência ancestral. A experiência coletiva vai compondo, movendo e criando a memória singular de cada povo. A singularidade de cada povo é composta, atravessada, flui junto com os saberes coletivos da Terra. Nossa singularidade é coletiva. É “Nossa” Terra e não “Minha” terra. Essa é uma das diferenças cruciais entre as cosmovisões dos Estados-Mercado e a indígena, que estão em guerra aqui já faz 520 anos.

## SIRI-ARÁ ANTES DOS INVASORES: O QUE É SER FILHO DA TERRA?

Historiadores e pesquisadores “modernos” do começo do século XX que escreveram algo sobre nossos povos<sup>7</sup>, consideraram a hipótese de que não seríamos AUTOCTONES<sup>8</sup>, pois seríamos povos que migraram da América Central, ou seja, seríamos povos ALÓCTONES<sup>9</sup>. A perspectiva exposta por esses pensadores em seus trabalhos científicos mostra como eles nos veem e mostra como criam conceitos para deslegitimar nossos povos da conexão com a Terra, ao mesmo tempo que legitimam a colonização. Essa postura em relação aos povos originários vem desde o início da guerra de invasão em 1500, constantemente eles querem nos deslegitimar, dizer que não somos indígenas da Terra, para legitimar o roubo das terras, seus conceitos e a destruição de nossa relação com a vida. A ciência ocidental é usada até hoje como tecnologia de invasão para fazer guerra aos nossos povos.

No Ceará, que não tinha esse nome e nem as fronteiras que tem atualmente, nossos povos viviam livres, povoando todo o território e se espalhando até por onde hoje são os estados do Piauí, Rio Grande do

<sup>7</sup> Carlos Studart Filho, em *Aborígenes do Ceará I e II*, e *Notas Históricas sobre os indígenas cearenses*; Padre Luiz Figueira, em *Relação do Maranhão*, 1608; Thomas Pompeu Sobrinho, em *Tapuias do Nordeste*; dentre outros.

<sup>8</sup> O que ou quem é natural do país ou da região que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene; indígena.

<sup>9</sup> Aquele que não é originário da região onde habita.



Norte, Pernambuco, Maranhão e Paraíba. As nossas populações tinham suas próprias organizações de vida. Existiam migrações sazonais, festas, guerras, alianças, mas nunca com o objetivo de extermínio de um povo ao outro. Nossos povos sabem que as diferenças que existem entre nós é o que nos torna fortes, a diferença é o que faz o planeta equilibrado. O planeta é diferente e é na diferença que vivemos bem. O argumento da migração é também utilizado pelos invasores para nos expulsar das terras e escravizá-las. As migrações mudaram com a chegada dos invasores. Eles trouxeram outro tipo de movimento, uma guerra de extermínio, uma guerra que declara morte à diferença. Neste ponto, começa toda uma mudança relacional de campo gravitacional da vida: não só nossos povos vão ser alvo de extermínio, mas a Terra também.

As perspectivas de vida dos nossos povos enquanto singularidades são de diferença. Na singularidade de povo de cada experiência coletiva, acontece e vive um céu. Céus emaranhados, compartilhados com os outros diferentes povos em cumplicidade com a Terra. Nossos povos se encontram e se emaranham numa rede de sentimento com a Terra. A Terra é campo de cumplicidade, nossa morada. A partir da invasão europeia, esse campo sofre uma mudança considerável, a guerra de extermínio faz mudar as relações. Os invasores europeus só veem e sentem a terra como fonte de exploração e lucro, não como cúmplice.

As perspectivas diferenciais de relação com a vida entre povos originários e invasores europeus entram em choque permanente e mostram-se na forma como se relacionam os povos em guerra e na guerra. Essa guerra não tem data de começo, ela não tem passado, presente nem futuro. Ela é constante. A colonização é todo dia. As tecnologias de invasão utilizadas pelos colonizadores têm como base a destruição da forma de vida dos povos originários e implantação pela força e violência, da forma de vida deles. É isso que é a colonização, tomar de assalto, saquear o corpo, a terra, o espírito, roubar, mentir, estuprar, matar. Também é a criação ideológica de conceitos fortificando as tecnologias psicológicas da colonização.

A pergunta “de onde vêm os povos originários do Ceará?” não busca responder apenas a uma perspectiva histórica de “origem”. O que está ancorado a esta resposta, o que está por trás da tentativa de responder “de onde vêm” nossos povos? Quando se afirma que nossos povos não são



daqui, e sim vieram em migrações, afirma também a ideia de que nossos povos não são AUTÓCTONES, ou seja, indígenas. Esse debate torna-se crucial para o avanço colonial sobre as Terras dos povos originários do Ceará, pois “se esses povos não são originários dessas terras, as terras não pertencem a eles”.

Essa perspectiva de pensamento é legitimada pela ciência e pelos pesquisadores e historiadores que escrevem a “história oficial” da colonização, justificando o avanço e as mortes no processo. A ciência, por sua postura universal incutida em seus métodos, coloca como sinônimo de verdade seus discursos e narrativas históricas acerca dos nossos povos. Então, quando a ciência diz que somos povos ALÓCTONES, ou seja, alienígenas da terra, cria-se o conceito e a justificativa perfeita para o avanço colonial, baseado numa verdade inventada pela própria ciência, que é criada pelos colonizadores e serve aos seus propósitos. Assim, percebemos que o movimento de colonização implantado não é apenas físico, territorial, mas também histórico, científico e conceitual.

Esse processo colonizador vem se atualizando ao longo dos séculos de guerra contra nossos povos. No Siri-ará, o território era/é bem ocupado por nossos povos. Serra, litoral, sertão e ribeiras de rios eram, e ainda são, locais de ocupação e vida das diferentes singularidades de povos indígenas. O movimento entre nossos povos era constante: festas, guerras, migrações sazonais, busca de alimento, caça, coleta, agricultura. Viviam-se diferentes vidas e todos os povos que se conheciam, se respeitavam. Nossos antigos nos falam que nunca foi travada uma guerra de extermínio antes da invasão europeia.

A maioria dos povos praticava migrações que aconteciam de forma sazonal, determinadas pela época do ano, ou por algum deslocamento impulsionado pelo encontro com outros povos, mas isso não significa que nossos povos não se estabeleciam em aldeias por épocas. A fixação em aldeias, durante um período, frequentemente ocorria ao longo do vasto caminhar pelo território. Tudo acontecia pelo sentir o campo da Terra. O campo e o ritmo do movimento eram sentidos e assim nossos povos iam se movendo, movendo a energia de cada povo e atualizando suas experiências de vida, de viver junto à Terra e ao território. Nossos povos são singularidades que entendem o movimento como algo necessário, mover-se na hora certa, sentir o momento certo, conectar-se com os sonhos da Terra.



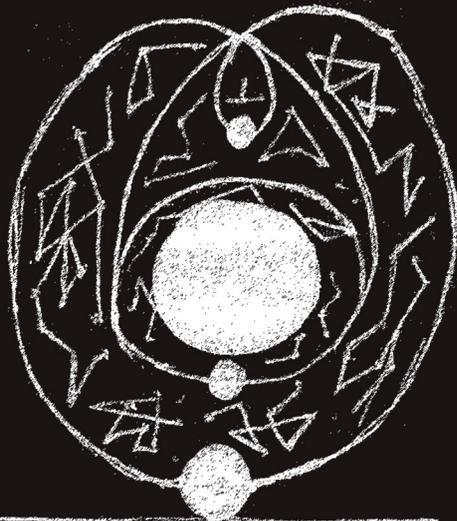
A dinâmica do movimento dos nossos ritmos de povos mudou com a invasão dos mundos ocidentais, mudou o ritmo de vida, do campo, do caminhar, de se mover. Implantaram, a partir da violência, outro movimento, outra energia, outro ritmo. Por isso, nossos povos tiveram que também mudar o seu ritmo, para continuar a viver e a sentir a Terra. As migrações não aconteciam mais por percepções de sentimento, agora eram para se esconder, fugir do extermínio gerado pelo modo de produção trazido pelos ocidentais, as Serras e o Sertão tornaram-se locais estratégicos de esconderijo e tática de guerra.

Com a invasão tudo muda. A primeira mudança é a mais “sutil”, mas também uma das mais importantes: a mudança do campo de vida, invisível aos olhos físicos, mas sensível aos olhos do sentimento. Nossos povos sentiram o peso da invasão e ali souberam que “o tempo grande terminou, mas que tudo iria permanecer”, pois o que permanece em nossos povos é a mudança e o encantamento com a Terra e com os nossos antigos, para continuarmos a viver nossas vidas e nossos modos de ser em cumplicidade com a Terra. Nosso tempo grande acabou, mas nossa ligação com a Terra, nosso encantamento e nossos modos de ser, permanecem, e isso é o que nos faz saber e sentir que somos parte de povos originários da Terra. Não é a ciência que nos traz essa confirmação, mas o sentimento, nossa ancestralidade e os sonhos com a Terra, que se revelam para nós através da nossa memória ancestral, linguagem e energia.

O silêncio da Potencial

O silêncio da potência

O SILÊNCIO DA POTÊNCIA



04.05.18

NÃO CORPO — O M CAMPO

# CAPÍTULO 2

## “QUISERAM NOS ENTERRAR, MAS NÓS SOMOS SEMENTES”<sup>10</sup>

### “DESAPARECIMENTO DOS INDÍGENAS NO SIRI-ARÁ”

A questão indígena nunca foi uma questão homogênea no território nacional, principalmente no que se refere aos povos indígenas no Nordeste, e em específico aos povos indígenas do Ceará. O Nordeste foi local de permanente e intensa guerra, uma guerra não só física, mas também religiosa, ideológica, psicossocial e relacional, vivida no cotidiano desses povos desde 1.500 até os dias atuais. A capitania que hoje é o Ceará tem sua particularidade histórica quando se trata dos povos indígenas, pois foi um dos pontos de maior resistência desses povos contra os invasores europeus no Brasil.

Na capitania do Siará Grande, antigo nome do Ceará, como na maioria dos estados do Nordeste, se deu o “fenômeno” do “desaparecimento” dos povos originários. A extinção foi declarada, “naturalmente”, através de relatórios oficiais no século XIX, mais precisamente a partir do ano de 1863<sup>11</sup>, enterrando a experiência coletiva indígena nas terras cearenses, colocando-a apenas como referência do passado. Esse fenômeno foi moldando o imaginário coletivo dos habitantes dessa região e do Brasil, criando o mito de que no Nordeste, no Ceará, não existem mais povos originários.

---

<sup>10</sup> Provérbio indígena.

<sup>11</sup> Ver: 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir, de Ticiane de Oliveira Antunes.

Se perguntarem sobre isso a um “cearense comum”, ele responderá que no Ceará não existem mais povos originários.

No decorrer da segunda metade do século XIX, essa desinformação ganhou força e se cristalizou como “natural”. O Estado-Mercado naturaliza a destruição da memória dos nossos povos e relaciona a nossa experiência coletiva a um tempo antigo, ultrapassado e não verdadeiro. Ele quer nos transformar em parte do passado da sua temporalidade-espacialidade cronológica artificial, eliminando nosso presente e futuro. Essa análise espaço-temporal amplia-se para além da questão social, econômica e política, ela apresenta outras características da guerra cosmológica entre Estado-Mercado e povos originários.

Nós, povos originários, estamos em guerra cosmológica contra o Estado-Mercado. O suposto “desaparecimento” dos povos originários no território cearense se deu também por interesses cosmológicos, e não apenas econômicos. O interesse em “civilizar” os “selvagens” não era apenas para lucrar com eles e com o roubo de suas terras, mas também objetivava assassinar sua singularidade ancestral, colonizando seu pensamento e modo de vida, tomando suas mentes, almas, tempo, espaço, corpos e sentimentos, mudando suas relações consigo mesmos e com a Terra para garantir que esse seja um movimento sem retorno, e depois lhes tomarem os territórios.

O mundo ocidental “moderno” quer colonizar os mundos indígenas, destruir a diferença e pluralidade para implantar a igualdade genérica do Estado-Mercado. Por isso, proponho pensar a questão indígena no Ceará e no Brasil não apenas como um problema geopolítico e econômico, mas como uma questão cosmopolítica, um problema que transpassa relações de frequências de vida, mais que econômico e de classe.

Após essa análise, ficam mais explícitas a intenção e estratégia do poder geral e local do Estado-Mercado no intuito de destruir os povos indígenas. Eles deslegitimam a singularidade dos povos, destruindo e proibindo suas práticas de vida, tornando-os “índios mansos”, implantando o pecado como lógica de punição e rédea para depois alienar as terras, transformando-as em bens, colocando-as à venda para serem compradas pelos donos do lucro. Assim, os invasores deixam de ser invasores e adquirem “legalmente” as terras, passam a ser donos, transformando os povos

indígenas de povos invadidos em indigentes, sem-terra, invasores. Essa é a inclusão que exclui. Incluídos no Estado-Mercado, mas excluídos da vida.

Essa questão mostra que o corpo do indígena, era/é disputado juntamente com sua Terra, pois corpo e Terra não se distinguem para os povos originários. E corpo aqui não se entende apenas pelo corpo físico, mas também o corpo coletivo ancestral e extrafísico. Esses dois temas estavam em debate pela coroa quando se tratava dos povos indígenas: o destino de suas terras e a mão-de-obra escrava indígena. Mas o que fazer com aqueles que não são mais “índios”? Esta é uma questão que ainda hoje permanece, uma confusão criada pelos invasores, dificultando o afirmar desse lugar de escolha, do pertencer à Terra para os povos no Nordeste. No Nordeste, nós, indígenas, temos que provar que estamos vivos e que somos indígenas todos os dias.

## GUERRA AOS “SELVAGENS” DO SIRI-ARÁ: TECNOLOGIAS ASSASSINAS DA COLONIZAÇÃO

No Siri-ará existiam muitos povos. Há uma estimativa de, no mínimo, 22 nações Tapuyas<sup>12</sup> e outras 70 aldeias Tupi<sup>13</sup> apenas na Serra da Ibiapaba. Com a invasão, tudo mudou conceitualmente, inclusive a forma de se aldear. Se antes existiam as diferentes aldeias de diferentes referenciais e organizações indígenas, com a invasão foram implantadas, à força e violência, as missões de aldeamento religioso. Aldear é se organizar em pensamento coletivo, é sentir a vida em conjunto, é passar as experiências coletivas adiante.

A partir de um aldeamento, seja ele fixo ou móvel, pode-se perceber e sentir experiências coletivas de um povo. Os aldeamentos dos nossos povos eram fluidos, fixos e móveis ao mesmo tempo, pois isso dependia da sensação e da percepção do povo em relação à Terra. As aldeias fixas de referencial indígena funcionavam em coletividade, independentemente da forma de

<sup>12</sup> Nome genérico e preconceituoso utilizado pelos invasores para identificar, de forma errada, os povos que não eram tupis.

<sup>13</sup> Nome genérico e preconceituoso utilizado pelos invasores, de maneira errada, para designar os povos que eram seus aliados.



organização do povo, pois nós, povos indígenas, nos entendemos como povos coletivos e seres coletivos. O individual é virtual e não existe como para os ocidentais. As aldeias móveis funcionavam como dunas móveis, iam fluindo com o vento, encontrando locais onde o campo da Terra iria proporcionar uma experiência coletiva de sustentação para aquele povo.

Com a invasão europeia, outra forma de aldeamento foi implantada na base da violência e essa forma de se aldear foi elevada à única forma verdadeira, oficial e legal. As missões de aldeamentos religiosos de referencial ocidental se colocam em contraposição às aldeias de referencial indígena, criando um binarismo no conceito de aldeia. As aldeias de referencial plural indígenas eram combatidas e colocadas como hereges em suas formações e organizações, enquanto as missões e aldeamentos religiosos eram considerados locais de educação e formação do homem civilizado. As aldeias indígenas foram colocadas no polo negativo do pensamento binário eurocêntrico, já as missões de aldeamento religioso no polo positivo de libertação.

As missões de aldeamentos religiosos dos invasores funcionavam e se organizavam com base no pensamento binário dos povos ocidentais, ou seja, de maneira genérica e homogênea, pensada, sentida e organizada segundo uma dualidade extremista, provinda dos pensamentos “clássicos” da Europa: bem/mal, verdadeiro/falso, belo/feio, justo/injusto, etc. Já as aldeias de referencial indígena funcionavam a partir da pluralidade de vida e de pensamentos dos diferentes povos. Tinham em suas organizações as experiências singularmente coletivas de cada povo com a Terra.

A partir dessas perspectivas diferentes de sentir a vida, a guerra entre esses mundos, iniciada com a invasão europeia, começou a criar outras tecnologias de extermínio dos nossos povos. O objetivo dos invasores era se estabelecerem aqui em nosso lugar, mas não apenas fisicamente. Eles queriam que nós nos tornássemos deles, iguais a eles, esse é o objetivo final de uma colonização. As missões de aldeamentos religiosos representam uma dessas tecnologias, mas houve outras tão assassinas quanto. Podemos elencar algumas que, para nossos povos no Ceará, foram e ainda são difíceis de combater: a mestiçagem, as guerras justas e a conversão. Esta última começa apenas com as missões de aldeamentos religiosos.

## MISSÕES DE ALDEAMENTOS RELIGIOSOS: TECNOLOGIA COLONIAL DE DEMARCAÇÃO DE ESPAÇO, TEMPO E MORTE

As missões de aldeamentos religiosos, como já mencionado, funcionavam com base no pensamento colonial de regime ocidental. Suas estruturas de formação e dinâmica de relação eram pautadas e moldadas a partir dos vilarejos europeus. Possuíam o intuito religioso de levar a “verdade” do deus único da Igreja e converter os indígenas à forma única de sociabilidade do povo ocidental. Para isso, eles praticavam o regime cativo de escravidão, pois acreditavam que só assim conseguiriam exterminar a selvageria daqueles povos, “civilizando-os e libertando-os dos pecados em nome de Deus”. A coroa, que comungava da mesma premissa violenta de pensamento binário da Igreja, casa-se perfeitamente com ela. Logo, as frentes oficiais e espirituais estavam atuando em conjunto no assassinato dos povos originários, implantando violentamente o modo de produção e pensamento ocidental, negando as formas plurais de vida indígenas, destruindo suas experiências coletivas de povo com a Terra e literalmente assassinando seu corpo. Assim, as missões de aldeamentos religiosos iam roubando as almas e as terras dos povos originários, entregando para a coroa cidadãos obedientes e sem terra.

Igreja e coroa sempre estiveram bem alinhadas com o nefasto interesse de destruir a vida dos povos originários e roubar suas terras. Nossos povos tinham suas aldeias, que se organizavam a partir de cada universo cosmológico das experiências coletivas daquele povo. Todo povo tem seu céu. Já os aldeamentos missionários jesuíticos que eram moldados e geridos pela igreja e pela coroa, tinham um único céu. Os aldeamentos jesuíticos funcionavam em regime de escravidão, os povos que eram ali aldeados não tinham liberdade, juntavam propositalmente diferentes povos como tática de enfraquecimento e homogeneização.

Há três principais elementos dos aldeamentos missionários que, nessa perspectiva, são importantes para compreender a violência implantada com o intuito de transformar os povos originários em pobres sem terra: as cercas, que demarcam uma nova experiência espacial, o espaço agora é limitado e tem dono; o sino, que demarca uma nova experiência temporal, o tempo agora é condicionado a um estímulo ligado ao templo, ou seja, o



tempo cotidiano é regido pelo tempo espiritual da Igreja; e o pelourinho, que marca o corpo e a alma em forma de violência e culpa, a punição física e psicológica do pecado. As missões jesuíticas funcionavam no expresso controle contínuo espaço-tempo-violência-culpa.

As cercas escravizavam a terra, criando fronteiras, determinando aonde ir e aonde não ir. Isso demarcou não só fronteiras físicas, mas também conceituais, criando a dualidade Terra x território. Quem fosse capturado fora do território da missão era considerado fugitivo e punido com o pelourinho. A violação das fronteiras era punida. Uma violenta dinâmica espacial e conceitual criada entre Terra e território é imposta aos nossos povos a partir do medo e da morte. Esse movimento vai moldando uma nova forma de sociabilidade baseada na violência. As cercas nos aldeamentos jesuíticos demarcavam não só uma propriedade, mas também, outra experiência cotidiana de sentir o espaço, separando-o do tempo, apartando-o de si mesmo e criando uma relação do espaço apenas com o campo físico da propriedade, a partir das leis, regido pela violência. A separação e mudança relacional no espaço imposta pelos invasores aos povos originários também faz parte da violência colonial da implantação de outra forma de se perceber e sentir o espaço. Para nossos povos, as reações e relações são de afinidades coletivas, espaço-tempo é um emaranhado de relações, não se separam, no entanto, os invasores criaram uma experiência coletiva artificial de espacialidade e temporalidade, separando o espaço e o tempo para dominar e escravizar a Terra, eliminando os povos indígenas.

O sino da igreja demarca a separação do tempo, marca o dia de trabalho e marca também na alma o horário violento do “rezar”. Quem não cumprisse com a reza era castigado no pelourinho, pois estava sendo “rebelde”. A experiência de temporalidade imposta nas missões não demarcava e separava apenas fisicamente o tempo, um horário, disciplinas e regras, mas internalizava e demarcava outra relação temporal com o cotidiano, externa e internamente. O tempo antes sentido e percebido no emaranhado com o espaço físico e extrafísico, agora é individualizado. A experiência espaço-temporal sentida e percebida no aqui-agora, a partir do campo da Terra, do campo de tudo que compõe a vida, e que não determina onde está o passado, o presente e o futuro, agora está aprisionado e é regido pelo sino, por uma experiência artificial de contar o tempo.



Ao se criar essas experiências artificiais de viver e contar o tempo, a perspectiva de pensar, sentir e viver a memória também é afetada. Assim, não se cria só uma experiência artificial de tempo no cotidiano, mas também uma experiência artificial de memória. Portanto, a singularidade dos povos vai se tornando individualidade e cada indivíduo e família vai criando o “seu tempo”, o “seu espaço”, e outra memória. Esse movimento é propositalmente articulado para desvincular os povos de suas terras em corpo e alma. Dentro dessa relação imposta pelo modelo de sociabilidade colonial, a experiência artificial ganha força e vai se ampliando na violência e nas leis, desta forma, a colonização vai avançando.

A terceira marca de violência implantada pelas missões no cotidiano dos povos indígenas missionados é o símbolo físico e espiritual do pelourinho. O pelourinho marca na pele e na alma a violência do regime de missões jesuíticas. A violência espacial do pelourinho é demarcada com as chicotadas, ter seu corpo escravizado e punido. A violência temporal é marcada a partir do “tempo” da punição aplicada e sentida na pele apenas por ser quem se é. Além de marcar o espaço e o tempo na violência da punição, o pelourinho marca também o tempo espiritual, emocional e psicológico. A culpa, o medo e a vergonha são marcados nos corpos e nas almas daqueles povos. A humilhação pública implanta no indígena a culpa, a vergonha e o medo dele ser quem é. A alma marcada pela violência por ser diferente, o sentimento de merecimento da violência por ser diferente, deixam feridas emocionais, mentais e espirituais. A culpa por ser diferente e a dor da vergonha de não querer mais ser violentado por isso, funcionam como silenciamento.

O pelourinho marca o silenciamento da colonização sobre nossos povos. Assim, o silêncio dos povos indígenas aparece como meio para sobreviver e não sofrer mais. Muitos indígenas sentiam-se perdidos, sem poder se afirmar, sem saber para onde ir, muitos fugiam ou se matavam. As missões de aldeamentos religiosos deixaram feridas imensas nos povos indígenas e resumem bem todas as atrocidades do mundo ocidental. O regime dos aldeamentos jesuíticos vai se atualizando, nas vilas, nas cidades, e, hoje, no Estado-Mercado. A colonização continua, ela quer exterminar nosso sentimento de pertencer à Terra. O espaço e o tempo tratados separadamente funcionam de maneira complementar na forma de controle da coroa e da Igreja. “Dividir para conquistar”.



O regime de missões de aldeamentos religiosos era apenas uma das tecnologias de invasão dos europeus. Juntamente com esse esquema de violência, os invasores tinham outras tecnologias de morte e todas funcionavam de maneira articulada, se retroalimentando numa engrenagem de morte que não dormia. As “guerras justas”, a conversão e a mestiçagem são algumas dessas tecnologias que operavam outras, e assim sucessivamente.

Dentro das “guerras justas” estavam as leis, que legitimavam o roubo das terras indígenas e a oficialização da morte dos povos em “legítima defesa”. Dentro do equipamento violento da conversão estava também a proibição por lei do uso de nossas línguas mães, e a desobediência era passível de punição. Dentro do equipamento da mestiçagem, para além da violência sofrida no processo em si, existia também a criação de uma identidade nacional homogênea, na qual, quem não fosse brasileiro e patriota, seria considerado inimigo e, portanto, punido. A violência, quando se trata dos nossos povos em relação ao Estado-Mercado, sempre foi o começo e o fim. O cheiro de morte sempre vinha misturado ao de pólvora e incenso.

## **AS TECNOLOGIAS DE INVASÃO: FAZENDAS DE GADO E GUERRAS JUSTAS**

No Siri-ará, as guerras eram e ainda são constantes contra nossos povos, principalmente por nossos povos serem insubordinados. No território onde hoje é o Ceará, nossos ancestrais dificultaram muito o avanço da colonização, e, hoje, nós, filhos, netos e bisnetos dos seus sonhos, continuamos sua luta. A luta contra a invasão para nossos povos continua, não existe um fim, não somos povos vencidos, somos povos em guerra.

As guerras de extermínio promovidas pelos invasores eram constantes, pois esse é um dos meios mais rápidos dos invasores exterminarem nossos povos e escravizarem a Terra. Guerras, mortes, chacinas, aprisionamentos, torturas, estupros, escravização, eram-são técnicas utilizadas pelos invasores em meio aos ataques de avanço sobre o território. A paz entre nossos povos e os invasores nunca foi o objetivo deles, eles não querem entender a diferença e pluralidade dos nossos povos até hoje, querem nos subjugar, destruir nossas vidas e escravizar nossos corpos, almas e terras.

As fazendas de gado, assim como as missões de aldeamentos religiosos, foram/são tecnologias de invasão. As “guerras justas”, a conversão e a mestiçagem agem concomitantemente. Os aldeamentos religiosos “focavam” na conversão e na mestiçagem, transformando os indígenas em “índios mansos”. As fazendas “focavam” nas “guerras justas” e na mestiçagem, invadindo os territórios, exterminando os “índios selvagens” e criando uma identidade homogênea, aniquilando a pluralidade dos povos. As missões e as fazendas são duas formas potentes de armas de etnocídio contra nossos povos.

As fazendas de gado<sup>14</sup> eram verdadeiros quartéis militares implantados para ocupar o território. Nelas existia um poderoso arsenal bélico para fazer guerra e exterminar os TAPUYA, “índios selvagens”. Funcionavam como núcleos de invasão e apoio à destruição no local onde se estabeleciam. O que sustentava o modo de produção colonial das fazendas era a criação de gado, que ia invadindo o território, assim como o plantio de monocultura. Esses foram os marcos da invasão “legalizada” dos territórios originários. Destruir o local era minar as possibilidades de vida e movimento dos povos Tapuya que resistiam na guerra, empurrando-os para regiões diferentes. As “propriedades” funcionavam como táticas de guerra móvel que iam se instalando ao longo do território para produzir morte e impor uma experiência artificial da sociabilidade invasora, cúpulas coloniais de reprodução do modo de produção e sociabilidade hierárquica do homem branco ocidental no cotidiano de nossas terras. As estruturas cosmológicas ocidentais foram implantadas às custas da morte dos nossos povos.

Tal como as missões de aldeamentos religiosos, as fazendas também traziam em sua organização inclusiva-excludente da forma estrutural de sentir a vida, a estrutura hierárquica vertical dualista do pensamento colonizador. A implantação do sistema vertical de sociedade a partir das fazendas foram os primeiros centralizadores de poder na consumação da empresa colonial. Foi a partir da disseminação desse sistema de classes sociais que essa estrutura vertical foi criada, cristalizando as hierarquias das classes sociais. Esse movimento proporcionou poder de “dono” ao invasor da Terra. A extensão desse poder e domínio se efetivou nos corpos daqueles que estavam sob seu jugo na fazenda, negros e indígenas escravizados.

<sup>14</sup> As fazendas de gado começaram a partir do séc XVII no Ceará. A pecuária gerou uma nova dinâmica e estrutura sociais no interior do território, em especial nas áreas mais afastadas do litoral.



O pensamento dualista hierárquico das classes sociais criou, a partir do dinheiro e das posses, o movimento de superioridade e inferioridade. As relações que eram cultivadas nas fazendas, com a terra e com aqueles que lá viviam, tornavam-se cotidianas e passadas de geração a geração, cristalizando o modo de produção no cotidiano das relações de vida. Esse modelo foi se replicando em todos os campos de ação da sociedade que estava sendo implantada. A sociedade moderna no nordeste do Brasil tem em seu embrião a replicação de uma grande fazenda.

As fazendas eram como “vilas” e tinham seu próprio exército de jagunços, representando o poder imenso do coronel fazendeiro na localidade. Alguns fazendeiros eram mais influentes do que governadores, algumas fazendas mais importantes economicamente do que algumas sedes de vilas. A pressão dos fazendeiros sobre a coroa foi um dos fatores que fez com que o regime das missões de aldeamentos indígenas chegasse ao fim, abrindo caminho para as guerras “justas” de avanço colonial e para mais e mais invasões de terras por meio da morte e da escravidão. O gado é um marco do roubo e invasão das terras.

As câmaras municipais se formavam a partir dos interesses dos coronéis fazendeiros, interesse de ganância por status com a coroa e por ampliar seu território. Por outro lado, havia interesse também da coroa em colonizar e exterminar os povos originários quando “legalizava” o avanço dos fazendeiros, dessa forma, os dois ganhavam e os povos indígenas perdiam. As câmaras municipais, sendo criadas pelos invasores, garantiam que eles próprios criassem as leis a seu favor. O Brasil cunhou seu sistema jurídico todo a partir das tecnologias de invasão e, até hoje, o parlamento brasileiro funciona desta maneira. As câmaras municipais, como mecanismo criado pela colonização, transformaram nossos povos em povos “ilegais”, em invasores da Terra à qual pertencem. A democracia burguesa é uma experiência ilusória metafísica de igualdade, assim como o conceito de Estado-Mercado.

O tempo e o espaço também eram concebidos separadamente nas fazendas, porém a figura do fazendeiro era a figura de poder e ele não estava subordinado a um “poder superior” como os padres jesuítas. Os fazendeiros não queriam tutelar os indígenas e os catequizar, queriam escravizar, matar os povos indígenas e roubar as terras, eram diferentes formas de



violentar os povos. Os fazendeiros se utilizavam de qualquer situação para assassinar nossos povos, frequentemente a vingança dos fazendeiros pelo “roubo de gado” e “invasão das fazendas” funcionava como justificativa para assassinar indígenas. As fazendas eram tecnologias de ocupação do espaço, do tempo e de guerra aos povos indígenas.

Nas “guerras justas”, os “índios mansos” eram convocados para unirem-se aos invasores contra seus parentes chamados, pelos invasores, de “índios selvagens”, resultando em outro mecanismo da tecnologia de invasão somado às “guerras justas”, o mecanismo da vassalagem, que está também conectado à outra tecnologia de invasão, que é a conversão. As “guerras justas” de extermínio contra povos originários eram encaradas como “movimento natural de progresso” pela Igreja e pela coroa. A formação da sociedade moderna no Brasil nos moldes hierárquicos foi sendo cristalizada junto com o modo de produção, de pensar e de se relacionar do europeu. Assim, o movimento de morte aos povos originários vai se tornando uma expressão do mecanismo inevitável do progresso.

## TECNOLOGIAS DE INVASÃO: CONVERSÃO E VASSALAGEM

A conversão acontece por diversas perspectivas de controle e ativação desse controle. A prática da catequização imposta pelos religiosos, a criminalização de nossas práticas ancestrais, a criminalização de nossa língua e de nossos modos de viver, o medo, a culpa, a vergonha de ser diferente, a busca por uma identidade de massa e o pacto de vassalagem, são algumas dessas diversas ativações do controle imposto por essa tecnologia de invasão chamada conversão. Não podemos falar de conversão sem falar em resistência, O movimento de conversão é um movimento violento de imposição de um mundo, esse movimento encontra uma frequência diferencial de resistência nos povos originários.

Existem diferentes formas de resistir e lutar a guerra dos mundos. O avanço das “guerras justas”, na figura das fazendas e das missões de aldeamentos religiosos no Siri-ará, foi “empurrando” alguns povos para a região da Serra Grande, a Serra da Ibiapaba, que se transformou em um refúgio para muitos povos indígenas. Os indígenas que não foram missionados em

aldeamentos religiosos e nem escravizados em fazendas compunham uma força chamada pelos invasores de “índios selvagens e Tapuya”.

A força diferencial de guerra Tapuya é plural e contrária a todo pensamento colonial, logo, aqui no Siri-ará, os povos “Tapuya”, são as forças anticoloniais de guerra em movimento desde 1.500 até hoje. Uma das forças anticoloniais Tapuya que habitavam ao longo da região da Ibiapaba entre Ceará e Piauí, é o povo TAKARIJÚ, também conhecido por outros nomes como: **TOKARIJÚ, TOCOIÚ, TUKURIJÚ, TOKAIÚ, TAKARIÚ, KARARIJÚ**. A força ancestral desse povo ascende em mim, minha família vem dessa linhagem de pensamento-vida e singularidade de povo, as mais de mil gerações Takarijú vivem em mim.

O povo TAKARIJÚ é um povo que tem poucos registros históricos “oficiais”, pois desde sempre se colocou como inimigo dos portugueses e religiosos que invadiram a Serra Grande. O único relato sobre a presença deste povo no Ceará está no texto conhecido como “Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta padre Luiz Figueira<sup>15</sup>”. Nesse registro, nas poucas linhas que se referem ao meu povo, o jesuíta relata que o povo Takarijú atacou e matou o padre Francisco Pinto. Esse ato, classificado pelos invasores como “rebeldia” e classificado por mim como legítima defesa, mostra, mesmo que de forma pequena, um pouco da dinâmica de guerra entre os povos indígenas Tapuya e os invasores.

Esse ato de guerra e de defesa do meu povo contra os jesuítas desencadeou uma reação de vingança dos invasores. Essa vingança acontece apoiada pelo mecanismo de invasão da conversão<sup>16</sup> chamado de vassalagem, pacto de “lealdade” forçado pelo medo que os invasores impingiam a alguns grupos indígenas. A guerra feita ao meu povo pelos portugueses em vingança pela morte do padre Pinto teve apoio de alguns grupos do povo Tabajara, que eram aliados dos portugueses e se tornaram inimigos dos TAKARIJÚ. Assim, meu povo foi alvo da vassalagem, de uma “guerra justa” e do apagamento “oficial” de sua história como povo originário, sendo até hoje considerado “oficialmente” um povo extinto, mas estamos aqui hoje na luta de retomada, contrariando os registros oficiais.

<sup>15</sup> Ver Relação do Maranhão.

<sup>16</sup> Conversão é uma das tecnologias de invasão utilizadas pela colonização, e sua forma de utilização é a vassalagem.



A vassalagem era um mecanismo da tecnologia de invasão da conversão, que prometia terra, proteção e “paz” aos grupos indígenas que se aliassem aos invasores, mas, na prática, não era bem assim que funcionava. O pacto de vassalagem tinha características específicas: a lealdade para com a coroa era motivada pelo medo ou por promessas de uma vida em “paz”. A reprodução do modelo de vida do invasor nas aldeias, assim como o apoio bélico aos invasores contra os Tapuyas eram exigências da coroa. Ou seja, os povos eram enganados e escravizados. Existiam também duas principais formas de solicitação e organização, o pacto de vassalagem individual e o pacto de vassalagem coletiva.

A vassalagem individual se dava da seguinte forma: o principal ou os principais líderes daquele grupo solicitavam sesmarias junto à coroa para viverem em “paz”. A individualidade da solicitação e a centralidade em torno da chefia do principal, a forma de se organizar as relações e o território, caracterizavam o funcionamento desse tipo de pacto de vassalagem. A “doação” dessas sesmarias pela coroa para esse principal gerir o grupo indígena não era um ato de bondade, mas, sim, de controle e interesse em amansar nossos povos e promover o avanço colonial. As sesmarias funcionavam como instrumento de invasão e abertura de cúpulas das empresas coloniais, de sociabilidade e reprodução da forma de produção do invasor.

As sesmarias “doadas” pela coroa para funcionarem dentro do pacto de vassalagem também tinham sua regência e organização nos moldes da sociabilidade e modo de vida dos invasores, porém em sincretismo com os costumes daqueles grupos indígenas ali aldeados. O principal que solicitava a sesmaria junto à coroa para viver com o grupo indígena, era subordinado às regras, leis e vida impostas pela coroa. Todo o processo gestado nas sesmarias de pacto de vassalagem funcionava para reproduzir a forma de sociabilidade invasora e combater os “índios selvagens”, por isso, esse mecanismo utilizado por determinados grupos indígenas para sobreviver também ajudou no massacre de outros parentes.

Os grupos indígenas que faziam o pacto de vassalagem, mesmo servindo à coroa, fazendo guerra aos Tapuya e reproduzindo o modo de vida invasor, também sofriam preconceitos, não participavam dos lucros da coroa, não tinham direitos, eram escravizados, viviam na miséria, suas mulheres e crianças eram violentadas e não podiam viver seus modos de



vida ancestrais. Os povos eram coagidos e enganados pela promessa de “paz” e de um espaço de terra cedido pela coroa que a qualquer momento poderia tomar as terras de volta, como foi feito a partir das leis pombalinas, quando o regime de sesmarias foi substituído pela alienação das terras, se confirmando mais tarde com a Lei de Terras de 1850.

As sesmarias que funcionavam a partir do pacto de vassalagem, além de instrumento e maquinaria colonial de avanço pastoril, funcionava também como “prêmio” aos “vassalos úteis”. Os principais grupos indígenas “mansos” que serviam bem à coroa poderiam solicitar uma sesmaria para continuar servindo, agora em escala maior de reprodução e administração. A coroa entendia o processo de pacto de vassalagem como um estágio de socialização, assim, o indígena deixaria de ser “índio” e se tornaria cidadão.

O pacto de vassalagem coletiva funcionava não apenas ligado à figura de um principal, um grupo inteiro de indígenas poderia solicitar à coroa uma sesmaria para viver. Esse movimento do pacto de vassalagem estava crescendo entre os grupos indígenas, tornando-se alvo de ambição para alguns povos que se rendiam. Para eles, buscar esse pacto era uma forma de “garantir” seus “direitos” à Terra, tornando-se “súditos da coroa”. Esses grupos indígenas viam no pacto de vassalagem uma “estratégia legal” que poderia reduzir o grau de incertezas e violências diante da colonização e do avanço da morte da Terra. Esse é o problema de se lutar por direitos dentro do esquema do invasor: representa apenas uma “redução de danos” e uma “garantia de direitos” ilusória, pois hoje podemos ver que essas “garantias” não ajudaram nossos povos.

Outro aspecto importante da mudança na forma de sentir e se relacionar causado pelo pacto de vassalagem, foi a mudança na forma como esses grupos indígenas se relacionavam entre si. Os grupos indígenas envolvidos nesse pacto, aprenderam a se relacionar e a viver em sincretismo com as formas de produção dos invasores. Esse sincretismo foi importante por um lado para fazer continuar a aparecer a vida indígena na oralidade desses grupos, mesmo que de forma velada, mas por outro lado trouxe problemas nas formas de se relacionar, pois alguns valores de produção e de relação de vida dos invasores ficaram incrustados na forma de viver desses grupos.



O conceito e valor do chefe, do líder e da chefia foi um desses valores modificados, modificando também as formas de luta e de organização. O principal, líder eleito pela coroa, agora tem poder jurídico e tribal, a chefia deixou de ser um conceito transitório que se manifestava em determinados contextos de guerra, mas que não tinha nenhum poder de chefia sobre o grupo fora deste contexto, agora se torna cargo político de confiança, detentor do poder ligado à coroa. O principal se torna os olhos e ouvidos da coroa na aldeia, em troca, ele pode “negociar” com a coroa “melhorias” para os grupos indígenas. Essa forma de se organizar e se relacionar com a liderança e com a chefia tornou-se forma de organização permanente em alguns povos, e isso até hoje é uma questão que, em alguns pontos, provoca problemática na luta contra o Estado-Mercado.

Os povos “Tapuya” optaram por outras formas de se organizar e lutar, buscaram manter-se mais próximos dos ancestrais e preservar seu modo de vida, não só nos costumes do cotidiano, mas na forma de lutar, pensar, sentir e viver as relações. Esses povos eram inimigos dos invasores e a única relação entre eles era o conflito. Assim, os ascendentes desses povos são colocados ainda hoje como “índios selvagens”, pois sua forma de guerrear, combater, pensar, viver e sentir contra o Estado-Mercado é diferente. Meu povo, Takarijú, é um desses povos.

Isso não significa que uma forma de lutar é melhor ou mais legítima que a outras, significa apenas que as posturas de luta de alguns grupos indígenas tiveram suas consequências para outros povos. Existem pluralidades nas formas de enfrentar o Estado-Mercado, porém, a forma de negociação e luta por direitos é a menos ofensiva para ele. Enquanto “negociamos” com o Estado-Mercado, a colonização continua avançando. As negociações com o Estado-Mercado são ilusórias e não trazem mudanças reais aos nossos povos, pois são cosmologias e cosmopolíticas completamente diferentes; nunca vai existir, dentro da sociedade capitalista, direitos para nossos povos. A sociedade capitalista e a pluralidade de nossos povos sentem a vida de maneira diferente. Não se pode lutar apenas por direitos dentro de uma sociedade capitalista.

Existem outras formas plurais dos nossos povos lutarem e se organizarem contra o Estado-Mercado, e, quando elas não buscam negociar, são criminalizadas e vistas como radicais. Essa ideologia de considerar “radical”



a luta de alguns povos, degrada a pluralidade dos povos indígenas em suas formas de viver, lutar e se organizar, e cristaliza uma “melhor” e “menos radical” forma de “enfrentar” o Estado-Mercado. A exemplo, podemos citar o mecanismo de vassalagem, que foi se atualizando na forma de negociar com o Estado-Mercado e juntando-se à luta ideológico-partidária, sendo até hoje um grande problema que habita as formas de organização e luta de alguns povos. Enquanto não nos libertarmos dessa forma “mansa” de luta, o Estado-Mercado nunca vai nos ouvir e nos respeitar. Ao apostarem nessa estratégia de guerra e organização de vassalagem, esses grupos de indígenas contraíram com o Estado-Mercado uma ligação e com os outros povos, uma dívida.

## TECNOLOGIAS DE INVASÃO: MESTIÇAGEM E CRIAÇÃO DE IDENTIDADES GENÉRICAS

O movimento de invasão pensado e organizado pelos europeus funciona em articulação com tecnologias de invasão e mecanismos que dialogam entre si. A mestiçagem é uma dessas tecnologias que está sempre conectada às outras duas. Para converter, precisa misturar e para misturar tem que controlar, violentar, escravizar, matar, impor medo, guerrear. O medo físico imposto pela violência da guerra de extermínio é ampliado pelo medo ideológico implantado pela conversão religiosa. Esse medo ganha mais força com a mestiçagem, a criação de uma identidade nacional e a diluição da singularidade de pertencimento de cada povo.

A guerra dos mundos entre nossos povos e os invasores está vinculada à luta contra essas três principais tecnologias de invasão que se atualizam reiterada e permanentemente. As “guerras justas” ainda acontecem, os territórios indígenas continuam sendo invadidos e nós, indígenas, continuamos a ser nomeados pela grande mídia como “invasores”. A Igreja ainda quer nos converter e nos colocar uma coleira na alma, nos inculcando a culpa. A mestiçagem hoje se atualiza nos assuntos de racialização e nos conceitos de identidade, trazendo a questão do purismo e a pergunta que começa com a implantação da tecnologia da mestiçagem: *quem é indígena?*



Ao chegarem nestas terras, os invasores perceberam que nossos povos compunham uma pluralidade de vida e de maneiras de sentir e viver, e para conquistar, teriam que homogeneizar nossos povos. A colonização é um movimento homogêneo, genérico e que pretende ser universal, uniformizante. Ele contém normas a serem seguidas, norma ideológica, norma de sociabilidade e norma de pensamento, e todos necessitam viver, pensar e se relacionar de uma maneira homogênea. Porém, homogêneo, não quer dizer harmônico, neste caso quer dizer submisso, igual, controlado, fácil de rastrear e manipular.

Assim, os invasores criaram a mestiçagem como tecnologia de invasão, com o propósito de destruir a pluralidade heterogênea dos nossos povos originários. A mestiçagem, como tecnologia de transpassagem da heterogênese para a homogênese, busca promover a destruição da diferença e da pluralidade em prol de uma massificação na forma de pensar, viver e se relacionar.

O movimento da mestiçagem funciona conectado à conversão e à guerra, esses movimentos são bem articulados e montados para deteriorar as formas de pensar, viver e se relacionar dos povos originários. Os primeiros movimentos produzidos nesse sentido são as invasões e “guerras justas” na implantação das missões dos aldeamentos religiosos e das fazendas. A mestiçagem não minava apenas a singularidade de cada povo, mas também ia inculcando naqueles grupos de indígenas, a partir da mistura com diferentes povos e da imposição da forma de vida e sociabilidade do cotidiano de vida europeu, a ideia de que eles não eram mais indígenas. Assim, nasce o “descendente de indígena”, que é nomeado primeiramente como “índio manso” e depois como caboclo, mestiço, sertanejo, e mais tarde como cearense, nordestino e brasileiro.

A mestiçagem, enquanto sociabilidade e forma de transpassagem entre o indígena e o “súdito”, ou seja, o “descendente”, tem início com as missões de aldeamentos religiosos e as fazendas, mas depois de implantada, é reproduzida por todas as formas de aglomeração e organização que tenham contato com os invasores. Os grupos indígenas que se ligavam à coroa pelo pacto de vassalagem, em suas sesmarias solicitadas junto à coroa, reproduziam a forma de sociabilidade, pensamento e vida cotidiana impostos por ela, reproduziam as tecnologias de invasão. Era um pacto de rendição e passagem.



A mestiçagem funciona no âmbito físico, literal, mas atua também no campo conceitual, pois ajuda a criminalizar as singularidades plurais de vida e pensamento dos povos indígenas que não se rendiam, colocando-os como terroristas e inimigos da coroa e de Deus, ao mesmo tempo que ajuda a forjar os conceitos de identidade utilizados pela coroa para controlar e discriminar quem é ou não indígena. Aqueles povos indígenas que são contra a tirania da coroa são chamados de “selvagens”, “radicais”, esses merecem a morte, já os povos indígenas aliados da coroa vão ser incluídos no sistema colonial, tornando-se súditos e “protegidos” pelo Estado-Mercado. A mestiçagem cria a dualidade cidadão-selvagem, colocando parente contra parente, criando essa separação a partir de um conceito de identidade que se propõe universal.

A mestiçagem é imposição de transpassagem de uma singularidade de povo para a identificação com os registros, leis e conceitos que o Estado-Mercado criou sobre nós. Destrói os conceitos de pluralidade e diferença e cria conceitos de identidade essencial, nacional e regional, moldando características com as quais você tem que se identificar para ser classificado como pertencente àquele grupo e os que não se identificam são classificados como anomalias.

A identidade é um conceito criado com base nos conceitos de semelhança e analogia aristotélica, conceitos trazidos pelos invasores europeus, atualizados e gestados no embrião dos Estados-nação a partir de seu movimento filosófico chamado de “renascença”. Esse conceito é implantado aqui física e conceitualmente pela tecnologia de invasão da mestiçagem, para roubar as terras, deslegitimar nossa pluralidade de povos e nos assassinar. Hoje a mestiçagem é utilizada conceitualmente no Siri-ará contra nossos povos, principalmente quando se trata das questões de retomada indígena. A guerra contra os povos Tapuya, os “selvagens” que lutavam e lutam contra as tecnologias de invasão, é composta pela Igreja, imprensa, câmaras municipais e exército. Isso nos faz pensar e sentir o Tapuya, como o primeiro conceito anticolonial.

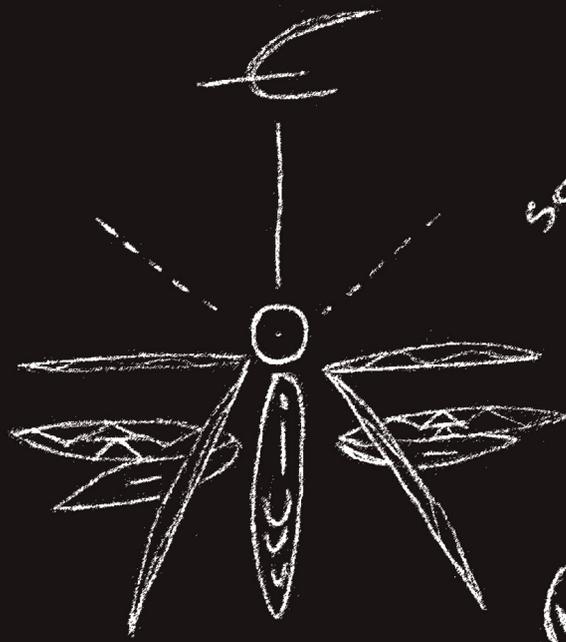
Com as tecnologias de invasão implantadas cotidianamente, os conceitos de vida, todos eles, são modificados ou criados. O conceito de trabalho, as relações que são compostas nele e tudo que significava sentir e pensar o espaço-tempo. A noção e o conceito de trabalho sentido pela



maioria dos povos era o de atividade de vida e não como trabalho para produção de excedentes. Pescar, caçar, fazer cestos, não eram trabalhos, eram atividades de vida que faziam os povos se relacionarem com os campos de viver diferentes, não eram encaradas como obrigação, atividades que dependem de si mesmas, não existe ninguém obrigando a produzir, nem um espaço, nem um dono, nem um tempo. Essas cotidianidades são sentidas nas relações de mudança dos grupos indígenas que vão sendo aglutinados na forma de viver dos invasores.

Com o avanço da colonização e a destituição do sistema sesmarial, em 1757 com o diretório pombalino, as missões de aldeamentos religiosos deixam de existir e suas terras são cedidas a fazendeiros, fechando mais ainda o cerco sobre os grupos indígenas que agora estão sob seu domínio. Assim, a colonização vai avançando e massacrando nossos povos originários como um todo: as armas de guerra vão matando os nossos, a Igreja vai formando um sistema dual, cruz e espada, as fazendas vão implantando as classes sociais, os cartórios e câmaras municipais vão forjando e legitimando o roubo das terras a partir dos papéis e da ciência, que se tornaram as únicas formas oficiais de registro.

Como um elétron que perde energia e salta para outro campo quântico de vida, nossos povos “sumiram” para continuar vivos, mas hoje estamos retomando a energia e voltando a “aparecer”. Como um elétron que ganha energia e salta para um campo quântico de frequência de vida, estamos retomando energia ancestral de vida indígena, saltando e reaparecendo para assombrar o Estado-Mercado.



Sou  
em  
Neutral  
Pelo  
Bande  
machu gado





# CAPÍTULO 3

## PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA “OFICIAL”: PRESSÃO COLONIAL E NARRATIVAS DE RETOMADAS

### UM BREVE PALAVREADO

A perspectiva histórica indígena dos povos do Nordeste, principalmente do Ceará, é constituída por muitas singularidades nesse percurso. Primeiramente não podemos tomar como verdade única e absoluta os documentos e artigos produzidos acerca de nossos povos, pois foram produzidos pelos invasores e eles tinham interesse na produção de uma “história oficial” escrita, arquivada e “legalizada”, a história que ganharia força de “verdade”. Quando se produz uma “história oficial” ela é cheia de lacunas e mentiras, pois sempre tem um lado, o interesse de quem a cria. Não existe imparcialidade, só existem perspectivas, então, quando os invasores a partir dos jesuítas escreviam, registravam e criavam a “história social” de cada povo, eles também produziam a sua própria versão da história “oficial”.

O pensamento ocidental “moderno” funciona filosoficamente a partir de uma dualidade excludente, uma comparação, uma analogia, uma semelhança. O conceito conhecido como identidade, é positivado, e a outra ponta dessa dualidade chama-se diferença, que é a “parte negativa” da estrutura filosófica, ideológica, epistêmica de pensamento moderno ocidental. Por conseguinte, a versão da “história social” de muitos povos originários no Brasil, encarna, na forma de pensar ocidental, a diferença

como “negativa”, por isso a versão criada pelos invasores da história “oficial” é a de que os povos indígenas são os inimigos.

Uma versão histórica que faz de assassinos, heróis; de genocidas, “desbravadores”; de guerras de extermínio, guerras “justas” de coragem e amor à pátria, em que estupros viram romances e contos fantásticos de amor e constituição de identidade. Essa história “oficial” contada pelos invasores vai semeando o terreno fértil para nascer no imaginário coletivo um Estado-Nação, em que os sujeitos, seus súditos, são identificados com a identidade nacional, com a bandeira, fazendo com que eles se reconheçam nessa “história oficial”, defendendo e propagando com orgulho o código-fonte do Estado-Mercado, a ponto de comemorarem datas de morte e sangue dos nossos povos com desfiles e festas.

A história oficial de um Estado-Mercado-Nação esconde a história de mortes, roubo, ganância, estupros, genocídio, escravização e extermínio da Terra e dos povos que vivem com ela. A história “não-oficial” é a história do cotidiano, da resistência, da oralidade, da luta. Nessa versão histórica oficial, nós, indígenas, somos classificados e separados de maneira genérica. A singularidade de diferença entre nossos povos assusta os invasores. Se na história “oficial” eles são os heróis, nós somos colocados como inimigos. De invadidos, passamos a invasores.

Essa construção histórica escrita e documental da “história social” dos nossos povos, oficializa uma temporalidade e uma historicidade criada e implantada pelo Estado-Mercado em torno desse movimento de perceber a vida, a ponto de se considerar natural e normal esse modo de produção e sociabilidade do Estado-Mercado. Esse método racista de criar uma única historicidade-temporalidade artificial altera e destrói as experiências coletivas de outros mundos. Assim, as narrativas ancestrais de mundos de muitos povos, pelo simples fato de não terem registro “oficial” a partir do método “oficial” de registro estipulado pelo Estado-Mercado, são consideradas extintas. Existem muitos mundos indígenas que não têm registros históricos “oficiais” porque eram inimigos da coroa. Não fazer o registro desses povos é uma forma de matar na historicidade e na temporalidade aquele povo-mundo, apagando-os da história “oficial”.

Implantados como “oficial” e fonte “segura”, os arquivos dão força de lei à historicidade-temporalidade criada pelo Estado-Mercado, criando



a falsa impressão de que o “tempo passa” e a “história é escrita com o passar do tempo”, uma história que demarca o espaço (historicidade) e marca o tempo (temporalidade). Essa força oficial é ampliada com a ciência ocidental, diminuindo os saberes, as ciências dos nossos povos, pensando e colocando-os como “mitos”, “folclore” e “misticismo”.

Nós temos outras maneiras de nos colocar no espaço-tempo, somos diferentes, a história oral de cada povo tem outras perspectivas de viver. A história “oficial” considera as narrativas de criação dos nossos mundos como “mentira”, ou seja, considera nossas vidas “falsas”, e esse movimento sistemático e articulado entre ciência e registros “oficiais” criam as classificações dos nomes, encorpando o poderoso instrumento colonizador conceitual.

Isso desencadeia uma constante ação-composição de morte conceitual, articulada, atualizada, justificada e executada com as “guerras justas”, com a conversão e com a mestiçagem. O conceito-imagem criado pelo Estado-Mercado para encaixar os povos originários é ampliado, povoando o imaginário de todo brasileiro. O Brasil criou em sua história “oficial” a imagem-conceito de “índio” e a “oficializou”, como o apagamento genocida da pluralidade dos nossos povos.

Aqui no Ceará não foi diferente, e como o Nordeste foi a região de primeira invasão, temos alguns anos de guerra a mais que outras regiões do país. Uma guerra literal é também acompanhada de uma guerra conceitual. A partir das tecnologias de invasão, junto com a criação de uma história “oficial”, conectou-se o primitivo ao indígena, criando uma imagem-conceito mítica, obsoleta, que só tem lugar no passado. Esse movimento científico-sistemático propagado serviu, e ainda serve, para colonizar e destruir a história de ocupação dos nossos povos nos territórios sagrados.

O Estado-Mercado tentou prender os povos originários à temporalidade-historicidade criada por ele, nos enclausurando em conceitos e difundindo esses conceitos no imaginário coletivo do brasileiro comum. O indígena tornou-se apenas parte formadora do povo cearense, compondo o mito da mestiçagem e da conversão. O indígena foi enclausurado nos romances de José de Alencar, ficou no passado, nas páginas amarelas da história. A criação e legitimação de uma “história oficial” é parte das tecnologias de extermínio do mundo ocidental, mas nós não morremos e agora estamos de volta para nossa retomada.



Muitos dos nossos povos sumiram estrategicamente para recuperar força, mas sempre estivemos aqui, fortalecendo-nos junto à nossa ancestralidade, junto aos nossos, junto à Terra. E agora, cheios de energia, energia provinda dos contatos com nossos troncos velhos, sonhos e acessos à memória ancestral, voltamos. Estamos em retomada de posição e de força unidos à Terra e aos nossos antigos. Nossa história oral é passada pelo vento, pelas plantas, pelos costumes, pelo fogo, pela lua, pelo sol, pela intuição, acessamos a frequência da Terra e nos conectamos com a fonte.

Meu povo TAKARIJÚ, segundo os documentos “oficiais”, está extinto, mas isso não é verdade, meu povo sempre esteve aqui, sumimos estrategicamente como parte da guerra, mas sempre estivemos conectados com a fonte de singularidade de nosso povo, com nossa ancestralidade, com a Terra. Nesse sentido, a existência do meu povo e de tantos outros em retomada é uma afronta à colonização, desmentindo a história “oficial” do Brasil.

A morte conceitual dos mundos indígenas gera alterações gravitacionais na sociabilidade e na forma de perceber e sentir a vida de cada povo e parente, causando danos consideráveis em suas composições de vida, fazendo com que nossos povos e parentes não se afirmem mais como indígenas. Essa ferida colonial é forte e atinge campos de ações físicos, emocionais e espirituais, mas aos poucos essa ferida vai sendo curada pela Terra, começamos a sonhar de novo com ela e retomamos nossa ascendência originária, acendendo o fogo da luta, retomando nossa posição anticolonial de Tapuyas, aqueles que não se rendem.

Definitivamente a invasão do “mundo moderno” mudou a gravidade da Terra, trazendo ameaça à vida do planeta, um rastro de morte pautado pelo lucro. O modo de produção capitalista trazido por eles é GRAVE, em todos os sentidos, o capitalismo e seu modo de produção de morte e sociabilidade de competição, é a maior e real ameaça à vida do planeta. Nunca antes na história da Terra houve a possibilidade de ela ser destruída pelo “humano”. Apesar disso, em cada retomada de um povo, retomamos conceitos ancestrais dos nossos mundos indígenas e nos colocamos em contraposição ao movimento de morte do capitalismo, fazendo aparecer e ferver vida.

## TUPI-TAPUYA: CONCEITOS GENÉRICOS DO PENSAMENTO DUALISTA OCIDENTAL

O movimento classificatório dualista a partir da matriz de pensamento ocidental para nomear nossos povos foi o binarismo TUPI-TAPUYA. Essa classificação-nomenclatura errônea, preconceituosa, foi dada pelos invasores aos nossos povos de propósito, não foi por desconhecimento. A verdade é que eles nunca quiseram conhecer nossas diferenças, eles sempre quiseram criar classificações e nomenclaturas para tornar mais fácil o domínio e a instalação do movimento colonial. Classificar, sistematizar, separar, tornar genérico é um movimento oriundo do pensamento dualista de controle ocidental.

A forma de perceber e entender os mecanismos das tecnologias conceituais dos invasores é importante para percebermos como eles nos pensam até hoje e para entender a fundação de alguns conceitos que hoje ainda são aplicados aos nossos povos. Esse movimento também é importante para começarmos a contra-pensar e cunharmos nossos próprios conceitos a partir de nossas experiências coletivas singulares de cada povo e da guerra cosmológica oriunda da invasão. A guerra não é só física, ela é espiritual e conceitual também.

O binarismo do pensamento ocidental colocou primeiro o “índio-gentio” e, posteriormente, o “tupi-tapuya”, como formas preconceituosas e genéricas de referenciar nossos povos. Índio e gentio eram classificações discriminativas que giravam em torno do universo linguístico, índios eram aqueles que falavam língua tupi e os gentios aqueles que não falavam. Posteriormente essa nomenclatura foi atualizada para o binarismo TUPI-TAPUYA, seguindo o mesmo critério linguístico, porém, o critério de diferenciação para classificar e separar de forma genérica em TUPI-TAPUYA foi um critério linguístico idêntico para classificar o bárbaro na Europa. Tapuya era quem falava a língua “travada”, assim como o bárbaro na Europa.

Ao criar o código binário TUPI-TAPUYA, os invasores conceitualmente criaram e destruíram ao mesmo tempo. Criaram o conceito de índio genérico tupi e o de índio genérico tapuya, e destruíram a singularidade múltipla dos diferentes povos tupi e a singularidade múltipla dos “povos tapuya”. A dualidade TUPI-TAPUYA era difundida também pelos jesuítas em

seus registros, mostrando mais uma vez a sincronia entre Estado-Mercado (coroa) e Igreja. Esse conceito “registrado oficialmente” nos documentos reforça a dualidade da forma “oficial”, isso teve e tem até hoje consequências desastrosas para os nossos povos.

As consequências desastrosas desse movimento-pensamento dual reverberaram nos poucos registros “oficiais corretos” sobre os diferentes povos “tapuya”, já que todos eram tratados de forma genérica como TAPUYA. Essas práticas de registros racistas e grosseiras são formas taxinômicas e técnicas propositais de controle e destruição da história de nossos povos, sobrepondo e deixando registrada a história dos invasores.

Tupi não é o nome de um povo, mas um tronco linguístico que abrange diferentes povos, e Tapuya não é sequer o nome de um tronco linguístico, mas é um nome em língua tupi que significa, dentre outras coisas, inimigo. Assim, os invasores conceitualmente se utilizaram de um nome genérico para atualizar, classificar e cristalizar um conceito de inimigo. Tudo que é tupi não é tapuya e tudo que é tapuya é inimigo. Nomear o inimigo é o primeiro passo para “naturalizar” sua posição de “inimigo”. Tapuya agora não é mais apenas uma palavra em língua tupi para dizer “inimigo”. Tapuya agora é inimigo em todas as línguas. Os tapuyas são os primeiros inimigos “oficiais” do Estado-Mercado. Assim, os povos originários, na perspectiva dos invasores, foram classificados a partir do pensamento binário característico do homem branco “moderno” entre TAPUYA (inimigos; “índio selvagem”) e TUPI (aliados; “índio manso”).

Os povos denominados de Tapuya eram chamados também de “povo do mato”, “povo do interior” e o significado que mais interessa conceitualmente: “aqueles que não se rendem”. Os povos chamados de tapuya são os povos arredios, os chamados pelos jesuítas de “índios selvagens”. Meu povo é um povo chamado tapuya, tenho sangue arredio em minhas veias, meus ancestrais mataram jesuítas em legítima defesa, nossos antigos não negociavam com a coroa, com a Igreja e nem com o Estado-Mercado. São esses antigos que nos falam as linguagens de nossas memórias ancestrais e sonhos, trazendo ensinamentos, ensinando a postura de luta diante dos invasores, ensinando um sentimento tapuya. Somos um povo anticolonial.

Os aldeamentos jesuíticos criaram “outros indígenas” a partir do contato violento com o invasor e seu mundo. Os povos que foram missionados,

agora todos chamados de “índios”, vivem um ritmo diferente dos outros povos que não foram missionados. A relação com a guerra dos mundos para cada povo transpassou cada experiência de luta de maneira diferente.

Os chamados “índios mansos” têm uma relação de amor e ódio com a coroa, com o mundo dos invasores, eles são “protegidos” e atacados ao mesmo tempo pelo Estado-Mercado (mais atacados que protegidos). “Protegidos”, pois em seu “conceito ideal” o Estado-Mercado se coloca como protetor de seus “filhos” e atacados, pois no conceito real de Estado-Mercado, ele não os considera seus filhos legítimos, e esses indígenas lutam por direitos, legalidades, espaços, dentro deste que os ataca. O Estado-Mercado, por sua vez, os usa para fazer guerra conceitual aos seus parentes indígenas que não se encaixam no conceito de indígena criado pelo Estado-Mercado.

O conceito de “índios selvagens” que assombrou a época da coroa, hoje assombra o Estado-Mercado com diferentes nomes, um deles é *indígenas em retomada*. Os “índios selvagens” não lutam por direitos dentro do Estado-Mercado, eles querem a destruição daquilo que destrói a Terra. Entendem perfeitamente que o capitalismo e uma sociedade capitalista são contrários a uma vida de cumplicidade com a Terra.

Entre os diferentes povos existem diferentes formas de se organizar e lutar, aqui trago apenas essas mais difundidas midiaticamente, para pensarmos o movimento de inclusão-exclusão que o Estado promove conceitualmente e a guerra que decorre disso. Não existe juízo de verdade nas lutas, existem diferentes formas de lutar.

## ATUALIZAÇÕES CONCEITUAIS DA COLONIZAÇÃO

Os dualismos inclusivos-excludentes do pensamento por identidade e por classificação de matriz ocidental moderna vão se atualizando a partir do movimento colonial de apropriação da vida. A forma de vida dos invasores é uma forma de vida baseada na morte, então é um modo de morte e não um modo de vida. O modo de produção de mortes que eles implantaram baseia-se em movimentos que, ao nomear, incluem, ao incluir, excluem, ao excluir, eliminam transformando naquilo que vai lhes dar lucro, conceitualmente e literalmente.

De tapuya-tupi, o conceito foi atualizado para “índios mansos” *versus* “índios selvagens”. “Índios mansos” eram aqueles que interagiam com o invasor em seus aldeamentos e em suas alianças de guerra contra os “índios selvagens”. O “índio manso” não é um “selvagem”, mas também não é um “civilizado”, o “índio manso” aqui é uma categoria de transição criada pelos invasores para classificar aqueles grupos que estão no processo “evolutivo” de transpassagem para deixarem de ser “índios” e se tornarem cidadãos brasileiros. Mas essa categoria de transição nunca encontra o seu fim, ela não tem fim, ela é o fim em si mesma, não se chega a ser cidadão, pois o conceito de cidadão é utópico e hoje é atualizado no capital, é como um sinônimo de consumidor. Então o “índio” vai ser transformado em consumidor, aquele que tem na relação de vida uma relação de consumir tudo que tem e que vê.

A relação de vida que baseia um consumidor é o consumo, o desejo de possuir, de ter, um desejo de controlar e de acumular, um desejo de mostrar e de dizer que pode ter. Consumir tudo até não sobrar mais nada, nem externo nem interno, o consumidor se consome internamente e externamente ao mesmo tempo, até não sobrar mais nada para consumir. A relação externa de consumo são suas relações sociais e de vida, que se baseiam na propriedade e no lucro, as relações internas de consumo são as relações emocionais e mentais, que se baseiam na figura do proprietário e do status. O consumidor demarca e marca externa e internamente sua relação de consumo com a vida e expande isso a todas as suas relações, essa é a base de uma colonização: o desejo de consumo.

O Selvagem Tapuya foi classificado pelo invasor como uma categoria “anterior” ao “índio manso” e inferior ao bárbaro, porém, a partir do mesmo critério de classificação deste. O conceito de selvagem foi criado pelos invasores a partir desse encontro com nossos povos, um conceito que ajudou a Europa a criar o conceito de cidadão. O selvagem para o pensamento europeu era/é aquele que vive na “selva” em suas formas de existir, pensar, agir, se mover, é aquele que pensa por outras fontes de mundo. Mas o selvagem não é só aquele que vive na “selva”, é aquele em quem a “selva” vive, por isso esse conceito é perigoso ao Estado-Mercado e ele tenta negativá-lo a todo custo, colocando-o numa posição de inimigo. Aquele que não se rende, tem a “selva” dentro de si, escuta e sonha



com a Terra, com os ancestrais, ouve o vento e aprende com a Lua, essa energia insurgente, inconstante, insubordinada de ação conceitual contra o Estado é perigosa.

Assim, o selvagem é um inimigo alien cosmológico “natural” do humano civilizado e de todos os processos e categorias de transição até se chegar ao cidadão-consumidor. O selvagem-tapuya, aquele que não se rende, não leva apenas no nome essa força cosmológica contra o Estado-Mercado, mas em seu modo de vida e em sua postura de luta. As classificações e criações do Estado-Mercado não são por acaso, atos isolados, mas, sim, parte de projetos cosmopolíticos, que envolvem classificação-valorização de mundos. A guerra de extermínio promovida pelos invasores contra os povos originários é também uma guerra conceitual e uma guerra contra a vida.

Podemos dizer, então, que “índio manso” é um conceito transitório criado do encontro entre o invasor e o selvagem, uma interface do civilizado, mas que ainda não é cidadão, uma atualização mais “mansa” do selvagem, mas que não é bárbaro. O “índio manso” sofre ataques violentos, preconceituosos e racistas por parte do invasor, não tem direito nenhum dentro do Estado-Mercado e é violentado sempre, não participa de nada da forma de vida dos invasores, mas tenta participar, tenta reproduzir, tenta encarnar e internalizar sua sociabilidade e leis inventadas pelos invasores. Eles estão nessa Zona alien, uma zona em que ele não é mais “índio”, nem cidadão, a zona do fora, do esquecimento, da confusão. Ficou perdido na transpassagem dos mundos, se tornou um indigente. O “índio manso” depois de muito tempo, aqui no Ceará é chamado de “não-índio”, de “falso índio”, e recebe vários nomes, menos o de indígena. Ele é o caboclo, o caipira, o matuto, o mateiro, mas não é mais o indígena.

O “índio manso” foi se atualizando aos poucos em colono, caboclo, sertanejo, mateiro, caipira, mestiço, cearense, brasileiro, retirante, pobre, mercadoria. A atualização do conceito de “índio aculturado” em seus vários graus e categorias ministradas pela coroa, pelo império e, mais tarde, pelo Estado-Mercado, foi transformando o indígena em indigente, fazendo com que ele mesmo se convencesse de que não é mais indígena e que tivesse medo e vergonha de ser quem é.

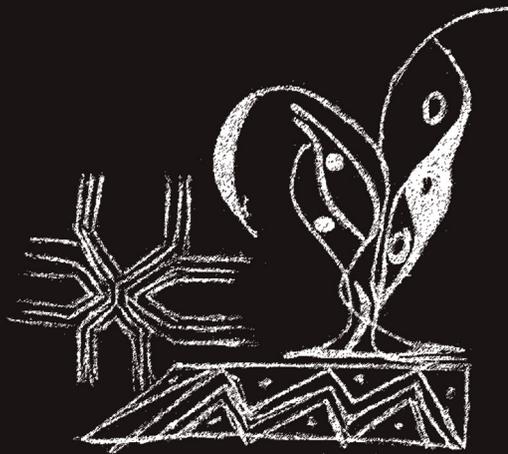
Fazer se desconectar da singularidade de um povo, da Terra, dos sentimentos, do que é pertencer a ela, é o movimento “central” do pensamento



de extermínio dualista de matriz ocidental. O objetivo deles é exterminar a diferença e transformá-la numa variação do igual, replicação do código-fonte do Estado-Mercado, valendo menos que uma mercadoria, razão pela qual pode ser exterminada. A ideia central do movimento dual de pensamento é que o povo se olhe no espelho e se identifique com o Estado-Mercado, com as leis, com o lucro, com a morte, com o consumo, e depois morra.

Atualizado o sujeito colono, ou seja, colonizado, restando nele, no máximo, uma “descendência”, o indivíduo ou grupo pensa sempre em sua ancestralidade indígena no passado, colocando nossos povos como escala de transição entre o “mundo primitivo” e o “mundo moderno”. Esse movimento nos aponta que as atualizações conceituais acontecem também de acordo com a historicidade-temporalidade implantada pelo modo de produção invasor.

O capitalismo hoje é a atualização conceitual vigente que atua não só no campo econômico, mas também no campo conceitual e gravitacional da Terra. Pela primeira vez, existe a ameaça de devorar o planeta e destruir o equilíbrio do emaranhado dos mundos. Se isso acontecer, todos os céus vão desabar. A partir disso podemos pensar que as questões não são mais geopolíticas, envolvem múltiplos mundos, todas as cosmologias. Para nós, povos originários, desde a invasão a guerra é cósmica, ou seja, cosmopolítica. O capitalismo é uma guerra de extermínio cósmico. Isso se amplia e alcança não só o plano “físico”, mas também outros mundos, mundos extrafísicos.



# CAPÍTULO 4

## A HISTÓRIA “OFICIAL” COMO TECNOLOGIA DE MORTE

### HISTÓRIA (ARTIFICIAL) “OFICIAL”

A história dos invasores é oficializada na escrita, eles elegeram a escrita como o *modus operandi* oficial da composição dessa história e impuseram aos mundos indígenas como única forma de aparecer oficialmente na história. Os invasores tornaram oficial a forma deles de registrar e sentir a história a partir das suas relações de mundo. Escrever, registrar e documentar são métodos de controlar uma experiência colocando-a na artificialidade da escrita, registrando-a num tempo e localizando-a num espaço. As formas de registrar e documentar que compõem o método de criação da história “oficial” dos invasores são compostas, sobretudo, a partir dos conceitos criados para separar e controlar o espaço e o tempo. A experiência histórica “oficial”, articulada com os registros e documentos, cria uma experiência artificial de ler o espaço-tempo no Estado-Mercado-Nação.

A história “oficial” é tendenciosa e tende a exaltar o invasor. A história escrita é a forma de controle que o invasor acha mais prática para sobrepor suas narrativas e colocá-las em patamar de verdade, dominando o lugar de narrativa, dando-lhe o valor de “oficial”. O pensamento ocidental “moderno” dá maior importância à escrita como essa instrumentalidade de descrever o mundo. Através da forma de pensar e registrar as experiências de vida, podemos perceber o marcador diferencial entre os povos indígenas e os povos invasores. As diferenças de sentir a vida entre povos invasores e povos originários acontecem em muitos aspectos, um deles está na forma



de narrar suas experiências coletivas singulares. As formas diferenciais de pensar o conceito de história para povos invasores e povos indígenas dizem muito sobre suas formas de pensar e sentir as relações de vida.

A história “oficial” contada, escrita e ensinada pelos invasores sobre nossos povos constitui uma das faces de extermínio, naturalização e concretização do pensamento colonial. Ela cria de maneira proposital fragmentos e lacunas sobre a existência e história de nossos povos, essas faltas, buracos e silêncios são reflexos diretos do projeto invasor, criando esse lugar de esquecimento para nossos povos dentro da história oficial. O lugar da imprecisão, do mito, da lenda, da “inverdade”, aquilo que não se sabe ao certo. É com esses olhares que o “mundo moderno” enxerga nossos povos.

Uma história “oficial” criada e narrada pelos invasores gera uma história tendenciosa, positivando suas “conquistas e descobertas”, e imprime no imaginário geral a imprecisão sobre a história de nossos povos, negatizando e acoplando aos povos indígenas a imagem conceitual de lenda e mito. Para que a história “oficial” seja verdade, as experiências coletivas indígenas devem ser narrativas míticas, e mito aqui se torna outro nome para erro. A verdade da história “oficial” é justificada e criada pelos métodos de criação dela mesma, o método científico é o método verdadeiro de se chegar a uma verdade acerca de uma narrativa, já os métodos indígenas, que não seguem os métodos ocidentais, são classificados como “imprecisos”. Assim, os povos indígenas e suas narrativas de formação dos seus mundos e modos de vida são colocados como “lendas”.

A história “oficial” como verdade, de certa forma, justifica o movimento violento da colonização, fazendo com que nós, indígenas, sempre sejamos vistos como inimigos da história “oficial”. Portanto, os movimentos de retomada são “criminalizados” e vistos como um movimento “antinatural”, pois não são pautados na história “oficial”, então, um povo ancestral que luta para retomar seu lugar de escolha, retomando seu posicionamento e postura como povo originário, não tem apoio histórico, ideológico, jurídico, antropológico, social, somos sempre vistos com desconfiança e imprecisão por todos. “Será que esse povo é índio mesmo?”, “Onde eles buscam as informações históricas de fontes seguras para afirmarem que são índios?”.



Os movimentos conceituais de criação e deslocamento de conceitos para apagar nossas narrativas de formação de povo, minando nossas forças de ação e retomada, são arquitetados propositalmente pelo Estado-Mercado, que é o maior interessado em não retomarmos esse lugar de escolha, pois assim fica mais fácil escravizar as terras e lucrar com a destruição do planeta. O movimento de deslocamento conceitual cria um conceito e em seguida inverte sua polaridade, servindo ao interesse dos que querem ser donos da terra. Isso é o que transforma, no imaginário do cidadão de bem, nós, povos originários, em invasores, e produz um segundo movimento, fazendo com que nós, indígenas, tenhamos medo de nos afirmar e retomar nossa ancestralidade e singularidade de povo.

O medo de estar “mentindo”, de ser impreciso, também é um movimento implantado no psicológico dos nossos povos pela colonização, um movimento bem articulado conceitualmente pelas tecnologias de colonização: a ciência, formadora dos conceitos; o Estado, formador das leis e da burocracia; e o mercado capitalista, formador da potência do desejo de consumo como falta. Tudo isso é criado, trazido e implantado pelos ocidentais para codificar e pensar as relações entre si e entre os outros, transformando tudo numa relação de consumo.

A maioria dos conceitos cunhados pela ciência ocidental trabalharam e ainda trabalham a favor da colonização de algum modo, pois são forjados pela referência de base de suas relações, que são diferentes das relações fundantes dos nossos diferentes povos originários. Por isso, os conceitos criados pelas ciências ocidentais para pensar nossos povos são, de algum modo, imprecisos. Não dá para pensar e sentir nossos povos utilizando os mesmos pensamentos e ferramentas conceituais que a matriz ocidental invasora. Ou seja, não podemos pensar de maneira anticolonial pensando com os conceitos dos invasores. Por isso se faz necessário pensar a partir de nossas memórias ancestrais, nossos sonhos e nossos antigos, retomar conceitualmente, ampliar, e lutar também de forma conceitual. É necessário pensar nossos próprios conceitos junto com a Terra, propor e criar uma ciência conceitual indígena para se contrapor a essa que se diz “oficial” e rasgar a verticalidade da imposição colonial, criando horizontes de eventos a partir dos pensamentos-vida de cada povo.



Os movimentos de deslocamentos conceituais e as inversões de polaridades criadas pelos invasores são perpetuados até hoje, elas vão acontecendo juntamente com o movimento de avanço da atualização colonial. Um mundo, quando pretende ser implantado e imposto pela violência como único, não faz isso apenas pela violência física, ela vem acoplada à violência conceitual, emocional e espiritual. Colonizar é impor um mundo e um pensamento através do extermínio e da inclusão-exclusão dos outros. Colonizar é gerar energia de morte nos outros mundos. Esse movimento gera uma energia de extermínio, movendo a morte, destruindo a Terra e matando os povos. Energia é movimento e movimento é energia. A energia e o campo que a colonização e suas atualizações criam são de extermínio, e quando modos de vida indígenas são exterminados, todo o campo da Terra sente.

Nós, indígenas, sentimos e pensamos a vida, as emoções e as relações de outras maneiras. Nossas relações singulares de povo, nossas experiências coletivas são gestadas e brotam a partir de outros movimentos. Assim, não pensamos por dualidades inclusivas/ excludentes, nossos povos são plurais. Nossos povos vivem em pluralidade de emaranhamentos de sentimentos e percepções com a Terra, é nesses horizontes de eventos que cada povo brota, e é nesse lugar de escolha em que nossas experiências coletivas como povo acontecem. Portanto, os conceitos de matriz europeia não funcionam para entender e sentir nossos mundos indígenas. Conceitos como os de natureza e cultura não funcionam do mesmo modo para nossos povos, bem como não existe a mesma noção evolucionista de pensamento colonial acerca do espaço-tempo.

A criação dos conceitos de colonização também são armas de grande alcance, cristalizando-se e atuando dentro da historicidade-temporalidade artificial criada pelo Estado-Mercado, para naturalizar pensamentos e formas de ver os povos indígenas. Os conceitos colonias criados para pensar nossos povos, são utilizados para identificá-los, criando um eterno “looping”, no qual pensamos os mundos indígenas a partir das matrizes de pensamento ocidental invasor. Assim, nunca propomos pensar nossos próprios problemas, sempre pensamos e buscamos resolver os problemas do Estado-Mercado. Um código-fonte é criado pelo Estado-Mercado para pensar os povos indígenas e para o indígena pensar.

As noções conceituais que permeiam as diferenças entre mundos “modernos” e indígenas, ficam explícitas quando pensamos os conceitos de natureza e cultura criados pelos pensadores ocidentais. A natureza está acoplada a um código-fonte que prevê uma essência, enquanto a cultura é um código-fonte que varia em relação à diversidade da natureza. Uma está em contato com a outra: a natureza inclui as culturas, excluindo outras naturezas, e as culturas incluem uma única natureza, variando em diversas culturas.

## EXPERIÊNCIA COLETIVA INDÍGENA

Nas vertentes transversais de transpassagem e atravessamento, nossos povos sentem e fazem as suas experiências coletivas acontecerem de maneiras diferentes. Esses acontecimentos das experiências coletivas singulares vão compondo narrativas que vão formando, criando e apresentando um povo. Nossa experiência coletiva é transmitida não só de uma maneira e não a transmitimos em documentos, leis, arquivos e datas. Nossas experiências com o espaço-tempo não são reguladas por registros “oficiais”. Nossa experiência com a vida não está morta na lembrança das páginas amarelas da história. As **experiências coletivas**<sup>17</sup> dos nossos povos são cultivadas na oralidade, no cotidiano, nos sonhos, na memória ancestral e no encontro entre mundos, físicos e extrafísicos. Nossas experiências coletivas são experiências de transpassagem. Podemos perceber a diferença relacional com a vida e com a forma de senti-la e apresentá-la para as próximas gerações.

A oralidade, para nós, povos originários, é uma composição de diferentes frequências da experiência coletiva singular de cada povo. Ela por si não é absoluta, mas nossos povos utilizam a oralidade juntamente com a energia diferencial e de frequência de cada povo, tornando-a instrumento de transpassagem dos nossos sentimentos. A oralidade é sentimento de energia coletiva. Quando nossos troncos velhos transmitem parte de sua sabedoria ancestral para as próximas gerações a partir da oralidade, eles

---

<sup>17</sup> É a expressão através da qual trato o termo “história” para nossos povos.



não fazem isso de maneira individual, as vozes, os gestos, os sotaques, os sentimentos, os acessos à memória ancestral são sempre coletivos. As vozes se emaranham, e não existe mais barreira entre passado, presente e futuro, a relação com o espaço-tempo acontece e para cada povo acontece de um jeito diferente, ali existem redes, teias e caminhos emaranhados de passado-presente-futuro, que estão sendo caminhados, tecidos e criados, juntos. A oralidade é sentimento de composição coletiva, como tudo que compõe nossos povos.

Outros sentimentos de composição da nossa experiência coletiva são os sonhos, as intuições, a memória ancestral, tudo isso compõe a linguagem dos nossos povos. Como indígena, penso e sinto a linguagem, para além de símbolos, penso-sinto a linguagem como energia, uma energia de afeto, afinidade e composição coletiva. Então, quando um tronco velho nos fala sobre nossa experiência coletiva de povo, ele traz todo esse sentimento e afeto do que é pertencer à Terra e a um povo filho dela para o aqui-agora. Ele não fala de uma lembrança, ele está falando a partir do espaço-tempo de seu povo. Nossa linguagem pela oralidade não transmite e nem traduz apenas símbolos, signos, nossa linguagem traz energia de afeto e sentimento de pertencer a um lugar de escolha, a um povo. Nossa oralidade e experiência coletiva trazem, transmitem, apresentam às nossas próximas gerações, para além do espaço-tempo, o sentimento de ser indígena da Terra. Nossa linguagem transmite energia de sentimento, nossa linguagem é energética.

Nossa “história” é transmitida também pela oralidade, mas não só por ela. Não está documentada em cartórios, pois nossa relação “histórica” não é com o Estado-Mercado, nossa relação de experiência coletiva é com a Terra. Nossos “registros” não estão arquivados e escritos nos papéis, está no cotidiano, nos costumes e jeitos, nos sonhos, na memória ancestral e nos mundos extrafísicos. Sentimos que somos indígenas com a alma. Essa relação não é controlada, arquivada, datada, ela é livre e se faz todos os dias cultivando e sendo cultivado na relação com a Terra, acontecendo com todos os povos e seres que vivem nela em suas diferentes frequências de vida. Nossas experiências coletivas singulares de povos são livres, orais e sempre estão acontecendo em movimento e ação, energia e emoção. Passado, presente e futuro não estão em lugares fixos e nem seguem uma

“linha do tempo”, uma ordem cronológica, acontecem aqui-agora e seguem fluxos afetivos que cada povo e cada experiência coletiva faz.

A composição de cada povo em seus horizontes de eventos passa pela maneira diferente com que eles sentem, vivem e transmitem suas experiências coletivas. Nossas experiências coletivas transmitem sentimento, e pelas próximas gerações, nos fazem brotar.

## RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS DE HORIZONTES DE EVENTOS

As relações entre nossos povos são relações diferenciais, existe um diferencial de cada povo que o torna singular, porém essa singularidade é feita por um campo e pensada, sentida, a partir dos **horizontes de eventos**<sup>18</sup> coletivos. Os sonhos coletivos da Terra formam nossos horizontes de eventos coletivos, que são compostos pelos emaranhados de transpassagem entre frequências e planos de ação, são as possibilidades de formação de nossas experiências coletivas, gestadas a partir da abertura e amplidão de cada povo em sentir a frequência e energia da Terra e do céu. As informações ancestrais, estelares, espirituais, vão se emaranhando, juntando-se em experiências coletivas, criando informações singulares, gerando, brotando narrativas de formação e criação de mundos, sociabilidades, formas de agir no cotidiano, isso vai singularizando a frequência diferencial de cada povo.

Essa frequência singular coletiva de cada povo gera campos de ação coletivos, por isso um “indivíduo” nunca é “um eu”, a singularidade coletiva expande a consciência de cada indivíduo, tornando-a consciência coletiva, todo indivíduo é coletivo. Por isso, para nossos povos, todos somos corpos e campos coletivos de ação, nosso pensamento e sentimento estão emaranhados com todos os seres.

É a partir dessa relação e sensação de coletividade diferencial que aprendemos através dos ensinamentos da Terra que todos estamos interligados. Por isso não nos sentimos “donos” de nada, não somos “donos” da Terra e não nos sentimos sós no planeta. Por isso, sabemos a importância

---

<sup>18</sup> Penso “horizontes de eventos” similar ao conceito de “mundo”, mas não como algo fechado. Os nossos “mundos” indígenas sempre são abertos, por isso, horizontes de eventos mudam, se expandem e brotam.



e o peso gravitacional de cada povo. Os rios, o vento, o chão, as árvores, os animais, os espíritos, todos são parentes, nossos irmãos, todos vivem livres, sentindo o campo da Terra, sonhando, sendo sonhado e cultivado por ela. Esse diferencial relacional nos faz povos diferentes, que pensam, sentem e falam diferentemente sua mensagem acerca da experiência coletiva do viver.

Nossas “filosofias” estão voltadas para a vida e para o viver. As experiências coletivas dos nossos povos, transmitidas pelos relatos orais, não são apenas linguagem, são energias e sentimentos de vida, trazem nelas os sonhos, o pensamento da Terra e as vozes dos que vieram antes de nós, atravessando espaço-tempo, quebrando uma cronologia de uma única origem que controla. Nossos povos sabem que deixar para as próximas gerações os sentimentos de vida e do viver com a Terra, é mais importante do que deixar propriedades e coisas como herança.

Nossa postura diferente de vida bate de frente com a relação que os invasores impõem à Terra. A proposta de “vida” da colonização é uma única proposta de controle, quem não a absorver será constantemente caçado, censurado, atacado, estará na mira do extermínio. A “proposta” de produção de vida dos invasores é artificial em todos os sentidos, é a produção de uma vida controlada e a reprodução de um sistema de extermínio. A história “oficial”, através dos registros escritos tratados como verdadeiros, vende a proposta de vida artificial como o fim almejado, dando força e visibilidade a ela, e esse movimento de cristalização do projeto de vida artificial credibiliza a história dos invasores como “oficial”, um alimenta o outro. Desta forma, as experiências coletivas orais dos nossos povos são sempre colocadas em outros “espaços-tempo” de menor importância.

Os espaços-tempo das narrativas indígenas não são os mesmos da temporalidade-historicidade artificial criada pelo Estado, estão fora dela. Assim, as narrativas de criação dos nossos são como narrativas aliens para o Estado-Mercado, narrativas “não-oficiais”. Cada singularidade de povo tem um espaço-tempo de criação em seus horizontes de eventos e, nesse emaranhado, as informações que chegam e compõem os diferentes horizontes de eventos, vão transpassando-se em experiências coletivas em que brotam as narrativas de criação e formação de mundos. Em nossos espaços-tempo de criação de cada povo, sentimo-nos como singularidade



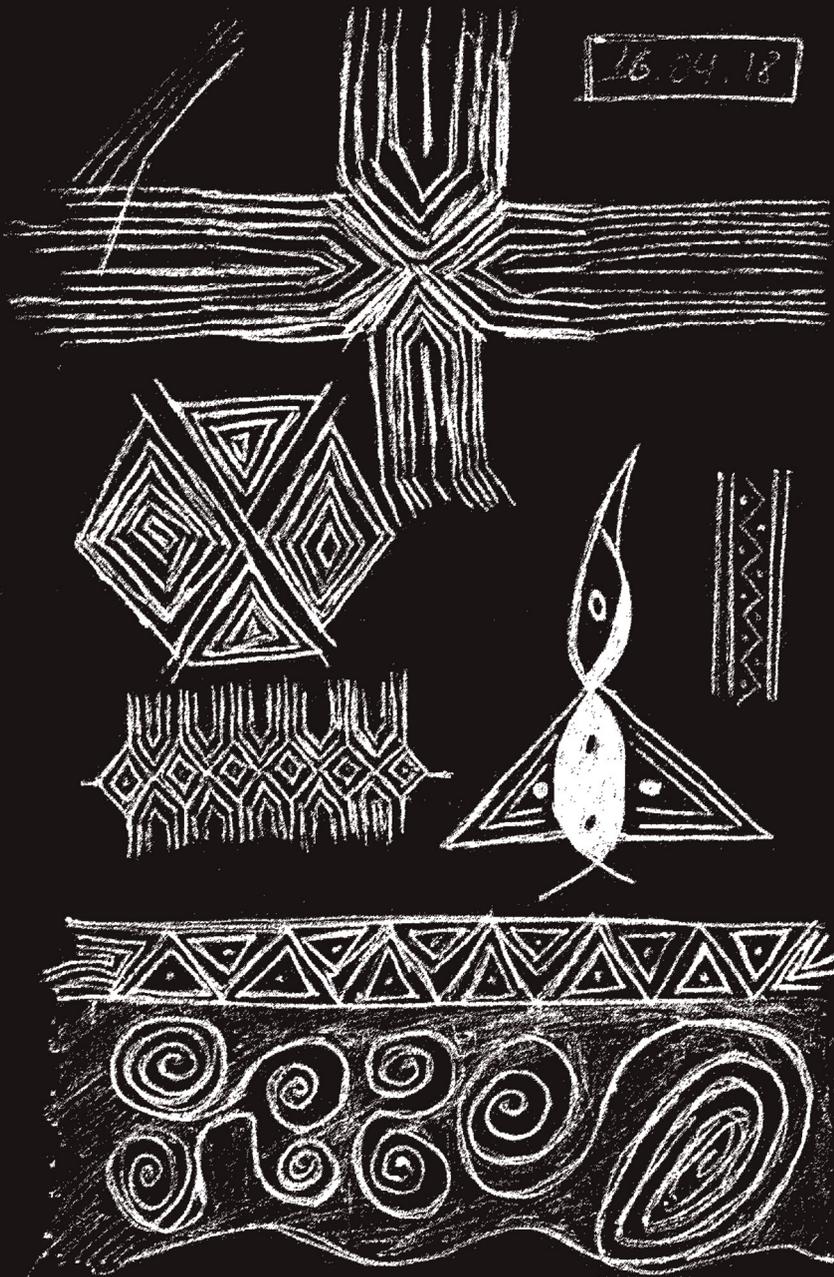
diferencial e entendemos o nosso lugar de escolha de cada povo, a partir dos ensinamentos da Terra.

Indo por esse emaranhado de pensamento-sentimento, podemos perceber que as narrativas de criação de mundos indígenas são muito diferentes das narrativas artificiais de criação dos “mundos modernos”. As experiências coletivas orais dos nossos povos com a linguagem são sabedorias e tecnologias do espírito que transpassam e ampliam-se para além dos signos, símbolos e significantes, não pensamos nem sentimos a linguagem como o “homem moderno”.

O movimento de implantação do modo de produção do “homem moderno” foi tornando-se “natural”, mas não de maneira natural. O modo de produção de morte foi se reproduzindo em campos, conceitos, leis, cotidiano, energia, sociabilidade e imaginário. O imaginário do cidadão comum foi povoado e cristalizado numa única forma de produção de sociabilidade. Esse movimento narrado pela história “oficial” a partir de seus instrumentos de alfabetização, ou seja, de modelagem de cidadãos, através da educação, perpetua a história dos invasores como um ato heroico e nos coloca como ultrapassados e inimigos do progresso.

Portanto, faz-se necessário que o modo de produção do modelo colonial atualizado no capitalismo seja implantado e visto como único meio viável de sociabilidade. Com isso, os modos de vida dos povos originários têm que ser deslegitimados e eliminados. Um código-fonte único gerado e implantado pelo Estado-Mercado invade o pensamento, a alma e o corpo dos seus súditos cidadãos. A invasão do Estado-Mercado não foi/ não é só física, ela também se configura numa invasão interior, uma mudança de percepção e sensação da vida. Uma invasão de mudanças de conceitos e de implantação conceitual.

16.04.18



# CAPÍTULO 5

## GUERRA COSMOLÓGICA CONCEITUAL

### ESTADO-MERCADO: MODELO DE CONTROLE OFICIAL

O Estado-Mercado é o maior interessado nas terras indígenas e no desaparecimento dos modos de vida indígenas, é o maior mandante dos crimes e assassinatos contra os povos originários. As balas que matam os povos indígenas, que antes eram disparadas pela coroa, hoje são disparadas do congresso nacional. A formação fundiária do território que hoje se chama Brasil é o resultado geral da invasão, roubo, morte e destruição, promovida pelos povos “civilizados” europeus. A implantação e imposição da hegemonia do Estado-Mercado e suas formas de gerir a territorialidade e a sociabilidade baseadas na propriedade privada e no individualismo foram e ainda são as diretrizes de pensamento e produção da vida artificial do Estado-Mercado.

Assim, o Estado-Mercado toma posição e pretensão universal de verdade como movimento “natural” de progresso. O conceito de progresso, trazido e implantado pelas formas de pensamento e produção artificial de vida dos invasores ocidentais, funciona concomitantemente com os conceitos de temporalidade e historicidade-espacialidade, criados pelo Estado-Mercado. O progresso é um movimento que se pretende “ir em frente”, avançar, “evoluir” na temporalidade cronológica, com o “passar do tempo” e na espacialidade física, com as narrativas históricas “oficiais”.

O modo de produção de morte capitalista domina e impõe sua energia de sociabilidade, sua temporalidade e sua espacialidade nas relações. Sua “filosofia” se torna a referência nas relações cotidianas, econômicas, sociais, políticas, geopolíticas, cosmopolíticas, emocionais, mentais,



espirituais e no imaginário, controlando a morte. Aos diferentes e contrários ao modelo de produção de morte do Estado-Mercado só restam dois caminhos: a conversão, que é a inclusão, que exclui e extermina aos poucos, ou o extermínio literal imediato. A produção de morte em massa promovida pelo Estado-Mercado transforma todos em consumidores e tudo em algo consumível, visando também transformar a grande maioria dos “sujeitos” consumidores em pobres, miseráveis, famintos, sem-terra, sem-teto, desprovidos do dinheiro, que é o mecanismo de valoração da vida no jogo capitalista, para gerar dependência e dívida para muitos, lucro e vida para poucos.

A experiência coletiva no Estado-Mercado é a experiência do consumir. Consumir uns aos outros, consumir a Terra, consumir dinheiro, consumir a si mesmo, para gerar o valor ilusório de uma experiência de vida artificial, que produz e gera morte, um desejo megalomaniaco baseado no poder e no egocentrismo de uma ideia universal de controle. Uma forma de organização implantada no imaginário coletivo dos seus súditos brasileiros como, oficial, natural, universal e única possível. A implantação/imposição de um modelo de produção que mata a vida do planeta. Não existe capitalismo, ou sistema de produção em massa de excedentes que seja sustentável e esteja em harmonia com a Terra. O modo de produção capitalista, se não for parado, vai destruir o planeta.

O Embrião do Estado-Mercado invadiu e implantou pela força da violência uma hegemonia de pensamento oficial, ele pensa e forma sua sociabilidade por propriedade e não em conjunto com a Terra. Esse pensamento oficial é vinculado a uma sociabilidade criada pelo Estado-Mercado. Como exemplo disso podemos citar o nacionalismo, fenômeno que reivindica uma espacialidade e temporalidades artificiais, metafísicas e que só tem conjunto ideológico, ou seja, não se efetiva no cotidiano como força ativa, mas se efetiva no cotidiano como força manipulativa. Não é necessário efetivar na prática a ideia. A ideia se efetiva no coletivo imaginário e a partir daí programa a artificialidade das relações, noções e formas de sociabilidade. Os conceitos geográficos oficiais de fronteiras e a história “oficial” criados pelo Estado-Mercado são ferramentas conceituais e científicas utilizadas para implantar nesse imaginário essa unidade nacional.

Essas ferramentas oficiais são implantadas no coletivo imaginário dos súditos cidadãos brasileiros a partir da educação, que também

é completamente formulada nos moldes de enriquecimento do Estado-Mercado. Assim, os brasileiros, filhos do Estado, desde que nascem são registrados, rotulados, nomeados e introduzidos desde cedo no programa de educação do Estado-Mercado. O Estado-Mercado implanta o quanto antes, um modo de “ter” no embrião de cidadão, motivando-o a consumir, gerenciando suas experiências artificiais com a vida a partir da sociabilidade de consumo. Esse é o modo de produção do Estado, que produz consumidores, moldando suas formas de pensar e viver.

O Estado-Mercado “ensina” seus cidadãos a desejar, ter posses, a se relacionar por propriedade e em todas as relações o cidadão vê em seu fim, “fins lucrativos”. O Estado capitalista ensina o seu “filho” a ser consumidor. Os conceitos de humano, cidadão e consumidor, na sociabilidade e pensamentos ocidentais de Estado-Mercado, são sinônimos, funcionam às vezes aglutinados, às vezes individualizados, mas nunca separados de sua natureza que interage diretamente com o Estado-Mercado, o desejo de consumo. Tudo é propriedade, mercadoria e pode ser consumido, as relações são de posse e controle, o pensamento é dualista de certo e errado, a norma e a “igualdade” são definidas de acordo com a meritocracia.

O Estado-Mercado cria um código-fonte de interação e sociabilidade artificial que vai reger a experiência artificial coletiva de temporalidade e historicidade produzida no cotidiano do próprio Estado-Mercado. O sentimento nacionalista opera nesse código-fonte que se relaciona e interage com o Estado-Mercado. O conceito de brasileiro também opera por esse código-fonte e é composto por ele, o cidadão brasileiro é o súdito que interage com as “luzes” do Estado-Mercado, encarnadas na ideologia-sociabilidade burguesa de consumo, nas leis e no imaginário coletivo do cidadão comum. O consumidor é o conceito em simbiose com o código-fonte do Estado-Mercado. Este conceito está em todas as articulações e mecanismos de sociabilidade, as relações do Estado-Mercado são de consumo, tudo se consome na sociedade “moderna” e o desejo de consumir é instigado e tratado como normal. Produzir uma experiência de artificialidade de vida pautada no consumo é o objetivo do Estado-Mercado e isso é articulado na criação e na interação do código-fonte. Esses conceitos se articulam e estão em simbiose com o código-fonte gerado pelo Estado e pelo Mercado.

Para que o modo de produção da empresa colonial fosse implantado, criando o embrião do código-fonte de Estado-Mercado, e fosse se atualizando

até hoje, os modos de vida dos horizontes de eventos dos povos originários teriam que ser eliminados, transfigurados, decodificados e recodificados. Um código-fonte único e novo iria invadir o pensamento, alma e corpos dos povos indígenas, o código-fonte colonial pensado a partir dos conceitos burgueses iluministas de cidadania, progresso e propriedade.

A Terra, o espírito, a encantaria, as formas de se relacionar, o espaço-tempo, a memória ancestral, os sonhos, a língua, a linguagem, a aparência, as vestimentas, tudo nos foi roubado, criminalizado, mudado, tudo agora obedece à lógica do código-fonte, do poder, da posse, da produção, do consumismo. Esse conceito de código-fonte, trataremos aqui como matérias bariônicas<sup>19</sup>, matérias artificiais conceituais ideológicas criadas pelo pensamento dualista ocidental para interagirem com as “luzes” do Estado-Mercado e sua pretensa universalidade. As *matérias bariônicas* fundantes e articuladoras do código-fonte da sociedade “moderna” interagem com as leis e a sociabilidade artificial de temporalidade e historicidade “oficial” criada pela própria experiência. O Estado-Mercado implanta esse código-fonte no desejo do cidadão de bem, e ele age por si, ampliando o desejo de consumir.

O capital é esquizofrênico e se move sem lógica linear, mas cria a experiência coletiva artificial de progresso, baseada na temporalidade cronológica, que não está ligada ao tempo, mas ao consumo do tempo, ao “passar” do tempo. Assim também essa experiência artificial é baseada numa historicidade “oficial” demarcada pelos arquivos e datas “oficiais”, que não está ligada ao espaço, mas a uma espacialidade, que acontece junto com o passar do tempo. Esse movimento é chamado de progresso. A temporalidade-historicidade é acoplada e implantada no cotidiano como experiências artificiais que se cristalizam como “oficiais”, logo, temos uma falsa experiência espaço-temporal com a vida. Essa experiência artificial não se efetiva só no campo da vida física cotidiana, ela também acontece em outros campos do viver. Os campos de relações emocionais, mentais e

---

<sup>19</sup> Na física, matéria bariônica é toda matéria que interage com a luz. Partindo do pensamento que o modelo de Estado-nação que foi utilizado para forjar o Estado brasileiro foi o que se baseava nos ideais iluministas, busco mostrar que o brasileiro, conceito criado a partir do Estado-nação, é feito de semelhanças conceituais de base e código-fonte de ideais iluministas. Assim, matéria bariônica de estado é todo aquele brasileiro que interage com as luzes do iluminismo como conceito de formação de uma nação. Matéria bariônica é toda a massa do estado-nação que é favorável aos ideais de progresso do iluminismo e do capitalismo.

espirituais, também são afetados, fazendo com que as experiências nesses campos sigam a lógica artificial da temporalidade-historicidade implantada pelo Estado-Mercado.

Nós, povos originários, não interagimos a partir da identidade com o Estado-Mercado. Nossa interação com ele é baseada na diferença entre a identidade universal do Estado-Mercado e a pluralidade de nossos povos. A identidade Estatal de mercado quer impor sua forma de pensamento e escravização a todos e à Terra. Isso gera o conflito, a guerra de mundos entre nossos povos e o Estado-Mercado. Para nós, a vida é mais importante que o lucro, a Terra, nossa cúmplice, é mais importante que a produção, “estar junto” e “fazer com” é “prioridade” e não propriedade; como bem declara o Pajé Luiz Caboco, “Quando digo: ‘eu’, estou só”<sup>20</sup>.

O Estado-Mercado está sempre na ofensiva, é agressivo, quer devorar a Terra, quer o controle soberano de tudo e extermina quem quer impedi-lo. O Estado-Mercado quer controlar o território, física e ideologicamente, buscando controle sobre o corpo, a alma, o pensamento e as relações. Assim, quando ele é atacado ou desobedecido por formas de vida que colocam sua pretensa soberania em questão, ele aumenta a intensidade dos ataques em várias frentes, “resolvendo” o problema, por assimilação e por eliminação direta e literal.

É nessa perspectiva de destruição da força de singularidade indígena que o Estado-Mercado ataca para matar. A existência de outras formas de vida, dentro do “território nacional” é o indicativo da não soberania do Estado-Mercado, uma incongruência neste conceito. A esse movimento de fora das matrizes do Estado chamo de um movimento Bae Damã, o alien, de fora. Um movimento de campo diferencial energético contra o Estado-Mercado, diferente do movimento da produção de morte da sociabilidade que ele produz. Para nós, povos originários, indígenas, a luta não é por território (propriedade) e, sim, com a Terra (vida). Não lutamos por direitos dentro de um Estado-Mercado, não queremos fazer parte de uma sociabilidade e de uma sociedade que destrói e escraviza a Terra, lutamos pela não existência delas, lutamos por vida em cumplicidade com Terra e com todos que são diferentes e fazer isso é demarcar um lugar de escolha que não faz parte de um Estado-Mercado. Lutar com a Terra é lutar contra

---

<sup>20</sup> Pajé Luiz Caboco, povo Tremembé de Almofala.



a hegemonia de uma única visão de mundo e pela garantia de que todos os mundos cosmológicos diferentes possam continuar existindo.

A Terra para o pensamento ocidental é um espaço que está ali para servir e ser explorado pelo humano. No pensamento ocidental, tanto no religioso (judaico-cristão), como no científico (evolucionismo), o humano é o ser mais evoluído do planeta e isso faz com que ele seja o “gerente” de todos os outros seres, se colocando no topo da hierarquia, olhando todos os outros seres e povos, de cima pra baixo, não se colocando dentro do ciclo de vida das diferentes cosmovisões que se conectam no planeta. Desta forma, a ideia de preservação, de sustentabilidade, de exploração consciente, presente hoje no Estado-Mercado, vem da ideia e do pensamento de que só os humanos sabem explorar e gerir bem a vida e o progresso da sociedade no planeta. Sem eles, o planeta seria “primitivo”. O conceito de progresso está ligado ao tempo que passa e ao espaço que é modificado, ou seja, ao tempo e espaço que são consumidos. O tempo no mundo “moderno” devora tudo, consome, e traz com ele o “progresso”. O espaço “primitivo” é consumido, modificado e dá lugar ao espaço “moderno”, é a força do “progresso”.

O conceito de progresso está articulado e acoplado aos conceitos de ciência e humano. O espaço conectado ao conceito de ciência é o espaço da verdade, do laboratório e dos métodos “modernos”. O conceito de humano, está ligado ao tempo e à sociabilidade das relações, e, sobretudo, ao conceito de identidade. Só se é humano quando você consegue identificar no outro sua humanidade. Esses blocos conceituais são criados e estão todos amarrados ao Estado-Mercado, interagem diretamente com as “luzes” primeiras do Estado-Mercado burguês do iluminismo. Por esse motivo, a Terra ganha o aspecto de espaço-tempo vazio de vida, em que os humanos podem moldar sua experiência, produzindo, lucrando, explorando e destruindo sem nenhum remorso.

A Terra, a partir do pensamento ocidental cunhado na revolução burguesa, é vista, sentida e vivida como objeto de posse, lucro e luxo para os humanos. E esses humanos não são todos, eles são poucos, são algumas pessoas. Aqueles que não são humanos em sua essência sempre estão no meio do caminho entre o selvagem e o humano, mas nunca irão se tornar humanos. Isso faz com que o conceito de identidade no Estado-Mercado



seja uma busca que não tem fim. A identidade é variante, diversa, mas não é diferente, ela é centralizadora, pois a natureza é única, a humana. Então, das duas, uma: ou já nascemos todos humanos, só não sabemos que somos, e vamos nos tornar, ou não nascemos humanos e nunca vamos nos tornar um. Esse conceito de humano cria o acoplamento de uma identidade planetária a partir dos Estados-Mercado. É assim que nascem os “direitos humanos”, baseados numa perspectiva de humano cunhada pelo pensamento ocidental, e é a partir deles que muitas invasões no “mundo moderno” são iniciadas, disfarçando os interesses comerciais.

A percepção da Terra, para o Estado-Mercado, não passa pelo afeto e pela afinidade, ele a vê como mercadoria, é apenas um recurso material que deve ser explorado para a produção de mais mercadoria e consumidores, mantendo o “progresso” e a continuidade da “sociedade moderna”. A sociedade “moderna” na forma de “humanidade” devora a Terra e chama isso de “progresso”. Nós, povos indígenas, vivemos em cumplicidade com ela e somos chamados de selvagens. Nossos povos e a Terra são afins, assim como são afins o Estado-Mercado e o lucro. O olhar do modo de produção capitalista retira todo o encanto da Terra, transformando-a em território de mercado, território de pensamento do consumo, alienando, escravizando e “esvaziando” as terras de afetos e afinidades ancestrais.

Os “modernos” não têm nenhuma ligação ancestral de encantamento com a Terra, a ligação deles é de consumo e desarmonia. O funcionamento do pensamento binário ocidental se aplica no binarismo territorial estatal público/privado. Essas são as relações de território que o Estado-Mercado impõe. O público/privado funciona como duas faces de um mesmo pensamento, que tem no lucro e na propriedade seus maiores expoentes. O Estado-Mercado vê a Terra de forma dual, propriedade-lucro. Os povos indígenas a veem de maneira multidimensional.

## COSMOVISÕES EM CONFLITO

O Estado-Mercado em seu conceito central de existência afirma-se como soberano, e soberania, neste sentido, quer dizer originário de todo poder. Por isso, em sua ideia inicial não se pretende coletivo, mas,



sim, único. E para manter o controle soberano de seu território necessita ser soberano belicamente, economicamente, ideologicamente e cosmológicamente, eliminando as formas de vida que não interagem e nem se submetem a ele. O Estado-Mercado soberano impõe fronteiras, limites e posses ao seu território, ele é dono e soberano de tudo. Mas o que é “ser dono” de algo? Já o sentimento cosmológico indígena é diferente, não pensa a Terra como propriedade, e muito menos que somos “donos” da Terra. Nós pertencemos a ela. Mas o que é “pertencer” à Terra? Essas duas perguntas cosmológicas são perguntas que iniciam mundos e continuam a ser feitas na guerra dos mundos. “Pertencer” e “ser dono” são perspectivas cosmológicas bem diferentes de se relacionar com a Terra.

Pertencer à Terra, saber que sua relação com a vida é de acontecimentos, fluxo e coletividade, é sentir as relações horizontalmente a partir de afinidades singulares entre povos, é sentir que todos os povos são diferentes e que todos são importantes no emaranhado da teia da vida que se amplia no planeta. Pertencer à Terra é pertencer a um povo e uma experiência coletiva de relação com ela, sabendo que ela nos nutre como maior, como cúmplice e nós a nutrimos existindo em convivência com ela e com os outros povos. Pertencer à Terra, é pertencer a um lugar de escolha de relacional, é ter postura coletiva, bem diferente do querer “ser dono”.

Pertencer é sentir o emaranhado e as conexões que nos ligam uns aos outros, entendendo a diferença que nos separa não como conflito, mas como possibilidade diferencial do novo. Os modos de vida que sentem, pensam e convivem com a Terra, relacionando-se com ela como cúmplices, não a veem apenas como territórios físicos, um chão que se habita, mas como horizontes de eventos que criam experiências coletivas singulares de povos que ampliam o campo de emaranhamento e ação da Terra.

A Terra para nós, indígenas, é campo de vida que amplia as experiências coletivas singularidades de cada povo, as experiências entre os povos e com a própria Terra. É campo de campo, vida de vida, em que a morte não existe e nem é sentida como é para os ocidentais. A morte, para nossos povos, é ampliação da mudança de estado energético e ação junto à Terra, é mudança e simbiose entre nós e a Terra, assim como a vida. Morremos para brotar do chão. Nossos povos não morrem, nossos antigos não morrem, nossos mundos não morrem, nossos modos de vida



não morrem, eles se encantam, transpassam, ampliam sua conexão com a Terra em outras frequências de viver e continuam vivendo. Não existe uma única referência como identidade de vida, mas diferentes e múltiplas ações de viver.

O campo gravitacional, campo de gravidade, campo de vida, campo de memória ancestral, campo de sonho, campo cósmico, campo de encantaria, campo da oralidade são campos que compõem os horizontes de eventos da Terra e que se emaranham e se relacionam com os campos ancestrais de cada povo. Isso cria nossa singularidade de povo da Terra, o horizonte de evento de cada povo. Essa relação que cada povo tem com a Terra é muito mais ampla do que o território-local que ela ocupa (*locus*).

O pensamento ocidental, de “ser dono”, baseia suas formas de pensar a partir do desejo de consumo como falta, a busca pelo que não se é e pelo que não se tem, a posse, a propriedade, o dualismo “eu-outro”, a profunda relação individual com o “eu”. Essa matriz de pensamento cria as formas dos povos ocidentais de se relacionarem e organizarem suas sociabilidades. As estruturas psíquicas, mentais, emocionais e espirituais dos povos ocidentais, por organizarem-se de formas diferentes das formas de vida indígenas, veem a diferença como problema, enxergam tudo aquilo que não se identifica com o “eu”, como inimigo.

Essa forma de se organizar mentalmente, espiritualmente e emocionalmente reverbera nas formas sociais de suas instituições e relações de vida. A propriedade, “ser dono”, ocupar a terra dessa forma, acumular bens é sinônimo de prosperidade e “progresso”. Os invasores mudaram tudo, implantaram seus conceitos de mundo e os universalizaram à custa de violência e morte. Os pensamentos e ações dos mundos dos povos originários foram deslocados para o plano do primitivo pelo mundo “moderno” único do invasor. Todos os conceitos “modernos” foram implantados e ganharam força cosmopolítica e de imposição através da ciência “moderna” e das leis que se efetivaram a partir do mercado. Toda sociedade moderna é artificial, não existe nada de natural, é uma experiência artificial implantada que visa ao lucro.

Os povos originários indígenas passaram de invadidos a invasores, de povos livres a povos devedores. Tudo se modifica. A Terra passa a se chamar território e a se atribuir valor e escritura a ela, as fronteiras e as

cercas aparecem, a geografia muda, a física de sentir e pensar o espaço-tempo muda, a forma como registrar e transmitir a experiência coletiva histórica muda, a língua muda, a sociabilidade muda. Todos passam a ser chamados genericamente de brasileiros, respondendo e interagindo com a identidade nacional de massa, com a *matéria bariônica*, criada pelo Estado-Mercado para unificar metafisicamente no imaginário coletivo suas diretrizes de funcionamento. O referencial diferencial de pensamento e vida dos povos originários sofre uma mudança, um deslocamento conceitual gravitacional. O conceito de identidade, implantado pelos ocidentais, é o conceito-chave para se entender a cosmologia invasora.

Pertencer à terra é pensar, viver, agir e orientar-se em outros campos de espaço-tempo, ou seja, em outro paradigma que não se refere apenas ao território físico, mas a uma Terra afetiva, ancestral, espiritual, suas outras dimensões de vida. É uma afinidade perceptual. Assim, território-propriedade e Terra, como aqui analiso, são duas categorias distintas que marcam um limite dimensional entre duas percepções de sentir a vida. São espaços-tempo de ação e ocupação diferentes, são histórias, geografias, sentimentos e experiências coletivas distintas e, portanto, produzem gravidades e efeitos de campos gravitacionais bem distintos quando se transpassam. É no campo do planeta que os efeitos da gravidade dessas duas maneiras de se relacionar com a Terra se manifestam, gerando ondas de impactos uma na outra, criando formas de conflito e de postura distintas.

A expressão dessa afinidade de percepção dos povos indígenas com a Terra não está inscrita na figura das leis ou dos títulos, mas na viva relação que nossos povos têm com ela. Uma relação que transpassa e ocupa todos os povos e todos os povos a ocupam, dimensões múltiplas que se emaranham. É a gravidade afetiva da Terra, ou seja, o peso afetivo que nós, indígenas originários, sentimos em nossa relação com ela. Caminhamos por dentro das águas, das matas, nas areias, com os pés descalços sentindo cada vibração e cada pulsação da Terra, sobrevoamos Vuóvogú<sup>21</sup> com auxílio e ensinamentos de nossos encantados, sentindo o cheiro dos bichos, do vento e dos dias. São esses sentimentos e sensações que nos ensinam a perceber a Terra, a sentir os mundos singulares de cada povo, a viver os mundos e as dimensões dos não-humanos e a aprender sobre nossa

---

<sup>21</sup> Vocabulo da língua Guaná, do povo Aruak, que quer dizer “Nossa casa”.



experiência coletiva, sentindo o nosso lugar de escolha de cada povo. É a linguagem da Terra “sem língua” que sabemos falar e que os brancos e os outros não-indígenas não sabem ou desaprenderam.

O emaranhamento relacional dos povos com a Terra se amplia, revigora e propaga na luta. Isso vai para além do território físico, a energia da Terra está em cada povo, inscrita como linguagem de afinidade perceptual. Assim, a ancestralidade memorial de cada povo chega até hoje, através dos sonhos, dos encantados e da Terra, rasgando o espaço-tempo cronológico oficial, pois essa ancestralidade não se propaga pela temporalidade-historicidade cronológica, ou pela cor de pele, ou pela língua, ou pela cultura, ou pelas características fenotípicas. Ela é sentida e vivida, é o que nos dá força para lutar, brotar e resistir sempre.

O passar do tempo histórico cronológico, que é o tempo “oficial” do Estado, não é suficiente para eliminar o campo de gravidade relacional que os povos originários têm com a Terra. Esse campo é sentido na memória ancestral e está em nossos sonhos, em nossa ação. Mil gerações vivem em mim. Então, desde que se mantenha viva nossa ligação com a memória ancestral da Terra, nossos ancestrais vivem em nós e lutam conosco, conectados pelos sonhos da Terra, usando a força da Terra. Essa é a nossa força afetiva, que nos faz continuar.

A conexão da memória ancestral entre nós e os antigos ganha força no campo da Terra e materializa os ensinamentos e a ação dos antigos no aqui-agora, ampliando as perspectivas de retomada, criando uma nova fase em nossa experiência coletiva enquanto singularidade de povo. Viajar pela memória ancestral dos nossos antigos é viajar pela memória da Terra. Essas novas visões nos dão novo conhecimento de nossa história ancestral, a partir da qual aprendemos novos aspectos sobre nós mesmos como povo, ampliando o campo de nossas experiências coletivas, criando novas lembranças e experiências com nossos antigos. Isso mostra como nossa relação com a Terra, com a memória ancestral e com os sonhos é dinâmica e está em intensa criação. Essa conexão cada vez mais nos dá acesso aos sonhos da Terra. Somos povos que sonham com a Terra.

A relação e ocupação afetiva com a Terra atravessa a temporalidade-historicidade cronológica registrada nos arquivos e tornada “oficial” pelos invasores, e entra em conflito com essa forma de querer controlar a vida.



O sistema de produção de morte do capitalismo devora e desequilibra o campo gravitacional da Terra e todos os outros campos que estão ligados a ela. Nós, indígenas, não queremos fazer parte da sociedade que devora a Terra. Nossos modos de vida estão emaranhados com a Terra e sua saúde. Esse pensamento multidimensional coletivo é o que move nossos povos.

Os diferentes povos indígenas funcionam em diferentes espaços-tempo, exercendo forças, frequências e gravidades junto à Terra, confluindo em vida coletiva. Existem conflitando a oficialidade da temporalidade-historicidade cronológica “moderna oficial” da sociabilidade do Estado-Mercado, ameaçando sua soberania da narrativa temporal-histórica, colocando as “certezas oficiais” do Estado-Mercado em xeque. A guerra cosmológica dos mundos entre Estado e povos indígenas originários não é travada só no campo físico, ela é travada em outros sentidos e campos para nossos povos.

A partir de 1980, com o processo de “redemocratização” do Brasil, os povos indígenas ganharam mais visibilidade política e o processo de demarcação foi abordado de maneira mais explícita com a constituição de 1988, a primeira a citar as populações indígenas originárias no texto oficial. A partir desta data, o processo administrativo de delimitação, demarcação física, homologação e registro recebeu mais atenção, o que durou até meados da década de 1990, mas até hoje as determinações da constituição não foram cumpridas e ainda faltam muitas terras indígenas a serem demarcadas.

A tensão entre forças diferentes de relação com a Terra tem, de um lado, o Estado-Mercado, detentor dos instrumentos de extermínio compostos pelos aparelhos militares, jurídicos e burocráticos que pretendem a continuação do controle exclusivo, exploração e destruição da Terra, e, de outro, os povos originários indígenas, que vivem outros modos de vida e viver.

A luta dos povos indígenas com a Terra e contra o Estado-Mercado reúne diferentes povos, que possuem sua singularidade coletiva e cosmologias localizadas e conectadas às diferentes regiões do país, formando emaranhados de afeto em que se articulam, fazendo transbordar a luta local numa luta planetária. O conceito de emaranhamento de afetos com a Terra sentido nas relações dos povos indígenas com a vida, não está conectado



ou tem matriz de pensamento junto ao conceito de identidade trazido pelo pensamento dualista ocidental. Nossos povos e seu emaranhamento com a vida não se orientam pelo pensamento e sentimento de identidade de unidade de massa, nunca formaremos uma “unidade nacional” dos povos, pois nossa força está em sermos plurais, diferentes. É isso que faz transpassar e movimentar diferentes ritmos nas singularidades de povo. Essa diferença de campo plural de nossos povos é o que nos dá força, é o que nos encanta, é o que afronta e tensiona o conflito com o Estado-Mercado.

O Estado-Mercado chama todos os nossos povos de “índios”, para tentar classificar, esvaziar e controlar de maneira genérica nossa pluralidade singular de povos, mas nós não somos “índios”, somos indígenas originários. Não por postura de identidade e cultura, mas por relação diferencial com a vida. Cada povo tem sua singularidade coletiva, todos são diferentes e plurais.

Desta forma, sou Tapuya-Takariju, indígena originário, nordestino, cearense e brasileiro, tudo ao mesmo tempo, em espaços-tempo diferentes, em ações, relações e movimentos distintos, mas todos num vetor de luta com a Terra, contra o Estado-Mercado. O movimento “quântico” conceitual, relacional e diferencial do sentir a vida dos povos originários indígenas confunde os censores e códigos do Estado-Mercado. Nossos povos são como fumaça, cura, some e aparece. Somos como o vento, brisa e furacão, somos a Terra, somos os sonhos dos nossos antigos, aparecendo e sumindo, lutando com a Terra. Nossos povos são imortais, sempre brotaremos enquanto houver planeta Terra.

# INTUIÇÃO PARA A SEGUNDA PARTE

## NOSSA LINGUAGEM É ENERGIA, SOMOS MEMÓRIA, SONHO E AÇÃO

Para além de pensar um conceito de língua...

Para além de pensar um conceito de linguagem...

Para além de pensar em símbolos, signos, significantes e significados...

Pensar sem rigidez, pensar em coletivo, pensar dentro da memória e dos sonhos.

Para nós, povos indígenas, linguagem funciona como transpassagem das experiências coletivas, que compõem nossas narrativas de formação de mundo.

Os mundos não se traduzem. Eles acontecem. Nós o vivemos em nossas experiências coletivas de povos singulares.

Linguagem é intuição, criação, memória, sonho e ação.

Viver é entoar a linguagem-vida, fazer brotar, o povo-energia.

Nossos diferentes povos sentem as linguagens por naturezas diferentes.

Os mundos em atravessamento cósmico cruzam-se e acontecem em linguagem.

Nossos povos sentem sua linguagem no rio; outros, nas matas; outros, na fumaça e junto com os espíritos.

Percebemos a linguagem como energia, um sentimento que nos conecta com a Terra.

A língua é viva, e a linguagem coletiva.



Elas não separam mundos, elas conectam diferenças a partir da memória, do sonho e da ação. Nossa linguagem é Terra.

Para nós, indígenas, a linguagem é um meio de compor e transpassar energia e sentimento, criar vida, uma comunicação energética, para além da língua.

Nossa linguagem conecta-se com o sol, as estrelas, os animais e os espíritos.

Comunicamos-nos com todos os povos, sem língua.

Transmitimos e sentimos a memória ancestral, a energia dos povos da Terra, os sonhos dos ancestrais.

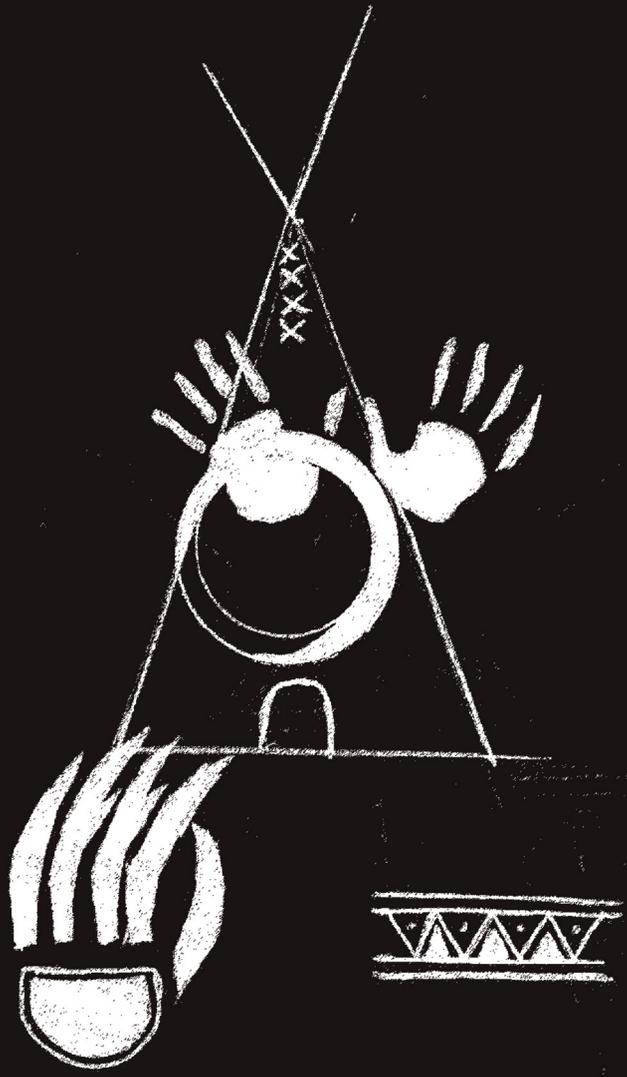
Sonhamos com a Terra e somos sonhados por ela.

Independentemente de sabermos ou não nossa língua-mãe, sentimos a linguagem da Terra, sentimos sua energia e vida.

E isso nos faz indígenas da Terra.

Nossa linguagem é energia, somos memória, sonhos e ação.

***Coelho Takarijú.***



# CAPÍTULO 6

## ESPAÇO-TEMPO DIFERENCIAL INDÍGENA

### O RITMO DA TERRA

A diferença de perspectivas relacionais com a vida dos diferentes povos que atravessam o Brasil apresenta-se nos vários emaranhamentos e acontecimentos que emanam das lutas com a Terra. Essa diferença de perspectivas não aponta só uma diferença cultural, mas também uma diferença gravitacional, ou seja, uma diferença referencial. Cada povo tem um “peso gravitacional”, um ritmo, um campo de ação e relação com a Terra e isso é crucial para se entender a vida e a experiência coletiva singular que envolve os diferentes povos e suas relações com a Terra.

Os diferentes povos que vivem em diferentes frequências de relação com a Terra transpassam-se uns aos outros, atravessando e compondo campos de vidas coletivas de ação com a Terra. Isso não significa compor uma “cultura”, mas compor horizontes de eventos diferenciais que podem mudar dependendo da percepção, da sensação, do sentimento e da afinidade que o povo tem com a Terra. Assim, compomos o Dzu-dé Undé<sup>22</sup>, “nosso lugar” no planeta. Confluindo com a Terra, é o lugar de escolha na experiência coletiva singular de cada povo.

A perspectiva de pensamento e proposta que trago não caminha em acordo com os termos dos pensamentos multiculturais. Busco aproximar diferentes vertentes e pensamentos, dialogando com outras áreas e propostas de pensar para compor uma singular percepção de sentir/pensar um

<sup>22</sup> Vocabulo da língua DZUBUKUÁ, antiga língua Kariri, que quer dizer “Nosso Lugar”.

povo, o campo, a gravidade, a ancestralidade, a memória e o pertencimento à Terra. Procuo aliar o pensamento multidimensional ancestral indígena com o pensamento multidimensional<sup>23</sup> da física quântica, compondo um pensamento emaranhado entre nossa ancestralidade e a física moderna, ampliando as formas de ver o planeta e pensar as relações.

Assim como os invasores fizeram diversos deslocamentos conceituais para implantar suas formas de pensamento nas relações cotidianas, proponho alguns deslocamentos conceituais a partir dos pensamentos e memórias ancestrais dos nossos povos, aproximando essas formas de pensar das formas de pensamentos que dançam com os multiversos, as cosmologias relacionais de percepção da Física Quântica. As diferenças singulares nos horizontes de eventos dos campos de percepção do pensamento e as diferenças referenciais afetivas que os povos indígenas possuem, aliam-se às diferentes possibilidades de pensar/sentir a vida da física quântica, alimentando uma relação, emaranhando-se na criação de pensamento-sentimento-vida com a vida no planeta.

Nós, povos originários, pensamos a relação com o planeta e com seus lugares ancestrais por sentimentos e percepções de campos multidimensionais, gravitacionais quânticos de frequências não-locais, compostos por outros espaços-tempo. A física quântica com sua cosmologia pode dialogar com as formas de sentir a Terra dos povos originários, tanto no âmbito “material” como num campo extrafísico.

Por tanto, a partir dessa aliança-transpassagem entre esses dois campos de pensar/viver, proponho uma perspectiva de criar conceitos para pensar as cosmologias indígenas em diálogo com outras cosmologias, uma retomada conceitual para nossos pensamentos acerca da guerra dos mundos, uma proposta para debater as diferentes dimensões de se manifestar, aproximando os horizontes de eventos da física quântica e dos pensamentos indígenas, criando um diálogo entre esses horizontes de entendimento e conhecimento, “acolhendo-os” em suas diferenças e afirmando-os em suas aproximações. O pensamento indígena e a física quântica, em uma dança cosmológica, conceitual, cosmopolítica, ampliam

---

<sup>23</sup> Os livros que tomei como base para criar uma articulação e diálogo com o mundo “moderno”, foram: “O Universo Elegante: supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva”, de Brian Green, e “A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas”, de Carlo Rovelli.



os campos de entendimento dos mundos e de suas relações que atravessam, afetam e compõem o planeta.

Os diferentes horizontes de eventos entre os povos indígenas e a Terra são de cumplicidade, de relação horizontal, apresentando diferentes formas de perceber a vida e o cosmos a partir das afinidades de percepção das relações. A maneira perceptual dos povos indígenas sentirem a Terra amplia suas atividades criadoras de modos de vida e os torna singulares, diferentes de outros agrupamentos no país. O horizonte de percepção é singular, assim, o espaço-tempo em que a experiência coletiva se realiza também é. O planeta pode ser o mesmo, porém, os mundos, os horizontes de eventos e as dimensões de percepção de vida não são.

A Terra age sobre nossa espiritualidade e memória, trazendo o acesso às dimensões ancestrais e aos encantados. Como nossa cúmplice e geradora, a Terra compõe, conflui na compreensão e formação do mundo de cada povo, criando uma relação de pertencimento de um povo, uma família, um clã, e, no campo macrocômico, criando a ligação de pertencimento ao planeta, fazendo-nos entender que somos parte de uma família interestelar.

Nossos povos têm um ritmo forte de marcação singular com a Terra e esse ritmo se expressa em nossas memórias, em nossos sonhos, em nossa língua, no encanto de nossa espiritualidade. O espaço-tempo relacional de cada povo com a Terra é singularidade de ritmo. Um espaço-tempo singular é o ritmo de cada povo que fica marcado em sua memória ancestral, nos seus corpos, nos seus sonhos e na sua ação. A mente coletiva ancestral é acessada por todos os indivíduos do povo, não importando onde ele esteja, nem em que tempo esteja. O ritmo da experiência coletiva ancestral, a relação-ritmo, é não-local, ela existe para além do espaço-tempo, ela é alimentada e ampliada pela percepção do ritmo da Terra.

A relação de afinidade que os povos indígenas têm com a Terra, o aspecto multidimensional, espiritual, dos sonhos, ancestral e cosmológico que transpassa o território e sua dinâmica, cria esse emaranhado de relações com o planeta e as diferentes frequências de povos que o habitam. A afinidade relacional entre os povos originários e a Terra é traçada por alianças afetivas, sentimentos que são percebidos em seus modos de viver e ocupar o espaço-tempo de vida no planeta. A experiência coletiva de vida em seus territórios manifesta-se na sua memória ancestral de povo



ligada à memória cósmica ancestral da Terra. Essas memórias nos chegam em todos os momentos da vida, basta estarmos prontos e conectados com o campo da Terra.

Nós, povos indígenas, somos povos originários até hoje, pois nunca esquecemos essa conexão. A experiência coletiva do povo atravessa a dimensão da experiência coletiva da própria Terra, em que cada povo também é atravessado pela experiência coletiva dela, demarcando, assim, o ritmo e essa simbiose dos povos originários com a Terra. Essa experiência coletiva de cumplicidade dimensional dos povos indígenas não consegue ser “medida” pela identidade histórico-temporal colonizadora. A diferença conceitual entre identidade e ritmo é a diferença conceitual entre povos indígenas e o mundo “moderno”.

A historicidade do colonizador se pretende universal e oficial. Ela se orienta por uma temporalidade linear cronológica de produção e pelo espaço controlado e limitado por fronteiras (propriedade privada). A sociabilidade no Estado-Mercado é a sociabilidade do “eu”, controladora, soberana, que pensa o planeta apenas como um bem de consumo. O modo de produção de morte capitalista é, por natureza, autodestrutivo, explorador, devorador de terras e criador de misérias e morte. Os conceitos criados para o funcionamento cosmológico do Estado-Mercado, são todos pensados a partir dessa matriz de morte e exploração.

Para o Estado-Mercado e seu mundo “moderno”, outras experiências coletivas de ocupar, sentir e viver na Terra, são inimigas, pois impedem sua soberania e contínua exploração, então ele tenta eliminá-las a todo custo. Assim, desde 1492 do calendário invasor, nossos povos lutam contra o projeto de extermínio da colonização. O “tempo da história oficial” imposto pelos colonizadores, pretende, assim como o titã kronos, engolir e devorar outras formas de vida. Em contrapartida, nossos povos originários têm sua singularidade dimensional de sentir, viver e pensar. Essas experiências antagônicas são o cerne da guerra dos mundos.

Os espaços-tempo dos povos originários funcionam e são sentidos de diferentes maneiras referentes a cada singularidade de povos. Assim, cada povo possui conexão com o campo da Terra para além do físico, essa conexão se amplia para além das relações dualistas e binárias, frente-trás, dentro-fora, acima ou abaixo, verdadeiro ou falso, passado ou futuro. As



relações de sentir a vida e o viver para nossos povos não existem apenas como código binário, existem e são sentidos como possibilidades pluridimensionais. O espaço-tempo não é visto nem sentido apenas de maneira quadridimensional, como pensam os ocidentais e a ciência “moderna”, mas também a partir de múltiplas dimensões e ações da vida, da encantaria, dos encantados, dos mundos e dos povos físicos e extrafísicos.

No espaço-tempo de singularidade da experiência coletiva de cada povo, o “passado”, o “presente” e o “futuro” são dinâmicos, múltiplos, nômades, brotam, aparecem e somem, mas permanecem e acontecem. O espaço não é apenas o físico visível. O extrafísico e o invisível também compõem as forças, frequências e experiências coletivas de cada povo. A lembrança, para nossos povos, como sentimento da memória, não está presa no passado, separada pelas fronteiras do presente e do futuro, num tempo já vivido e que não acontece mais. Ela não é apenas uma data ou episódio na história, as lembranças são sentimentos vivos das memórias ancestrais, elas acontecem a todo instante, elas não estão presas, são livres e trazem consigo as experiências sempre vivas. Por isso, não há distância entre nós e nossos antigos, eles vivem nas memórias ancestrais e nos ensinam pelas lembranças no aqui e agora. Assim, espaço-tempo, para nossos povos, tem diferentes fluxos de ação, ele se move pelos sentimentos, pelas ações, pelos sonhos e percepções de cada povo em sua relação e experiência singular com a Terra.

Vivemos na transpassagem relacional entre vida e Terra, vivemos nos sonhos dos nossos ancestrais, sonhamos com eles e somos sonhados por eles, acessamos pelos sonhos novas memórias ancestrais, trazidas nos ensinamentos que a Terra e nossos antigos nos dão. Nossa conexão com a memória ancestral e as lembranças interfere no cotidiano, fazendo o povo “se lembrar” todo dia do que tinha “esquecido” com a chegada da guerra de extermínio com o mundo “moderno”. Dessa forma, retomamos e somos retomados pelos encantados e pela Terra. Somos visitados pelos encantados que nos ensinam e apresentam outras percepções dimensionais dos nossos próprios povos.

O conceito de “identidade” não existe como instrumento de identificação do Estado-Mercado para nossos povos. Nós, povos originários indígenas, caminhamos por referenciais de espaços-tempo plurais que



não compõem identidades fixas e códigos fonte binários identificadores e controladores. Somos pluralidade viva em nossas ações, somos a não explicação que o Ego ocidental não suporta não entender, somos a diferença. Portanto, fica bem explícito que a relação dos povos originários com a Terra e consigo mesmos não acontece e nem se faz apenas no plano físico. A Terra não é só território físico, a Terra é território de encanto.

Como nossos mundos indígenas não possuem uma frequência universal, o Estado-Mercado não consegue nos codificar de forma genérica. Então, ele cria uma classificação para nos rotular, uma identidade descrita como processo e objeto de uma cultura. Os conceitos de identidade e cultura foram criados pela ciência “moderna” para classificar e codificar de maneira genérica, as diferentes formas de manifestação da relação com a vida.

A relação proposta pelos povos originários é com a vida que se ativa na atividade com a Terra, é com o chão e com o “céu” e com tudo que vive no planeta, nas várias dimensões que compartilhamos a percepção que se chama vida. É relação percebida por afinidade entre naturezas, pelo contato de transpassagem de seus campos gravitacionais dos horizontes de eventos singulares de cada povo. Os povos originários indígenas em suas multiplicidades de horizontes de eventos são singularidades que confluem com a Terra.



**Aos parentes,**

Então nascer aqui e voltar a chorar,  
Teu meio te formando clareado, obrigado,  
Ouvindo tua mãe calar, não te ensinar a língua  
Que te identifica, não aprendeste nas lições,  
Aprendeste nas visões, nos clarões exteriores da  
Tua mente flutuante que tentam branquear.  
Não há como negar o que tens que carregar em ti,  
Os sorrisos, as lágrimas, o encantado, a fúria no olhar  
Dos espíritos parentes, desses meus ausentes.  
Nem teu avô aceitava tua vó morena, ribeirinha, Amazonense,  
Paraense, mãe Paraguaia, guarani na fala, guarani no olhar.  
O que nos faz ter coragem não é o negar, mas, sim, o confirmar,  
Dizer sim sou, me lembro, que sofro, que fui, que voltarei a ser  
Inteiro, na fumaça de um cachimbo, quando sinto a mata, quando  
Mergulho em um rio, em um mar, eu lembro, eu fui,  
Eu sou.

*Álvaro Franco da Fonseca Júnior.*

IMAGEM1: DESENHO DE ÁLVARO FRANCO DA FONSECA JÚNIOR





# CAPÍTULO 7

## UM BREVE PASSEIO PELA COSMOLOGIA OCIDENTAL “MODERNA”

### CIÊNCIA “MODERNA”, A CIÊNCIA DA DUALIDADE

Isaac Newton, com sua filosofia e perspectiva de pensar o mundo, baseada na geometria<sup>24</sup> euclidiana, transformou a maneira de pensar e sentir o mundo do homem europeu. Essa perspectiva percebe e pensa a vida a partir da visão de evolução. A geometria euclidiana influencia as bases de pensamento físico-matemático do renascimento e, portanto, da perspectiva de formação do pensamento ocidental, as “luzes” do iluminismo. O espaço e o tempo para Euclides eram medidos por distâncias e retas infinitas, trabalhando com a dualidade de pensamento frente-trás, acima-abaixo, direita-esquerda, passado-futuro.

O tempo e o espaço sendo influenciados pela maneira euclidiana de pensar foram encarnados, deslocados e atualizados pelos ocidentais em sua sociabilidade para criação dos conceitos do “mundo moderno”, com perspectiva de passagem e deslocamento apenas linear: um tempo e um espaço infinitos para trás e um tempo e um espaço infinitos para frente. Dessa maneira, se constrói a forma de pensar e viver da maioria dos pensadores ocidentais do iluminismo. A palavra e o conceito de evolução, na “modernidade”, estão ligados a uma geometria que quer medir e determinar um espaço e um tempo e está diretamente conectada à palavra e ao sentimento de “progresso” e superioridade.

---

<sup>24</sup> Geometria é o ramo da matemática que pensa a vida, o espaço e o tempo, pela perspectiva de medida. *Geo*, do latim, “terra”; *Metria*, do latim, “medir”.



Com a lei da gravitação universal e as três leis de Newton (final do século XVII), influenciadas pela perspectiva de pensamento euclidiana, Newton funda a mecânica clássica e se coloca e coloca os povos ocidentais europeus no patamar de universais e evoluídos. Esse pensamento, até hoje, justifica através da ciência ocidental o progresso, a colonização, as invasões e o cosmocídio<sup>25</sup> dos mundos originários indígenas. O poder unificador e “profético” de suas leis, que funcionam a partir da razão e que podem revelar o funcionamento da natureza, funda não só uma “revolução científica”, mas também ajuda a fundar o pensamento “moderno” de que o homem pode entender o funcionamento da natureza, subjugando-a ao seu prazer. É a partir do pensamento de Newton que o “homem moderno” se coloca definitivamente acima da natureza e entende que ela está ali para servi-lo.

O pensamento, a percepção gravitacional, o espaço e o tempo trouxeram outras perspectivas de entendimento da natureza. Newton “demonstrou”, a partir de suas leis, que a força da gravidade influencia o espaço e o tempo e que a partir disso, podemos controlar e saber, determinar onde um objeto estará, com precisão, no espaço e no tempo de maneira universal. Porém, essa não foi apenas uma mudança de paradigma na ciência ocidental, mas também uma grande mudança na forma de pensar, sentir e viver o cotidiano de sociabilidade das sociedades ocidentais, pois a partir de suas ideias, os iluministas pensariam mais tarde a sociedade “moderna”.

As sociabilidades das sociedades ocidentais foram universalizando-se aos moldes newtonianos de pensar espaço e tempo, mescladas com as ideias iluministas de identidade e nacionalismo dos Estados-nações. Aos poucos, as sociedades ocidentais foram moldadas num padrão de sentir e viver no espaço e no tempo, de se relacionar com a vida. Quando Newton uniu o Céu e a Terra em sua teoria, criou uma ideia universal de entender a natureza que serviu para os iluministas basearem seus conceitos e criarem suas formas de controlar, viver e sentir o espaço e o tempo, o que foi sendo implantado na forma de lei. O tempo passa a ser cronometrado, a vida e sua produtividade são medidas e controladas pelo tempo que passa. Os espaços são medidos e controlados pelas fronteiras geográficas do conceito

---

<sup>25</sup> Termo que cunhei para me referir à destruição de mundos indígenas.

de público e privado. Essa forma nova de se organizar e de sociabilidade vai aos poucos sendo aderida ao cotidiano e ao imaginário coletivo das sociedades ocidentais. Assim, o Estado-Mercado vai ganhando patamar de universal e forma superior de progresso e organização social e metafísica.

Uma nova concepção de mundo ocidental estava sendo criada, uma concepção de mundo com aspirações universais. As “luzes” do pensamento iluminista do Estado<sup>26</sup> pensam o espaço e o tempo de forma separada e como estrutura imóvel, controlável que pode ser marcada. Essa forma de pensar, criada pelos iluministas, foi vista com muita beleza e euforia, pois é uma forma de reprodução que poderia ser replicada e possibilitaria a acumulação de “bens”, invasão e o controle dos outros mundos. A burguesia tinha acabado de cortar as cabeças dos reis e assumir o poder econômico na Europa, ela precisava criar um único mundo, uma única sociabilidade de organização social que lhe permitisse se manter no controle, para não correr o risco de ser tirada do poder.

Dessa forma, os mundos das trevas estavam acabando e o mundo das “luzes” iria começar. É preciso criar um mundo novo com novos conceitos e novas sociabilidades de pensar, sentir e se relacionar. A burguesia iluminista criou seu mundo baseado no desejo de consumir, na materialidade e na propriedade privada, fundando o Estado-Mercado a partir dessa concepção de pensamento e moldando o espaço e o tempo, controlando-os a partir da ciência ocidental.

O pensamento ocidental “moderno” é megalomaniaco, o desejo de consumo só quer devorar e não para. A partir dessa experiência de desejo de consumo, da propriedade privada e da percepção de que eles, ocidentais, são uma sociedade superior, avançada e evoluída, pois entendem e dominam as leis da natureza, as invasões e as colonizações foram pensadas. O gérmen deste pensamento já estava presente no processo de colonização, o qual se tornou o projeto de universalização da perspectiva ocidental, a base do Estado-Mercado.

O iluminismo, de Kant e Voltaire, motivado em parte pela teoria newtoniana de pensar o espaço e o tempo, cria referências para pensar o

---

<sup>26</sup> Utilizo o termo ESTADO (e não o termo composto Estado-Mercado), pois em seu começo o ESTADO-NAÇÃO era o embrião do ESTADO-MERCADO, que posteriormente foi sofrendo as atualizações do desejo de consumo do capitalismo.



controle espacial e a marcação do tempo no cotidiano e na sociabilidade do Estado-Mercado. A filosofia newtoniana serviu como base e modelo referencial para os iluministas criarem uma historicidade-temporalidade artificial de Estado. A historicidade-temporalidade artificial criada pelo pensamento dualista de Estado é crucial para o sucesso da implantação do Estado-Mercado como cotidianidade e sociabilidade de maneira global. Assim, em sua formação, os Estados-Mercado-nação têm como base uma historicidade-temporalidade artificial implantada e solidificada pela ciência “moderna”, que é um instrumento de controle do espaço-tempo do Estado.

A perspectiva de pensamento e organização de uma sociabilidade a partir do controle espacial e temporal, através da historicidade-temporalidade artificial, é atualizada juntamente com o capitalismo, atualizando, assim, o desejo de consumo, as formas de se relacionar com o espaço e o tempo, as formas de se relacionar uns com os outros e as formas de se relacionar com a Terra. Ou seja, o Estado-Mercado cria uma gestão artificial da vida a partir de uma historicidade-temporalidade própria, na qual o que importa não é a vida, mas, sim, consumir.

Com o avanço da ciência “moderna”, outras perspectivas de pensar a vida e sua relação com o cotidiano foram sendo criadas. Anteriormente a Einstein, o físico teórico Michael Faraday apresenta outra perspectiva de pensar a vida para além do modelo artificial de sociabilidade do Estado. Faraday traz o conceito de campo para pensar espaço e tempo como uma frequência. Segundo o teórico, não devíamos pensar a relação do espaço e do tempo como Newton, a partir de forças gravitacionais que atuam diretamente entre objetos distantes um do outro, mas pensar que existem forças reais que atravessam, transpassam e agem em todas as partes do espaço e do tempo. Uma gigantesca energia invisível que ocupa e transpassa tudo ao nosso redor. Essa definição e perspectiva de conceito de campo, pode ser deslocada conceitualmente para pensar o tecido da vida pela perspectiva de campo.

Outra perspectiva diferente de pensamento sobre o espaço e tempo que surgiu com a “ciência moderna” foi a de Albert Einstein. Ele foi o ícone da reviravolta na forma de pensar a vida, percebeu que o universo tem perspectivas curvas, dinâmicas, distorcidas e que não é baseado nas medidas e pensamentos euclidianos. Também percebeu que a visão

newtoniana sobre a gravidade, espaço e tempo estavam muito equivocadas. Assim, Einstein é o primeiro a propor uma filosofia que vai de encontro à geometria euclidiana e à mecânica de Newton. Surge então a teoria da relatividade geral, proposta por ele, outra gigantesca explosão na maneira de pensar do mundo ocidental, ampliando as perspectivas de pensar a vida. A relatividade geral de Einstein tem como perspectiva de pensamento o espaço/tempo como um “bloco”, ou seja, não estão separados, e nem são estáticos; estão vivos, dinâmicos, maleáveis, se interpenetram e se interferem sofrendo gigantesca ação da gravidade em relação aos outros corpos.

A vida e o espaço-tempo social ocidental agora tinham outra perspectiva para se pensar, porém, o Estado-Mercado mantém a sociabilidade baseada no dualismo, apenas atualizando-a. O molde do pensamento newtoniano sobre espaço e tempo, que foi adotado socialmente como organização e sociabilidade pelas filosofias e ciências ocidentais fundadoras do Estado-Mercado como categoria criadora da historicidade-temporalidade artificial, não sofrem alteração, elas apenas se atualizam e continuam mantendo o controle. Por isso, vemos ainda hoje filosofias e ciências que pensam dualidades, um pensamento dualista que se atualiza, mas continua com sua mesma “essência em 2D”.

## GEOMETRIA ANCESTRAL

Nossos povos pensam, sentem, percebem e se relacionam com o espaço-tempo de forma plural, cada povo de maneira singular. O conceito de evolução criado pelos ocidentais é cronológico, linear e gera dualidades. As perspectivas indígenas são circulares, curvas, dinâmicas, não-lineares, energias de vortéx, elas não criam dualidades, são plurais, e não giram em torno de um único eixo. Por isso nossos povos não pensam a vida, nem a história, nem a geografia, ou seja, o espaço-tempo, pelo conceito ocidental de evolução.

Nossos povos sentem, pensam, percebem a vida pela perspectiva da ascensão, uma perspectiva circular-escalar e sempre diferente dos espaços-tempo. Nossas geometrias sagradas estão em confluência com os espaços-tempo de cada povo e com o ritmo da Terra. Não buscamos



medir a terra em números, nossa “geometria” ancestral busca sentir o ritmo da Terra, o compasso, o balanço, a gravidade, o desejo, o pulsar, os sonhos da Terra. A cosmometria ancestral dos povos indígenas sente os ritmos da Terra.

Nossas tecnologias ancestrais e ciências indígenas são sentidas e conhecidas através da nossa relação coletiva com a Terra. Sonhamos com os antigos, com outros povos que vivem em outros planos e se relacionam conosco no tecido da vida. Acessamos sabedorias e tecnologias que fazem nossos povos continuarem a viver, trazemos sentimentos e percepções de outros mundos para viver bem e encantar nosso olhar e nossa relação com a vida. Não precisamos de salas e laboratórios, ambientes “ideais” para sentir e pensar a vida. Nossa ciência encantada acontece nos mundos possíveis. Nossa ciência é ensinada e vivida ao mesmo tempo.

Nossos povos não teorizavam através da razão as experiências coletivas e o entendimento sentido através da relação com o espaço-tempo. Nós as sentimos e as praticamos através dos nossos encontros com outros seres e povos da Terra, a partir dos sonhos, da memória ancestral, da espiritualidade e ancestralidade. Não existe só uma perspectiva de espaço e de tempo acontecendo, não existe homogeneidade nas relações com o espaço e o tempo, essas relações são plurais, existiam múltiplas perspectivas, entradas e percepções, assim, como existem pluralidades dos povos. Nossos povos originários indígenas se organizam e criam sua sociabilidade de povo com a Terra a partir dessas experiências coletivas de sentir espaço-tempo no campo da Terra, não querem controlar os espaços-tempo da Terra e implantar uma única forma de viver, como Newton e os ocidentais do “mundo moderno” pensam. Nós, povos originários indígenas, queremos viver nossas diferentes singularidades coletivas de cada povo.

A partir dessas perspectivas de pensamento dos mundos ocidentais de sentir e pensar o mundo, aproximamos os pensamentos e experiências coletivas dos nossos povos originários, buscando sentir e compor conceitos a partir das nossas perspectivas. Nossos povos sentem o espaço-tempo em conexão e essa conexão se amplia como campo em frequências singulares coletivas das experiências que vão fazendo brotar os povos.

Cada povo, cada mundo, cada cosmovisão indígena, tem um campo gravitacional de ação que se conecta com as outras dimensões de vida da



Terra. Conseguimos sentir os diferentes campos que transpassam a Terra, que nos emaranham e que nos compõem. Campo ou conceito de campo é a atribuição de quantidade, complemento e qualidade dada a todo ponto no espaço, porém, para nós, indígenas, o espaço não é apenas físico, empírico, ele também é extrafísico. É a partir do emaranhamento conceitual dessas perspectivas de pensar que iremos compor os conceitos de retomada, para criar nossa cosmologia e tecnologias de entendimento da guerra cosmológica dos mundos enfrentando o “mundo moderno”.

## PROPOSTA DE RETOMADA CONCEITUAL INDÍGENA

As experiências coletivas dos nossos povos, entre si e com a Terra, têm uma datação de, aproximadamente, 20 mil anos. Então, os Estados-Mercado, nações europeias, Estados Unidos, Cuba, comunismo, capitalismo, anarquismo, e quaisquer outras estruturas e ideias oriundas do pensamento “moderno” de sociabilidade e organização, são experiências do pensamento e organização de sociedades não indígenas. Portanto, pensar as questões voltadas para a Terra a partir delas, é pensar pela matriz ocidental.

Precisamos abrir caminhos a partir da atividade do emaranhamento conceitual, percursos e transpassagens entre mundos indígenas e não-indígenas, atravessando espaços-tempo, buscando propor composições de pensamentos e conceitos a partir da retomada originária indígena e, assim, compor nossos conceitos, nossa ruptura com o pensamento e o sentimento colonial ocidental do Estado-Mercado, fazendo isso a partir de nossa ciência encantada, dos nossos troncos velhos, de nossa espiritualidade, ancestralidade, memória ancestral, linguagem e métodos de sentir e perceber os mundos e os “entre-mundos”. Fazer avançar uma retomada conceitual indígena para que nossos encantos e modos de vida continuem existindo, apresentando outras perspectivas de vida, colocando em xeque os conceitos hegemônicos impostos e naturalizados pelo “mundo moderno”. A guerra cosmológica dos mundos é também uma guerra conceitual, então, proponho a criação dos nossos conceitos de retomada, para pensarmos os nossos problemas e os nossos mundos.



A invasão ocidental aos mundos originários indígenas não se deu em uma única data, ainda acontece todos os dias, quando a guerra cosmológica de extermínio dos mundos indígenas é acionada e nossos povos lutam, seja literal ou conceitualmente contra as imposições do “mundo moderno” que se pretende universal e homogêneo. A aproximação, invasão e implantação do mundo ocidental com o projeto universal do Estado-Mercado a partir da colonização, trouxeram emaranhamentos e encontros entre mundos. O mundo ocidental e o projeto homogêneo de produção artificial de vida através do Estado declararam guerra cosmológica de extermínio a todos que não aderissem ao seu molde de sociabilidade. Nossos povos disseram não e até hoje resistem-existem. Essa guerra cosmológica é também travada no campo conceitual, conceitos homogêneos de vida artificial são implantados pelo Estado-Mercado para substituírem os conceitos de vida dos diferentes povos originários indígenas, assim, tornando mais fácil o avanço do pensamento invasor.

A guerra conceitual cosmológica travada por esses mundos ainda acontece. De um lado, a ciência “moderna” chama os conhecimentos e saberes ancestrais indígenas de mito, lenda e folclore; de outro, os povos originários indígenas veem que o modo de produção capitalista é o modo de destruição que irá levar todos os mundos indígenas e o planeta ao colapso. Esses mundos em conflito vivem, percebem, pensam, sentem e se relacionam de maneira bem diferente consigo mesmos, com os outros e com a Terra. São modos de viver, projetos de sociabilidade que estão em confronto conceitual, dividindo entre opostos um sentimento singular coletivo que vê na pluralidade dos mundos a harmonia, e o desejo do consumo como maior expoente de multiplicação das riquezas materiais, da miséria, da morte, da destruição da diferença.

Nessa parte da caminhada da mata ardente e plural onde estamos inseridos, nessa viagem acerca da relação sensorial e extrassensorial, faremos movimentos conceituais trazendo sabedorias, pensamentos, sentimentos e percepções ancestrais que nossos povos têm com a Terra, para assim compor conceitos de retomada e apresenta-los, desmitificando toda a história “oficial” e os conceitos da ciência acerca dos nossos povos, mostrando que existem perspectivas de mundos e não um único mundo verdadeiro. Com isso, afirmamos nossa pluralidade de mundos, rompemos



com a imagem conceitual de que o “mundo moderno” é avançado e bom e que os mundos dos povos indígenas são atrasados e ruins, apresentando, assim, outras perspectivas de pensar a Terra, a partir de outros paradigmas.

Dessa forma, iremos propor e compor esses conceitos para pensar a perspectiva de campo entre os povos e a Terra, e as diferenças em suas maneiras de se apresentar, ocupar, conhecer e pensar os diferentes mundos que compõem o planeta, refletindo sobre o que nos une na relação com o campo da Terra.

Nesse deslocamento e emaranhamento conceituais, alguns conceitos da física clássica, como o de gravidade e de campo, e também alguns conceitos da física quântica, como o princípio da incerteza, da não-localidade, estado quântico e emaranhamento quântico, serão atravessados e pensados por outras perspectivas de mundos, pela ciência ancestral, pelo pensamento, sentimento, afeto e sabedoria originária indígena. A gravidade é uma das quatro forças fundamentais da natureza, segundo a ciência ocidental, e basicamente tem como ação exercer uma força de atração para que a matéria dispersa no espaço se aglutine. É uma força poderosa de atração que mantém a “ordem” de junção dos objetos no espaço. Assim, a gravidade também exerce influência no modo de pensar, viver e sentir o mundo, muito mais do que imaginamos.

A relação de influência gravitacional entre as cosmovisões de mundo não se dá apenas pela gravidade, já que é uma das forças, porém, não a única que age. Existem outras forças que se atravessam e se combinam para criar o movimento, emaranhado cosmológico. Uma dessas forças “fundamentais” da natureza que se atravessam é a força eletromagnética, que mantém a matéria, os átomos e os elétrons unidos. A força eletromagnética pode ser considerada uma força maior que a gravidade, porém, a mais importante perspectiva proporcionada pelo eletromagnetismo, que utilizo aqui, é o conceito de “campo”.

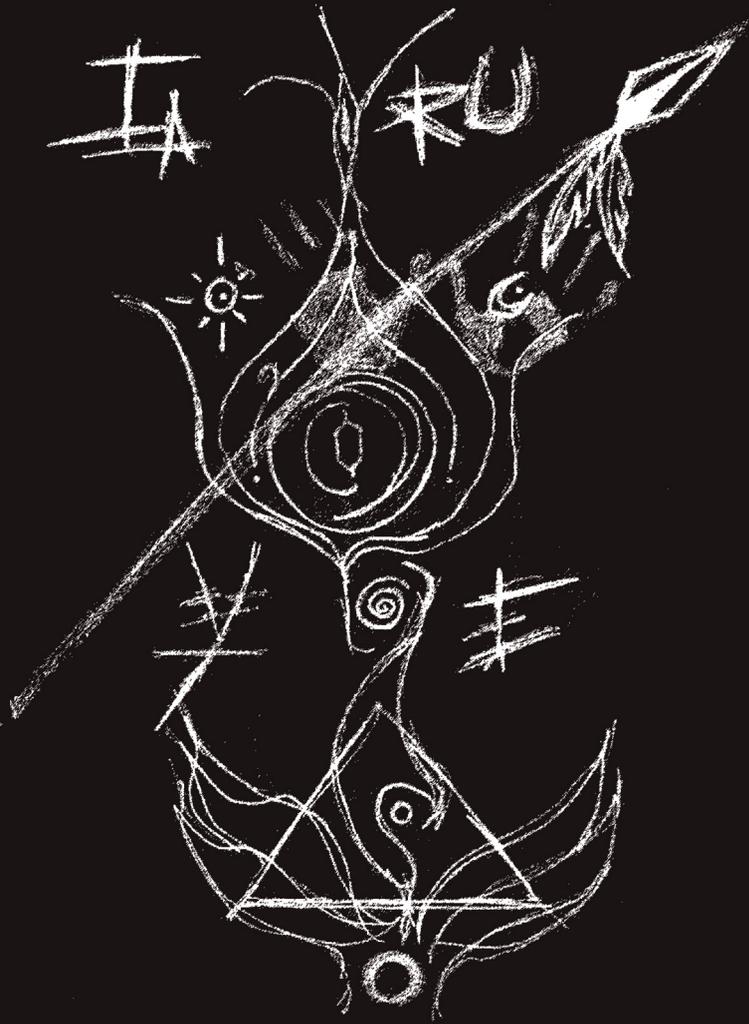
Tal princípio estabelece um limite na precisão entre certos pares de propriedades de uma dada partícula física. A mecânica quântica é um esquema conceitual que possibilita a compreensão das propriedades microscópicas do universo. A mecânica quântica, por sua vez, mostra que, mesmo no nível microscópico não se pode saber jamais as coisas com total



precisão, pois a natureza não permite que os seus componentes sejam encurralados, sendo o princípio da incerteza o seu coração.

A Não localidade, em mecânica quântica, se refere a uma função de estados quânticos entrelaçados, na qual dois estados entrelaçados “colapsam” simultaneamente no ato de medição de um dos componentes emaranhados, independentemente da separação espacial entre os dois estados. Estado quântico é qualquer estado de distribuição de probabilidade que um sistema isolado possa apresentar.

A partir disso, iremos propor outras perspectivas de pensar não só esses conceitos da ciência “moderna” em si, mas deslocá-los para pensar a guerra cosmológica dos mundos e as relações de sociabilidade, de afinidade e afeto com a Terra. Assim, a ciência “moderna” será atravessada pela ciência encantada ancestral indígena, transpassando, criando e fazendo funcionar conceitos cosmológicos dos mundos originários indígenas.





# CAPÍTULO 8

## A GRAVIDADE DO “MUNDO MODERNO” *VERSUS* O RITMO DA TERRA

### O RITMO DA DESTRUIÇÃO

A destruição do planeta de maneira universal e continuada, teve início a partir das invasões dos mundos europeus aos outros mundos. Os autointitulados “humanos modernos”, a “evolução da raça”, são os maiores predadores do planeta. Modernidade é consumismo, e consumismo é destruição. O Estado-Mercado, no seu ritmo de consumo e destruição, cria e passa para as próximas gerações um sistema de pensamento, vida e significação, de exploração, que vai devorando a Terra modificando sua gravidade. Isso é um problema gravíssimo. A sociabilidade artificial do Estado-Mercado vai sendo reproduzida, num movimento esquizofrênico de recolonização. O ritmo do “mundo moderno” é autodestrutivo. Assim, as mudanças climáticas estão diretamente ligadas à forma de ocupação destrutiva do “desenvolvimento do progresso” do “mundo moderno”. Essa mudança afeta a todos no planeta, e mais fortemente aos povos originários indígenas. O planeta consegue viver sem nós, mas nós não conseguimos viver sem o planeta.

Os pontos de destruição gerados pelo “mundo moderno”, alteram o clima, intimamente ligado ao campo da Terra, que nos liga a todos numa rede de vida. Portanto, uma mina em funcionamento, seja na China ou no Chile, não abre só um buraco físico na Terra. O efeito da destruição não é apenas local, é planetário, físico e extrafísico. As “políticas ambientais” dos Estados-Mercados capitalistas, são políticas que visam a exploração e

o lucro. **Não existe capitalismo sustentável**, esse é um dos maiores mitos do “mundo moderno”. O modo de produção capitalista se reproduz a partir da morte e exploração da Terra, ele consome a Terra e sua vida como recurso. As leis e políticas ambientais do “mundo moderno”, são apenas garantias para a contínua destruição e exploração da Terra.

## TERRA AFETIVA: RELAÇÃO DE ENCANTO COM A VIDA

Em nossa oralidade, caminhamos pelos sonhos, pelos nossos mundos, e, assim, aprendemos e sentimos o encantamento da Terra. Caminhamos pela escuta e pelas conversas com nossos troncos velhos, sentindo suas linguagens como energias. Caminhamos com os espíritos e aprendemos a pintar, a cantar, a guerrear, a sonhar. Caminhamos junto com os que se encantaram e junto com a mata. Aprendemos a coletividade nesse percurso. Surfamos nos espaços-tempo das sabedorias desses encontros, sobrevoamos e encantamos nossas experiências coletivas.

Os encantos e encantarias que vivem em cada um dos nossos povos não são fixos. Somos povos do movimento, da mudança, estamos no lugar de escolha de sermos quem somos, lugar onde nunca deixamos de estar conectados com a experiência coletiva ancestral do campo da Terra. Cada povo tem sua percepção dos sentimentos em relação à vida, é isso que acessamos na memória ancestral, em nossos sonhos, em nossa oralidade, e é isso que passamos para as próximas gerações. Essas redes de emaranhamentos, são nossos ramos de conexão entre o ancestral e o aqui-agora. Através dessa forma de se relacionar ancestral, fazemos brotar as próximas pontas de rama, que vão fazer continuar nossas experiências coletivas de cada povo.

A passagem dessas expressões e linguagens-energia para as próximas gerações, compõem nossas “histórias”. Porém, nossas experiências coletivas são conexões não lineares, e não seguimos uma única linha espaço-temporal. O conceito universal de história cunhado pelo “mundo moderno”, se fragmenta na ruptura espaço-temporal proposta pelos diferentes mundos indígenas. Isso demarca a fronteira dos diferentes campos conceituais dos mundos em guerra.

As percepções diferenciais de sentir a vida e se relacionar com ela, chamo de **Afinidade Perceptual**<sup>27</sup>. Uma percepção para além dos campos sensoriais e racionais, uma percepção de afetos e afinidades entre mundos, entre dimensões físicas e extrafísicas. Sentimento de conexão com a vida e com a Terra. Uma conexão de emaranhamento das diferenças entre os campos quânticos singulares coletivos de cada povo originário com a Terra. E é aqui, a partir desse tensionamento conceitual de perspectivas, que o conceito de indígena é ampliado.

O termo “indígena” (o de dentro da Terra) ganha força cósmica para além de espaço-tempo, e amplia o campo de alcance e ação, ganhando força conceitual de criação, ou seja, não é mais apenas simbólico. Indígena é diferente de “índio”. Indígena, pensado a partir das afinidades perceptuais, não é mais um conceito que está subordinado ao espaço-tempo cronológico positivista da “evolução”. É nessa força que sabemos e sentimos nosso lugar de escolha, nos afirmando como indígenas.

O indígena não se conecta com o conceito de “índio”, pois o conceito de “índio” está conectado ao de evolução, e o de indígena, está conectado ao de ascensão. Enquanto o “índio” evolui para se tornar um cidadão “moderno” consumidor, o indígena ascende e se aproxima de seus antigos e dos sonhos ancestrais da Terra. Então, nesta perspectiva, para o Estado-Mercado, o indígena se torna ALIEN, o “de fora”, fora do Estado-Mercado, que pensa as relações por evolução; mas não ALIENÍGENA, pois não é de fora da Terra. Assim, o conceito do ALIEN não se aplica como o de estrangeiro, nem como “índio”. ALIEN indígena, para o Estado-Mercado, é a ascensão que vem de fora.

As singularidades de percepção dimensional de cada povo se emaranham com os mundos em ação na Terra. Por isso, sempre andamos com os pés no chão, com os olhos nas matas, com os ouvidos no céu, com os sentimentos e encantos à espreita; para sentir a Terra respirar, seu campo vibrar, para aprender com o vento, ouvindo o invisível, sentindo a força dos antigos, aqui-agora, com cada um de nós. É nesse movimento de afinidade de percepções, que os diferentes povos indígenas vão compondo

---

<sup>27</sup> Conceito que pensa as percepções dimensionais de narrativas e sentimentos, entre os mundos, e em relação com a Terra. Penso esse conceito a partir das tecnologias ancestrais dos sonhos, da memória ancestral e da oralidade, junto aos conceitos de não-localidade e campo quântico da física quântica.

suas ciências encantadas. A ciência encantada indígena é plural, e a ciência “moderna” é genérica.

Não pensamos a vida em termo “ideais”, pensamos a vida numa conexão possível com a Terra. O possível para nossos povos, é o impossível para os “modernos”. Nossa ciência ancestral é diferente da ciência ocidental, ela acontece no mistério e muitas vezes não pode ser explicada, analisada e replicada; apenas sentida, percebida e vivida. Nossa ciência é encantamento e encantaria, que extrapola o conceito ocidental de matéria, conectando-se a tudo que é vida, seja visível ou invisível. Nossa ciência ancestral indígena não se pretende universal, acolhe diferentes perspectivas e se relaciona com todos os mundos que se emaranham com ela.

As memórias ancestrais, os sonhos e as linguagens, são campos conceituais que se ampliam e geram campos de campos conceituais, como energia de movimento, ondas de impacto. Esse processo faz brotar diferentes povos no planeta, e traduz a força da ação coletiva das afinidades de percepção. Essa força-energia cria uma linguagem-energia singular de cada povo. A força energética de ação da Terra é contrária à força de exploração do Estado-Mercado. É força de repulsão sintrópica<sup>28</sup> atuando contra o “mundo moderno”, que quer eliminar e engolir os mundos indígenas como um gigantesco buraco negro.

Nossa luta não é pelos direitos criados por um mundo “moderno”. Não queremos fazer parte da “democracia dos brancos”. Lutamos pela Terra livre, pelos nossos mundos livres, para que nossos lugares de escolha possam continuar a existir, para que nossos horizontes de eventos sejam possíveis para os que estão por vir, e o encantamento pela vida continue a existir.

---

<sup>28</sup> Força sintrópica é um conceito da física que desloca e articula, para me referir à força de equilíbrio e conexão entre os diferentes mundos indígenas emaranhados no campo da Terra. Essa força contraria a força constante de entropia criada pelo Estado-Mercado, que quer manter soberano seu poder e controle.

## DIFERENCIAL RELACIONAL DE RITMOS

A percepção de afinidades dos mundos indígenas não acontece pela historicidade-temporalidade, não criamos uma experiência coletiva artificial única e vivemos em função dela. O “mundo moderno” não tem ancestralidade, ele foi inventado, produzido a partir do assassinato da ancestralidade dos povos-mundos indígenas. O “mundo moderno” cria uma história “oficial”, para criar e replicar uma “tradição artificial”, que só tem conexão com a morte, lucro e consumo.

O movimento cosmológico do “mundo moderno” afirma-se como força consumidora de si mesmo e dos outros mundos. A propriedade é o valor de mercado e um dos desejos de consumo. Esse desejo de consumo deseja a propriedade, mas não apenas como uma mercadoria material, e, sim, como mercado de consumo e desejo. O desejo de consumo quer o seu desejo como mercadoria, o “mundo moderno” fabrica o seu desejo de desejar. O desejo de consumo não tem fim, ele cria o desejo como mercado e o mercado do desejo cria a guerra de extermínio.

O desejo de consumo é o que emaranha os “mundos modernos”. A produção artificial de vida no Estado-Mercado, é feita e ativada pelo desejo de consumir. Consumir o outro, consumir a si mesmo, consumir o tempo, consumir o espaço, consumir a tecnologia mais “avançada”, consumir conhecimentos, consumir o planeta até o limite, e planejar ir a outros planetas para continuar a consumir. Assim, são os sonhos dos “humanos modernos”, o desejo de consumo é o desejo colonial atualizado ao extremo da exploração e da destruição de si e do outro. Os “humanos”, seus desejos de consumo e seus “mundos modernos”, são pragas que ameaçam o cosmos.

O desejo de consumo é o que molda a temporalidade-historicidade artificial do Estado-Mercado. O “tempo” é o tempo do consumo, seja ele referente à produção ou ao consumo propriamente dito. O dinheiro é o tempo do desejo de consumo materializado. Quanto tempo de consumo o dinheiro que você tem pode comprar? O desejo de consumo é metafísico, esquizofrênico, paranoico e ilusório. Um valor material que não existe de fato, ele só existe na megalomania dos cidadãos de bem consumidores, assim como o Estado, que não existe de fato. O Estado-Mercado é metafísico, mas, ainda sim, utilizado para legitimar suas ações de destruição, guerra e

controle sobre a Terra e os outros mundos. O Estado-Mercado, como força metafísica, executa o desejo de consumo do “mundo moderno”.

## SINGULARIDADE COLETIVA ≠ IDENTIDADE

Uma singularidade é diferente de uma identidade. Uma singularidade não reproduz ritos, símbolos e estereótipos culturais, ela não é uma reprodução, não se replica, não busca refletir ou se identificar com algo. A analogia e a semelhança não são as diretrizes de composição de uma singularidade. Uma singularidade coletiva é composta por pluralidades, ela afirma a si mesma sem precisar de referencial, ela é sua própria referência. Uma singularidade de um povo é ação relacional de campos e seres coletivos, uma relação diferencial com os espaços-tempo, uma relação diferencial com a vida. Uma singularidade não é homogênea, é heterogênea. É cultivar a relação de diferenciação e ação no cotidiano, fazê-la transpassar e ampliar o alcance da sua força de mudança e vida, emaranhada aos sentimentos de pertencimento e lugar de escolha de um povo na sua ancestralidade.

Nossos povos são singularidades coletivas. Nós não somos identidades culturais, como classifica a ciência “moderna” dos brancos. Uma singularidade coletiva não se identifica, se experimenta. Uma singularidade coletiva é singularidade plural de diferenciação, por isso não existe e nem existirá um conceito de massa de identificação universal para os povos indígenas. O Estado-Mercado, a partir de seus conceitos universais de identidade e cultura, quer nos classificar genericamente como “índio”, mas nossos povos não se identificam assim. Cada povo é uma singularidade coletiva. Somos povos plurais. Genérico é o Estado-Mercado.

O processo de aprendizado, ensinamento e conhecimento não funciona da mesma forma para nossos povos, eles não nos ensinam através de técnicas e métodos de controle da razão, não vinculam a sua sabedoria àquilo que se vê e que se pode reproduzir. Quando nossos povos passam os conhecimentos e sabedorias para as próximas gerações, não passam apenas símbolos, signos, significados e significantes, através de um código de comunicação da linguagem. Nós, povos originários da Terra, transmitimos



e transmigramos o sentimento de pertencimento do nosso lugar de escolha indígena, não passamos apenas os códigos identificadores e os signos culturais, nós transpassamos o sentimento singular de cada povo, o afeto do que é ser uma singularidade coletiva de povo.

Quando nossos antigos e os encantados nos contam as experiências coletivas singulares de nosso povo, quando cantam, quando dançam, quando sonham, quando têm visões, eles transmigram junto e vivem em nós, nos transmitem afeto, sentimento e ação, por isso todos os antigos vivem em nós, por isso nunca caminhamos sozinhos pela experiência da vida no planeta, por isso mais de mil gerações vivem em nós, por isso a memória ancestral não funciona por lembrança, pois ela é presente, aqui e agora. Os encantados nos ensinam e ativam o lugar de escolha de cada povo dentro de nós, por isso somos singularidades coletivas. Uma singularidade coletiva não pode ser identificada, codificada e controlada, pois ela não tem um único rosto, é diferente a todo instante, muda a cada brisa. Uma singularidade coletiva de povo só pode ser sentida e não explicada, é o nosso lugar de escolha que nos faz quem somos.

Nossa comunicação-linguagem não acontece só por signos, símbolos, significantes e significados. A relação que temos com a linguagem transpassa a perspectiva de linguagem do “mundo moderno”. Nós, indígenas, nos comunicamos pelos sentimentos, por uma linguagem-energia, nosso ritmo é de afinidade, afetos e amor com o ritmo da Terra. Dançamos e cantamos com a Terra. Sentimental e espiritualmente, nossas relações, ensinamentos ancestrais e ciência encantada ampliam-se e ganham alcance. Nossa linguagem é energia coletiva.

As relações entre diferentes mundos e cosmovisões é um movimento cotidiano para nossos povos. O movimento energético diferencial do encontro entre “mundo moderno” ocidental e mundos indígenas culmina na guerra de extermínio cosmológico dos mundos indígenas. A guerra, para nós, indígenas, não tem sentido de extermínio, tem um sentido espiritual de transpassagem cósmica de diferenças. É conhecer outras inteligências, inteligências de outros mundos. Uma alteridade guerreira. Não exterminamos a diferença, nós a conhecemos, e isto significa deslocar os horizontes de eventos ao encontro de outros, acontecendo, nesse movimento, eventos diferenciais de deslocamentos espaço-temporais.



A guerra para os “mundos modernos” tem o sentido de extermínio, ela é impregnada por um valor externo, pelo desejo de consumo. A guerra não é importante por si, ela é um instrumento para se chegar a um valor externo imposto pelo desejo de consumo interno do “eu”, que só quer consumir. É necessária a guerra para o “mundo moderno”, para que ele elimine os outros mundos que não são afins com seus ideais. Não é uma relação, é para conquistar, controlar e escravizar. O sistema de guerra e sentimento de extermínio oriundo do desejo de consumo do Estado-Mercado que busca exterminar aquilo que não é igual ao seu eu-mundo-ego. O “mundo moderno” quer exterminar a diferença e fazer multiplicar o igual, a identidade, fazendo disso algo “natural” e normal. A implantação do modelo de organização e sociabilidade baseada no Estado-Mercado-Nação necessita da guerra de extermínio para acontecer em seu egoísmo universal.

A guerra constante do “mundo moderno” contra nossos povos é parte do projeto de progresso do Estado-Mercado, as diásporas, os reagrupamentos de povos, a miscigenação, tudo isso é tecnologia de extermínio que o mundo ocidental pratica contra nossos povos. Nós “sumimos” no espaço-tempo, para não sermos encontrados pelos assassinos do Estado-Mercado, mas hoje reaparecemos ganhando força da Terra. Retomamos e estamos aqui e agora, resistindo, existindo. Lutamos para continuarmos a viver livres com a Terra em nossos lugares de escolha.

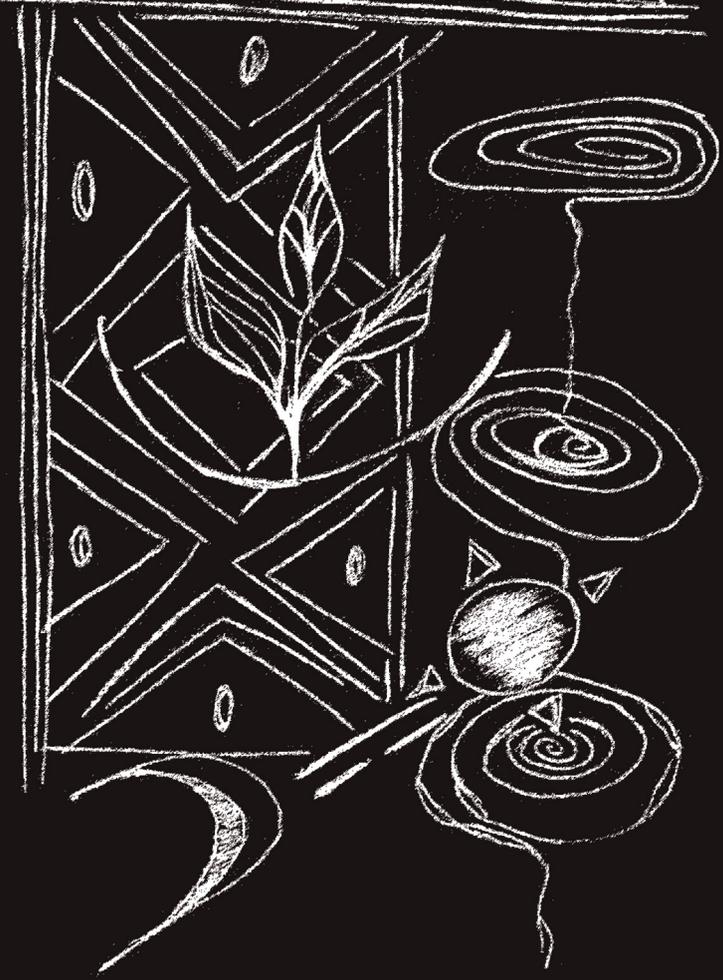
A destruição dos modos de vida dos povos indígenas e a destruição da vida de todos os outros seres e da Terra são proporcionais ao avanço territorial do ritmo capitalista sobre o planeta. A Terra é subordinada ao ritmo de destruição, exploração, escravização e consumo do “mundo moderno”. A mudança de ritmo gravitacional no campo da Terra causada pela exploração destruidora do capitalismo gera, além das mudanças no clima, mudanças no magnetismo e no eixo da Terra, resultando no movimento de destruição e morte não só dos povos originários indígenas, mas do planeta.

A resistência indígena à invasão do pensamento do consumo, a insistência na vida, a luta, as emergências dos povos, e tudo mais que envolve a guerra contra o capital e a favor da Terra, são processos constantes que assolam nossos povos desde 1500. Brotamos como vida, brotamos como os anticorpos da Terra contra o capitalismo. Somos povos encantados, somos



encantamento. A resistência dos nossos povos é a resistência da Terra. Somos os sonhos vivos sonhados pelos nossos avós. Somos as retomadas dos sonhos de nossos ancestrais.

ESCUTANDO E FLUINDO  
A ENERGIA



# CAPÍTULO 9

## PERCEPÇÃO TRANSCOSMOLÓGICA

### O CAMPO AFETIVO

O conceito de campo pensado pela física, é pensado e sentido por nós, indígenas, a partir de conexões e relações circulares, nossos povos não pensam pela geometria linear, nossa geometria ancestral é rítmica. O conceito de campo é o que nos possibilita pensar o campo de afetividades e afinidades de percepções que transpassam, compõem e criam a singularidade dos nossos povos indígenas originários com a Terra. O campo afetivo de pertencimento à Terra atravessa e compõe nossa memória ancestral, nossos sonhos, nossa oralidade, nossas linguagens e nossos horizontes de eventos singulares.

O campo afetivo que evoco, é um campo de percepção e sensação não apenas físico das relações de afinidade, afeto, gravidade e aliança que nossos povos nutrem com a Terra. Somos povos do sentimento. Esse campo nos liga à rede de emaranhamentos de campos gravitacionais dos outros povos, criando um emaranhado com o ambiente, ampliando a relação afetiva de povo para povo, criando a confluência necessária que transpassa o espaço-tempo. A experiência coletiva relacional de nossos povos tem afinidade de percepção com a Terra para além do espaço-tempo.

A afinidade perceptual é esse conceito de retomada indígena que percebe o campo emaranhado das redes gravitacionais entre os povos e a Terra. Nossa experiência coletiva singular de povo com a Terra compõe nossa ancestralidade, um campo singular de povo que transpassa a Terra e é transpassado por ela. A conexão singular de afinidades e percepções com a Terra e com o campo dos sonhos e dos encantados é não-local,



conscienciosamente coletiva, em que cada povo conflui com o curso da vida, relacionando-se com a geometria ancestral circular, gerando e fazendo sempre brotar mais relações.

A partir da força da Terra, que co-manda as relações de cada singularidade que ocupa lugar no espaço-tempo, as singularidades geram ritmos, campos, assim como canta a cigarra, chamando a chuva e a chuva vem. Ritmo que pulsa numa frequência de uma sambada, da batida dos corações e dos cânticos dos nossos povos. A dança rítmica das relações são composição e pertencimento de cada povo a si mesmo e à Terra, a dança da vida vai emaranhando os campos, os cânticos se atravessam, as vozes ganham força e não se tem mais apenas a voz, quem fala é a linguagem energia, o ritmo de afinidade das percepções que canta, que “pesa” e cria a magnética gravitacional que nos conecta à Terra.

Os povos originários e sua ancestralidade têm peso na Terra e sentem o peso dela em suas vidas. Os campos cosmológicos de emaranhamento indígenas com a Terra funcionam como uma singularidade gravitacional<sup>29</sup>. Cada povo tem seu peso diferente no planeta, com seu ritmo singular de relação com a Terra. A diferença gravitacional entre as singularidades dos povos está na relação singular de cada povo com a Terra. Portanto, formas diferentes de relação com a Terra, vibram formas diferentes de impacto gravitacional no planeta, porém, a diferença entre essas formas de vida se emaranha no mesmo campo da Terra, que acolhe e faz nascer sempre.

A relação afetiva com a Terra é vibração de frequência coletiva e gera um campo afetivo que faz brotar vida, ampliando a convivência com os outros seres e cosmovisões do planeta. Este campo afetivo que sentimos com a Terra, é o que nos une, não como uma massa de identidade e cultura, mas como uma singularidade coletiva que é diferente em si mesma, mas conflui em cumplicidade e harmonia com o planeta. Somos povos diferentes, mas somos os povos da Terra. Esse campo afetivo de sentir a Terra nos une numa conexão relacional com o planeta. Terra afetiva de afinidades perceptuais são campos de emaranhamento que transpassam todos os povos, é percepção transcossmológica física e extrafísica da vida.

---

<sup>29</sup> Uma singularidade gravitacional (algumas vezes chamada singularidade espaço-tempo) é, aproximadamente, um ponto do espaço-tempo no qual a massa, associada à sua densidade, e curvatura do espaço-tempo, associada ao campo gravitacional de um corpo, são infinitas. Uma singularidade representa a si mesma.



Assim, a guerra cosmológica de extermínio imposta pelo “mundo moderno” aos mundos indígenas, passa por essas percepções e sensações conceituais diferentes de sentir o planeta e isso vai influenciar a maneira de agir, sentir, entender e se relacionar com a Terra. O campo relacional de ritmo singular de vida gerado pela Terra envolve as diferentes cosmovisões, esse campo não atravessa e move apenas questões ligadas à “ciência moderna”, como as históricas, geográficas, empíricas ou econômicas. O campo afetivo do ritmo da Terra move campos espirituais, encantados, rítmicos, de danças, cantos e vidas ancestrais.

A “ciência moderna” sente a Terra a partir de sua forma de se relacionar com ela, das técnicas e métodos de replicar e controlar. Seu ensino é voltado para a exploração da Terra e dos cidadãos criados pelo “mundo moderno”. Nossos mundos indígenas sentem a Terra através das afinidades perceptuais, não se limitam por métodos empíricos do pensamento e da geometria dualista-materialista. Sentimos e tocamos o céu como encantaria e alcance dos nossos mundos. Nossos antigos e encantados nos ensinam nossa ciência ancestral e geometria sagrada da Terra. Nossos mundos sentem e pensam além do “mundo moderno”, nos relacionamos com a vida para além da política e economia.

As percepções de afinidades são perspectivas de como sentir, perceber e se relacionar com a Terra, os planetas e os universos. Funcionam em espaços-tempo diferentes, e se encontram em suas diferenças compondo um planeta plural. A pluralidade de universos nas diferentes plêiades que formam os povos indígenas são frutos dos acontecimentos cósmicos gerados pelas transpassagens dos campos gravitacionais de vida da Terra. Independentemente de como o movimento se manifesta, o ritmo de afeto da Terra é o pensamento que nos atravessa e nos aproxima para sentir todo o ambiente ao nosso redor, físico e extrafísico. Nossas perspectivas de vida são sentidas em horizontalidades. São horizontes de eventos que se enxergam e sentem-se “olhando” da mesma altura. Neste sentido, todas as perspectivas singulares de povo são horizontes de eventos, cada povo é um horizonte de evento e não existe um único ou melhor horizonte de evento que outro.

A partir desta percepção afetiva com o campo da Terra, percebemos que tudo está em conexão e que todas as diferentes formas de vida são

importantes. Todos os diferentes povos<sup>30</sup> têm relação, influência e importância na Terra. Assim, a produção em massa, o lucro, a competitividade, o personalismo, a identidade, o acúmulo de bens, a geometria do pensamento dualista e o desejo de consumo, não são necessários e importantes para uma vida melhor em cumplicidade com a Terra. Em nossa ciência ancestral, os saberes das plantas, as veredas nas matas, o caminhar da onça, os voos nos sonhos, o som das matas, os cânticos, danças e relações com os encantados, tudo isso compõe nossos mundos e nos faz sentir o cotidiano dos outros mundos, nossa ciência ancestral são ensinamentos para viver bem. A relação que um povo tem com a Terra é o que mais “importa” para se viver bem.

A relação dos mundos e dos campos de ação de cada povo se acessa, conecta, pela afinidade perceptiva, que é perceber e se relacionar afetivamente com a Terra e com o povo através do campo gravitacional que nos liga a ela. Afinidade perceptiva é a capacidade de sentir outros campos-mundos através do campo rítmico que liga todos os povos e afeta de maneira sensível e ancestral, criando a afinidade com o campo da Terra. Afinidade perceptiva é uma transpassagem de ritmos da Terra entre nossos povos e o que nos faz sentir singular. É sentir afinidades e percepções de diferença, unindo as forças, os campos emaranhados como teias entre os povos, gerando mudanças uns nos outros e fazendo perceber as diferenças de campo e de cada povo, criando uma alteridade a partir da pluralidade das diferenças de campo. Assim, nos tornamos mais fortes, numa relação de teia e conexão, somos tudo e tudo somos nós, mas não como absoluto, não como um todo, mas, sim, como conexão, singularidades coletivas.

Nossos povos atuam como “ondas gravitacionais” que vêm de longe, de outros mundos e se atravessam, tornando-se fortes e plurais. Ir pela perspectiva das afinidades de percepções faz brotar em nós as narrativas gravitacionais<sup>31</sup>, pluralidades de cada povo. Perceber as influências gravitacionais de outros campos da vida, sentir outros rastros, físicos e extrafísicos, apresenta o instante em que a historicidade-temporalidade

---

<sup>30</sup> Nesta perspectiva penso povo para além da perspectiva humana trazida pela “ciência moderna”, penso todos os seres que interagem e confluem com a Terra em seu fluxo de vida, assim, existem povos das águas, povos das matas, povos das montanhas, povos dos animais, povos encantados, “invisíveis” ao olho “moderno”, mas sensíveis e visíveis a nós, indígenas. Povo, como pensamos, são todos que se conectam e vivem em cumplicidade com a Terra.

<sup>31</sup> Narrativas gravitacionais são narrativas que têm peso de formação de singularidade coletiva de um povo e dos mundos em conexão.

artificial cronometrada, medida e controlada do “mundo moderno” não faz sentido. Percebemos que o tempo pensado como *uno*, pelo “mundo moderno”, corre descompassado com as histórias dos outros mundos, e o espaço “moderno”, pensado como propriedade, cria fronteiras e invade outros mundos e universos.

## A ARTIFICIALIDADE DO ESTADO-MERCADO

Nossas formas de diferenciar as percepções, afinidades e sensações de cada mundo são singulares. Quando dançamos *Toré*<sup>32</sup>, todos juntos, singularmente diferentes, criamos em nossa ação e sentimento uma linguagem energética de mesma frequência, a energia nos move e movemos a energia, alinhamos nossos espaços-tempo com o dos nossos ancestrais e eles nos dançam e nos cantam, fazem a transpassagem conosco, todos juntos, mil gerações estão aqui e agora, brotando força e sentimento num campo gravitacional de afeto com a Terra. Somos singularidades no coletivo, cada um cantando, dançando, mas todos conectados, sem personalismo. Somos um com o sentimento e percepção da Terra. Estamos conectados pelas afinidades de percepções dos campos de afeto da Terra. Somos emaranhados de singularidades coletivas.

Nossos corpos não são partículas, nem corpúsculos e individualidades, o conceito de corpo para nós, indígenas, se amplia em campos emaranhados de frequências. Nossos campos singulares atravessam os campos coletivos da Terra e isso nos nutre. Somos um campo coletivo físico e extrafísico, não um corpo material. As afinidades de percepções são sentidas para além do espaço-tempo, elas são não-locais, podemos sentir a conexão com nosso território sagrado sem estar pisando nele exatamente, pois ele vive em nós espiritualmente e isso compõe o campo de cada singularidade coletiva. Isto significa que todos estamos e não há localização precisa de onde podemos nos manifestar, os espaços-tempo são percursos por onde nos deslocamos, eles não passam por nós, nós que passamos por eles, por isso passado-presente-futuro estão aqui e agora.

---

<sup>32</sup> Dança ritualística sagrada dos povos indígenas do Nordeste.

Nossos antigos podem viajar pelos sonhos, pelos tempos e pelos espaços para nos trazer ensinamentos. É assim que funcionam nossas sensibilidades sociais de cada povo em relação com a Terra.

## NETÇOWONHÉ WARAKIDZÃ<sup>33</sup>

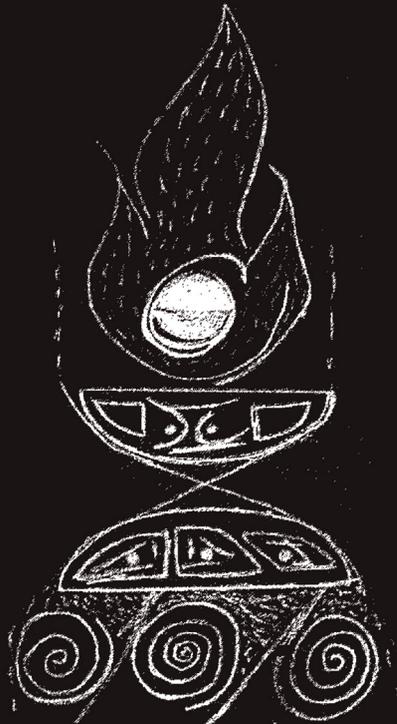
A afinidade perceptual é conexão que ativa outras frequências de vida, através dos afetos e das experiências coletivas de cada povo. Os espaços-tempo passados para as gerações seguintes, são ações que ascendem da oportunidade de percepção e afinidade. As memórias não fluem sozinhas como arquivos, elas andam sempre acompanhadas dos sentimentos, como relâmpagos de intuição, e têm uma duração. A duração e a intuição não estão subordinadas ao espaço-tempo, são sentidas e percebidas pela força do encanto. O campo gravitacional da força do encanto da Terra não está nos espaços-tempo, ele é criado a partir do emaranhado de campos entre a Terra e os diferentes povos indígenas.

A força que emana de cada povo é o portão de acesso aos sonhos da Terra. É um caminho para sentir as ancestralidades e acessar os mundos. A força encantada ancestral dos nossos povos não se move na linha da dualidade, e, sim, em circularidades ascendentes. Os ciclos iniciam e terminam, não existe uma “eternidade”, existem diferenciações de movimento, e criação de dimensões. Tudo que acontece no visível, está conectado com o invisível, não existem limites de ação entre eles. O ritmo relacional que faz perceber a mudança de campo, é uma passagem de afinidade de percepção e sentimento, são conexões de afinidades.

Para nossos mundos indígenas, não existem limites físicos. O limite não é algo que separa, é um portal de acesso às diferentes frequências dos mundos extrafísicos, onde co-habitamos como povo, onde convivemos com nossos ancestrais e outros povos encantados. A razão ocidental como atributo apenas do cérebro, não alcança. Não existem linhas que separam experiências de espaço-tempo, existem modos de relação, de sensação, de percepção e de energia.

---

<sup>33</sup> “Sabedoria do sonho mágico”, em Dzubukuá, Kariri antigo.



for = NADA

# CAPÍTULO 10

## RETOMADAS

“Era um caminho quase sem pegadas  
Onde tantas madrugadas folhas serenaram  
Era uma estrada, muitas curvas tortas  
Quantas passagens e portas ali se ocultaram”  
(SIBA, 2002).

### CONEXÕES ANCESTRAIS

Quando o poder do Estado forja o “desaparecimento” dos povos originários indígenas, através de relatórios oficiais, de leis, da ciência ou pela história “oficial”, ele também declara que o “trabalho” de colonização está acontecendo a todo vapor e que esse é o caminho “certo” para o progresso do país. O “índio” é como um processo na evolução social humana, ou seja, deixar de “ser índio” e se tornar um cidadão de bem consumidor, é o “caminho do progresso”, o fim almejado.

As leis do Estado-Mercado são leis de consumo, são leis de mercado. As leis artificiais cunhadas a partir do desejo de consumo são implantadas profundamente na estrutura psíquica artificial e sentidas como desejo de falta. Assim, o inconsciente coletivo do “mundo moderno” cria o desejo de consumo disseminado aos cidadãos consumidores, que se relacionam uns com os outros a partir desse princípio. Consumidor é sinônimo de “homem moderno”. Nós, povos indígenas, compomos os mundos *aliens*, que estão de “fora” da forma de se relacionar do Estado-Mercado, pois somos povos que não sentem e não percebem suas experiências coletivas pelo desejo de consumo. Não vivemos a sociabilidade do “mundo moderno”,

e, conseqüentemente, somos considerados inimigos do “progresso” do Estado-Mercado, por isso, querem nos exterminar. **Um povo que destrói a terra, polui rios e extingue animais por “progresso” e outros que vivem em cumplicidade com a Terra. Qual das duas perspectivas de vida é brutal?**

O movimento conceitual de extermínio e não validação das narrativas das experiências coletivas dos povos originários é propositalmente articulado pelo “mundo moderno”. As narrativas do “mundo moderno” são pautadas na sua ciência, ou seja, naquilo que pode ser replicado, reproduzido, tornando esse movimento conceitual de reprodução “oficial”. O genérico é a característica do modo de produção artificial de vida do Estado-Mercado.

As narrativas de experiências coletivas indígenas não são réplicas, elas acontecem em locais que não se replicam, pois cada uma é vivida, percebida e sentida na fundação de um mundo e um povo singular. As narrativas de formação dos mundos indígenas são singulares para cada povo, mas não se replicam para os outros povos. Cada povo tem em seu sentimento rítmico ancestral, sua narrativa singular. A pluralidade de narrativas e relações com a Terra é o que caracteriza nossos povos.

Para o Estado-Mercado, o consumo é a única narrativa e desejo aceitável, sendo o descarte a sua forma mais dissimulada e vazia de coletividade. O “mundo moderno” cria desejo de consumo, que acumula e descarta. Duplo movimento de acúmulo: acúmulo de bens e acúmulo de lixo, pois o que não é mais “moderno”, pode ser descartado. Esse pensamento não gera nenhuma conexão com a Terra, é fruto de um sentimento individualista, sentimento artificial gerado, gestado e produzido pelo Estado-Mercado.

A ciência, as universidades, as escolas, as mídias sociais, todos os meios de comunicação do “mundo moderno”, são feitos para atingir a massa, contribuem para a disseminação da ideia de que o “tempo passa” e que o “progresso” se torna “natural” à vida no Estado-Mercado. Esse movimento conceitual de experiência da sociabilidade, articulado pelo Estado-Mercado para dificultar conceitualmente toda forma de resistência que o afronte, faz com que nós, indígenas originários, principalmente da região Nordeste, sejamos apontados como impostores quando nos afirmamos como indígenas

em nossas retomadas, por não obedecermos à norma conceitual do que é ser “índio” no século XXI para o Estado-Mercado.

Porém, nós, indígenas, vivemos outras relações, nos relacionamos por outros meios. Nosso lugar de escolha e ancestralidade de cada povo está vivo, vivemos como viviam nossos avós, temos os jeitos daqueles que não se rendem. Por essas e por muitas outras coisas que não podem ser explicadas, apenas sentidas, somos indígenas da Terra, e estamos aparecendo em retomada para lutar contra a destruição da Terra e dos nossos povos.

A retomada indígena é um movimento ancestral e conceitual de guerra contra o extermínio da Terra e dos nossos modos de viver, no qual a perspectiva de história como ciência de narrativa oficial é questionada, pois, para nossos povos, as perspectivas de narrativas ultrapassam a perspectiva documental arquivada. Assim, para nós, povos do Nordeste, e mais especificamente do Ceará, **manter-nos conectados às nossas ancestralidades, é a força encantada da luta constante para não sermos engolidos pelo pensamento e a sociabilidade do invasor.** Manter-nos ouvindo os sonhos e as memórias ancestrais nos faz continuar brotando. Nossa retomada é movimento de brotar, de sonhar, de cultivar sentimento com a Terra.

## A GUERRA DE RETOMADA

A região Nordeste foi o primeiro local de invasão dos povos ocidentais aos mundos indígenas originários no território que hoje corresponde ao Brasil. Assim, aqui no Nordeste, nossos povos estão em guerra constante desde 1500. A guerra cosmológica de extermínio dos mundos para nossos povos do Nordeste tomou outras perspectivas e proporções. Nesse confronto, nossos povos tiveram que mudar muito sua forma de resistir, seguindo e criando um fluxo de vida diferente para não serem consumidos pelo “mundo moderno”.

Nossos povos indígenas originários brotam do chão rítmico desde os tempos ancestrais, vivendo em heterogeneidade com a Terra. Com a invasão dos povos europeus, nosso chão sagrado foi banhado com sangue,



dando início à guerra dos mundos. O “mundo moderno” quer transformar nossos mundos indígenas num só mundo genérico. O conceito de “mundo moderno” é implantado através da morte, do genocídio e do sofrimento dos nossos povos, da imposição de uma nacionalidade, uma pátria e suas leis, transformando as paisagens, alienando a relação com a Terra, destruindo o planeta e os mundos indígenas.

As perspectivas e estratégias de luta e resistência dos nossos povos aconteceram de diversas maneiras, alguns tiveram que sumir “oficialmente” por determinado período, para voar abaixo dos radares da morte do Estado-Mercado. Muitos se camuflaram atrás de interfaces regionais para continuar vivendo seu modo de vida. Aqui no Nordeste, nossos povos se utilizaram do sincretismo como um instrumento e uma arma de continuidade dos nossos costumes, como forma de “desaparecer” para não sermos perseguidos. Nossos mundos indígenas sofreram ataques de extermínio completo, porém não fomos exterminados, ainda estamos aqui e cada vez mais fortes, ascendendo e retomando em diferentes povos. Sempre estivemos aqui, vocês que não tinham “olhos de ver”.

A história “oficial” contada pelos invasores sobre nossos povos é uma história propositalmente cheia de fragmentos, mentiras e lacunas, e mesmo nessas lacunas continuamos a viver, a cultivar e a transmitir nosso sentimento de povo originário para as próximas gerações. Foi nessas lacunas que nossos avós cultivaram seus sonhos que hoje vivem em nós. Nas lacunas da história “oficial”, continuamos a viver e sentir nossos espaços-tempo singulares de cada povo, nos encontrando com os encantados, aprendendo os cânticos e nossas linguagens energéticas que nos fazem povos originários indígenas, alcançando nosso lugar de escolha. Assim, nossos avós abriram os portões dos mundos para nós entrarmos, e, hoje, a Terra que se chama Nordeste vê ascenderem os povos originários indígenas daqui. Nossa retomada é coletiva.

A guerra do “mundo moderno” contra os mundos dos nossos povos indígenas se atualiza a cada movimento, reiteradamente desde o primeiro contato, e nós, indígenas, também nos atualizamos para não sermos engolidos pelo consumo do “mundo moderno”. As fazendas que hoje pertencem a latifundiários foram o início de um movimento de apagamento dos nossos povos. Elas pressionaram a coroa, assim como hoje faz o agronegócio, por



medidas que resultaram em consequências como o diretório pombalino, que levou os aldeamentos a serem extintos e considerados terras devolutas, os “índios mansos” a serem considerados escravos e os “índios selvagens” a serem caçados como inimigos.

Posteriormente, com a Lei de Terras de 1850, todas as terras são alienadas e colocadas à venda. Esta lei teve um caráter crucial de mudança na guerra em relação à Terra para nós, povos indígenas do Nordeste. Ela não pode ser pensada apenas no contexto histórico/jurídico, que é o contexto do “mundo moderno” e que obedece à historicidade-temporalidade artificial e “oficial” do Estado-Mercado. Ela tem que ser considerada como parte do desenvolvimento das ações que obedecem à ordenação cronológica linear dualista da história “oficial”.

A Lei de Terras deve ser pensada em termos e efeitos cosmopolíticos a partir dos mundos indígenas, uma vez que afetou os modos de relações e vida dos povos com seus territórios. Ela foi uma ruptura cosmológica implantada na forma de lei, engendrando e impondo uma ordenação e organização violenta contra as formas dos mundos indígenas se relacionarem e ocuparem a Terra. A Lei de Terras causou uma fissura no campo gravitacional da força afetiva dos povos com a Terra, desequilíbrio nos modos de viver, migrações indesejadas e o principal: a necessidade de “sumir” para não sermos exterminados.

No Ceará, apenas alguns anos depois da Lei de Terras, em 1863, um relatório toma força de decreto e extingue “oficialmente” os “índios”, com a alegação de que todos estão devidamente misturados à sociedade e todos agora são cidadãos cearenses. O conceito de identidade, na forma de caboclo, sertanejo e cearense substitui o conceito de “índio”, identidade criada pelo invasor como categoria de transição. Agora o “índio” alcançava outro estágio da evolução social, se tornava “cidadão”.

Alguns antigos aldeamentos e fazendas se tornaram vilas e posteriormente cidades, nas quais o modo de produção do Estado-Mercado se reproduz ferozmente nas leis e nas relações de consumo da sociabilidade no cotidiano. O Estado-Mercado dita as regras e normas de como se relacionar com sua historicidade-temporalidade artificial, isso vai sendo passado às próximas gerações a ponto de os “súditos” do Estado-Mercado se entenderem como individualidades e pertencentes a uma “nação”. O desejo de



consumo do Estado-Mercado vai sendo implantado no inconsciente das pessoas a partir da mudança de relações do cotidiano, produzindo uma relação artificial com o desejo e os sentimentos e, conseqüentemente, com a vida e suas relações.

Assim, o cidadão pensa que é uma individualidade, que tudo é fruto dos seus méritos, não se entende como ser coletivo, mas, sim, como ego, como centro, almejando sempre o topo, ter “sucesso” e ser o “melhor”. Esse desejo de consumir os sentimentos como uma “conquista” é o desejo de consumo que o Estado-Mercado implanta naqueles que interagem com ele nas relações dualistas de produção do consumo. O movimento de imposição de padrão de consumo muda violentamente o modo de perceber a vida.

Os clãs e famílias indígenas que viviam nas cidades, ou em sistemas de sociabilidades que eram organizados pelos moldes do Estado-Mercado, foram forçados a adotar padrões de consumo, foram forçados a vender sua força de trabalho, no entanto, não podiam gastar seu dinheiro de forma “livre”. Apenas três gêneros de artefatos eram colocados à “disposição” das famílias indígenas para compra: a cachaça, a farinha e o fumo. O movimento de viciar os indígenas no fumo e na cachaça visava destruir socialmente aquele clã e família, aprisionando-os num ciclo de miséria social. Os vícios foram implantados como tecnologia de extermínio de nossos povos, tática usada até hoje pelo Estado-Mercado.

Essa sociabilidade imposta nas formas de se organizar implantada nas vilas e cidades do Nordeste cria a dualidade entre “cidadão” *versus* “índio”, na qual, respectivamente, um é a face “moderna”, e o outro a face primitiva (obsoleta). Buscando condições de sobrevivência, quando os aldeamentos foram extintos, muitos povos migraram para as vilas, formando posteriormente a periferia das cidades. Tiveram que se “adaptar” para não sofrerem mais perseguição, mas continuavam sofrendo preconceito por viverem de modo diferente dos demais “cidadãos”.

Muitos clãs e famílias indígenas que faziam parte dos indígenas chamados pelos invasores de “índios selvagens” também migraram de seus territórios sagrados para sobreviver à morte e à perseguição, se escondendo em locais de difícil acesso no interior dos interiores. Estes indígenas começaram ali uma vida de menos guerra direta e mais de cultivo, dando continuidade aos seus modos de vida ancestrais. Com a atualização



e o avanço da colonização, estes grupos também foram atingidos pelo “progresso” e, para não serem perseguidos, passaram a se camuflar em sincretismo com algumas práticas ocidentais. Assim, povos como o meu, tiveram sua língua materna assassinada para que eu estivesse aqui, minha trisavó teve que ensinar o português para não sermos perseguidos, porém a linguagem energética do sentimento do que é ser Takarijú ela nos passou na forma de nos relacionarmos com o cotidiano, com a coletividade, com os outros seres, com a Terra e com a vida.

Percebendo a questão pelo prisma de guerra cosmopolítica, fica explícito que o discurso oficial adotado pelas elites invasoras que se estabeleceram aqui no Ceará como “elites locais”, em que afirmavam o desaparecimento dos povos originários, é uma forma “legal” e de justificação para se apropriar do que restou das terras e transformar os indígenas em pobres assalariados, servindo em regime de escravidão às elites fazendeiras. Como o interesse do governo imperial, federal e local era a eliminação dos povos originários e a usurpação de suas terras, foi fácil manipular a legislação e elaborar falsos documentos que atestavam a posse das terras para essas elites. As províncias passaram a tomar medidas anti-indígenas explicitamente. Assim, o Ceará tornou-se a primeira província a negar a existência dos povos originários, alegando que todos já estavam “misturados” à população e agora todos faziam parte de um só povo, o povo cearense.

Por vezes, sem entendimento do motivo da perseguição, sem poder contar suas experiências coletivas, impedidos de falar a sua língua mãe, de praticar suas ancestralidades, impedidos pelo Estado-Mercado de serem quem são, muitos dos nossos sentiram o peso dos preconceitos e desenvolveram problemas psicológicos decorrentes da violência do “mundo moderno”. Isso também é uma seqüela da colonização e do efeito que o Estado-Mercado e sua sociabilidade causam em nossos povos aqui do Nordeste.

Os 521 anos de guerra se atualizam de diferentes formas, essas doenças psicológicas foram passando de geração para geração, fazendo com que muitos não se afirmem mais indígenas, por temer a exclusão e a perseguição. Porém, também não são “aceitos como cidadãos”, pois não têm o “perfil” branco e nem pensam pela dualidade ocidental. Essas cicatrizes confundem, machucam e chegam ao ponto de causar vergonha nos



indígenas de dizer que são indígenas. Essa vergonha vem com a lembrança do medo, da dor e do preconceito.

Esse mal implantado pelo “mundo moderno” e pelo homem branco é mais profundo do que a moléstia no corpo. São cicatrizes psicológicas que contribuíram para nosso apagamento. Como consequência, no Nordeste, nossa presença é considerada encerrada e apenas acervo histórico de povos que foram exterminados, nossas línguas foram substituídas pelo português e os que não morreram foram assimilados, passando a ser chamados de “descendentes”.

Porém, a história “oficial” sobre nossos povos no Nordeste é mentirosa e os povos originários indígenas sempre estiveram aqui. Resistimos ao apagamento e agora estamos aparecendo em retomada. A retomada não é só um movimento físico, ela é um movimento nos sentimentos, nossos mundos e seus sentimentos foram feridos, precisamos nos curar das feridas, a partir dos ensinamentos dos nossos antigos, da Terra, dos sonhos e dos encantados, sem ressentimento, mas retomando, atualizando e criando nossos mundos ancestrais e outras possibilidades de viver. A retomada é uma rede emaranhada de campos indígenas, em que os fios são os diferentes povos e vão vibrando, “despertando”, retomando o encanto da força um no outro, e assim vão retomando seu lugar vivo e seus mundos. A alma indígena retorna ao acolhimento de seus ancestrais, retoma seu encantamento. Os mundos indígenas se encantam e aparecem outra vez. A retomada faz brotar mundos. Esse é o movimento anticolonial, fazer brotar mundos.

No século XIX, os povos indígenas no Nordeste foram considerados extintos pelo Estado-Mercado e pela ciência “moderna”, tornando-se objeto apenas de estudos acadêmicos. A perspectiva viciada de pensamento do “mundo moderno”, classifica, nomeia e determina. A partir de seus conceitos com pretensões universais, a linearidade de pensamento da historicidade-temporalidade do Estado-Mercado é molde para a ciência “moderna” e isso faz com que todos sejam arrastados nesse fluxo de consumo e “progresso”. A perspectiva de sempre caminhar numa linha reta como único fluxo de historicidade-temporalidade, é uma performance de negação de outras perspectivas e experiências coletivas com o espaço-tempo.



O movimento do progresso como lei universal do Estado-Mercado arrasta todos para a “modernidade”, não existe escolha. O país que não é “moderno” nos moldes do capitalismo e do desejo de consumo é visto como atrasado, primitivo e sofre preconceitos. Esse movimento de progresso também está evidenciado nas formas de se relacionar com o Estado-Mercado. Logo, o “índio” é o estágio mais primitivo, a transição de “índio” para “cidadão” é o caminho do progresso nas Américas, assim como foi a transição do “bárbaro” para o “civilizado” na Europa.

Durante o século XIX, mesmo com a declação de extinção dos nossos povos, esse movimento de transição continuou a avançar pelo interior do Nordeste, povoar e colonizar as terras ainda não dominadas e a transformar os indígenas e seus “descendentes” em pobres trabalhadores rurais sem terra. O olhar científico para o Nordeste em relação aos povos indígenas não tinha nada de científico, a ciência “moderna” era um instrumento racista, político e estatal dos roubos e invasões das terras indígenas, criando conceitos e documentos “oficiais”, cristalizando e justificando o roubo e as invasões. A colonização não foi homogênea e não acabou.

Ao transformarem os indígenas em pobres, transformavam-os em brasileiros pobres, lhes roubavam a singularidade de povo e lhes davam uma identidade genérica de nordestino, cearense, sertanejo e brasileiro. Neste ponto de vista, a identidade como conceito de semelhança e de identificação de um povo e cultura não dá conta das singularidades diferenciais dos povos indígenas. O conceito de identidade foi criado pelo colonizador com a invenção do “índio”.

Os invasores acusavam os indígenas de falsos “índios”, questionando sua relação de pertencimento a um povo originário a partir de um conceito de semelhança e identidade que eles mesmos criaram. No pensamento linear dualista do “mundo moderno”, duas coisas não podem existir ao mesmo tempo: o “ou” é o que determina conceitualmente o que você é, ou é “índio” ou é “brasileiro”. Se você é “índio”, se afirma como invasor das terras do Brasil e inimigo do Estado. Se é “brasileiro”, se afirma pertencente à nação, e, portanto, você acata as leis e suas punições. Assim, o movimento conceitual de identidade cria essa armadilha cosmológica, conceitual, jurídica, antropológica para nossos povos na luta com a Terra.

O projeto de transição para transformar o “índio” em “cidadão”, ou seja, em mão-de-obra trabalhadora consumidora e pobre, é um dos processos de destruição da singularidade dos povos, desaguando na expropriação de suas terras e, por conseguinte, na destruição de seu modo de vida. Esse é um projeto que não atinge só a nós, povos originários, mas ao planeta, então atinge a todos. Esse projeto é sempre atualizado de acordo com a legenda vigente do capitalismo.

À sua maneira, cada um dos “lados políticos” prima pela dissolução de nossos povos em favorecimento da formação de uma “massa” unificada numa nação. Pensar em termos de massa, de “unidade”, para nós, povos originários, é negar nossas singularidades de povos ancestrais e isso é impossível. Nós somos povos de aliança, mas não somos povos que renegam sua singularidade coletiva de povo. Enquanto a política moderna pensa uma “solidariedade”<sup>34</sup> unificante, nós, povos de aliança, pensamos uma singularidade coletiva dentro de nossas diferentes frequências e campos, é o coletivo e o singular coexistindo, um não anula o outro.

O Estado-Mercado com o avanço da invasão vai criando instrumentos e instituições para tutelar os povos indígenas. Para nós, indígenas do Nordeste, o caminho de retomada é bem mais complexo, uma vez que nossos povos estão há muito mais tempo na luta contra a invasão e já sofreram diferentes mudanças no decorrer da guerra. Mudamos, mas continuamos a ser indígenas, pois não existe uma “fórmula” que se replica do “ser indígena” como o Estado-Mercado conceituou. O movimento de retomada dos povos originários indígenas do Nordeste é um movimento de ações anticoloniais, é uma contestação à “história oficial” escrita com o sangue dos nossos antigos. A retomada originária indígena no Nordeste é um reencantamento dos mundos. O aparecimento daqueles que sumiram, mas sempre estiveram aqui.

Nossas narrativas de retomadas são singulares, tudo em nossos povos é processo de retomada e encantamento, nossos povos não são “unidades de massa e medida” e nem pontos de partida, “origens”, somos povos originários, pois vivemos com a Terra como nossa origem, mas não somos originários no sentido do “original”. Nossos povos não se pautam e nem

---

<sup>34</sup> Termo derivado do verbo *solidare*, de etimologia latina, que significa consolidar, segurar, fazer sólido. Solidariedade, portanto, implica fazer parte de algo maior, contribuir para solidificar, consolidar algo.

buscam “pureza”, não existe “índio puro” como quer o Estado-Mercado. Somos os sonhos vivos sonhados por nossos antigos e por nossos avós, somos a retomada e o revide contra a “história oficial”. Somos o efeito colateral vivo do Estado-Mercado, os *aliens* do Brasil e filhos da Terra.

Era uma linha, sem começo e fim  
E as flores desse jardim, meus avós plantaram  
Era uma voz, um vento, um sussurro  
Relampo, trovão e murro nos que se lembraram  
(SIBA, 2002).

## BROTAMENTO

O não “reconhecimento” dos povos indígenas ainda é utilizado para deslegitimar nossas singularidades de povos e luta com a Terra. Os povos indígenas brotaram da Terra fértil de sua linguagem viva como energia, de seus sonhos e suas memórias ancestrais. O movimento de retomada não é apenas um fenômeno social, material, físico do reaparecimento de um povo que os antropólogos e sociólogos chamam de etnogênese<sup>35</sup>. A retomada é também um movimento conceitual, gravitacional, anticolonial, de resistência e que se choca contra o Estado-Mercado. As retomadas dos povos do Nordeste e do Ceará estão ligadas e emaranhadas às frequências ancestrais que nos transpassam e conectam com os povos e a Terra.

O brotamento<sup>36</sup> dos povos no Nordeste e no Ceará é um evento singular no microcósмо do campo dessa região, que reverbera diretamente no macrocosmo do país e do planeta. O movimento de brotamento é “anterior” ao de retomada, brotar é ser cultivado pela Terra e aparecer; quando o povo brota como sentimento certo, os portões dos mundos se abrem e o lugar de escolha aparece. Assim, a retomada se inicia de forma “visível” e o povo começa a retomar sua singularidade coletiva. Em contraposição ao extermínio da colonização, nossos povos originários do

<sup>35</sup> Processo social de ressurgimento de um povo ou etnia já existente ou criada.

<sup>36</sup> Aparecimento “visível” na afirmação de retomada de um povo é sobre brotar, é ser cultivado pela Terra. Nossos povos sempre estiveram aqui, agora estamos aparecendo e nos mostrando como fenômeno “visível”.



Nordeste brotam vida, brotam mundos plurais e diferentes. Nosso jeito de viver, nosso jeito de “ser” e de criar nossas experiências coletivas de espaço-tempo junto à Terra vive em nós. Quando brotamos, isso aflora, floresce e um povo retoma a força ancestral e aparece.

Nascer, brotar, como um olho d’água, como uma nascente, como pontas de ramo. Esse ritmo de vida está marcado em nós, como povo, então não importa o quanto tentem nos exterminar, continuaremos brotando do chão, dos rios, das serras, pois a Terra é plural e coletiva, é nosso berçário de vida e resistência. A memória ancestral vive em nós, não é lembrança, não está localizada no passado, ela é não-local. A memória ancestral dos nossos povos acontece em espaços-tempo simultâneos que se atravessam.

Quando se cria uma perspectiva de afinidade de percepção, quando uma perspectiva de espaço-tempo entra em colapso, ela deixa de ser possibilidade e se efetiva na vida. Assim é a conexão com nossa memória ancestral: ela circula, conecta e atua nesse campo emaranhado dos povos com a Terra, atravessando os espaços-tempo, se movendo fora deles, mas se efetivando neles. É ação e acontece no aqui-agora. A memória ancestral é campo que atravessa nossos troncos velhos, nossos sonhos, os ensinamentos dos encantados, e vai compondo, se emaranhando e formando o ritmo, frequência e campo de singularidade de cada povo com a Terra, formando os espaços-tempo das experiências coletivas, em que as retomadas acontecem.

As retomadas não estão subordinadas ao tempo linear cronológico dualista do Estado-Mercado. Elas o atravessam, mas não agem só na historicidade-temporalidade artificial “moderna”, elas criam suas experiências espaço-temporais de ação a partir das memórias ancestrais e dos sonhos que nos conectam com os antigos e com a Terra. Por isso, estamos em espaços-tempo diferentes, por isso nossas cosmologias são diferentes e nossos povos têm uma singularidade, um campo e uma afinidade de percepção com a Terra e a vida diferentes.

A conexão singular apresentada pelos povos na luta de retomada no Nordeste e no Ceará é sentida num campo mais “sutil” e se manifesta nas diferentes órbitas de vida. No Nordeste, “ser” um povo originário é sentir as afinidades de percepção a partir de conexões espirituais, por uma linguagem sutil de “sentir” o seu lugar de escolha de povo e a Terra.

Brotar indígena no Nordeste é um processo de retomada rítmico íntimo de sentir o chamado da Terra e dos antigos. A linguagem energética não é transmitida apenas pela língua, mas por uma linguagem de afeto, de sentir a Terra se emaranhando com as memórias, os sonhos e os encantos.

A retomada está acontecendo e vem crescendo. Os povos indígenas originários no Nordeste, e, especificamente no Ceará, brotam da Terra, rasgando o Estado-Mercado por dentro, como *aliens*<sup>37</sup>, Bae Damã, brotando da Terra. “**Somos os de ontem, mas somos novos**”<sup>38</sup>. Brotamos junto com a força encantada ancestral da Terra, reorganizando as perspectivas de forças na luta com a Terra contra o capital, retomando a partir dos sentimentos cotidianos dos nossos avós, dos dizeres deles e de suas lutas cotidianas no viver como povo indígena originário. A força da retomada desmente todas as informações erradas e “naturalizadas” contadas pela “história oficial” de que no Ceará e no Nordeste não existem mais povos indígenas originários.

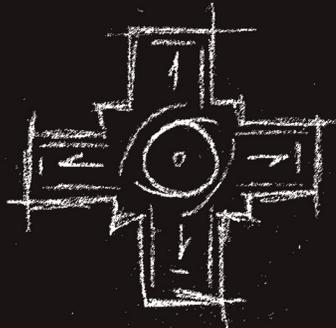
Histórica e oficialmente o poder público nacional se omite em relação ao massacre sofrido por nossos povos. Essa omissão se dá porque o Estado-Mercado é o único beneficiado se nossos povos forem extintos. O projeto completo de colonização e progresso do mundo moderno positivista está estampado na bandeira nacional, com o mote: “ordem e progresso”. Essa afirmativa é também uma ameaça que passa pela eliminação completa dos povos originários. O projeto de construção do Estado-Mercado “legítimo” Brasil é o projeto de eliminação dos nossos povos, projeto esse que nunca será terminado, pois ele é um ideal sem fim, o desejo de consumo não tem final, senão pela sua própria autodestruição. Portanto, enquanto houver Terra e povos originários, o Estado-Mercado continuará tentando nos eliminar e escravizar, mas continuaremos a brotar e resistir.

Um grito mudo  
Perguntando aonde  
Nossa lembrança se esconde  
Meus avós gritaram.  
(SIBA, 2002).

---

<sup>37</sup> Ver o filme “Alien, o oitavo passageiro”.

<sup>38</sup> Dizeres do EZLN, Exército Zapatista da Libertação Nacional.



↓  
"Se existo coos, e é maneira  
dos moleculas de agua que se  
misturam no mar para formar  
um todo vivo. Nesse mar, eles  
se movimentam com a facilidade  
de um peixe."

# CAPÍTULO 11

## NO SILÊNCIO DAS SOMBRAS VERDES

### RETOMADA CONCEITUAL

A retomada conceitual é a retomada dos sentimentos e percepções dos povos indígenas, para pensarmos e sentirmos nossas próprias relações e experiências coletivas de espaços-tempo, sem buscar semelhança com a figura conceitual da ciência “moderna”. A retomada conceitual é uma busca do pensamento com a Terra, dos sentimentos com nossos antigos, dos acessos às forças encantadas dos nossos sonhos para, a partir disso, criar e retomar nossos mundos, novos mundos de retomada, pensar nossos próprios problemas sem nos basearmos na matriz colonialista de pensamento acerca de nós mesmos.

O projeto colonizador é a implantação da sua verdade como único sentimento do passar da vida, é um projeto de desencantamento dos mundos indígenas originários e da vida, para a implantação de uma produção de artificialidade e morte do ego do “mundo moderno”. Os modos e experiências coletivas indígenas de se relacionar entre si e com a Terra são atacados pelo modo de produção individualista de morte, controle e propriedade do Estado-Mercado “moderno”. Esse acontecimento relacional encarna na mudança das maneiras de agir e sentir o cotidiano e é o primeiro grande acontecimento diferencial de energia decorrente do contato/conflito entre os povos indígenas e o Estado-Mercado.

O campo dos povos indígenas amplia-se e vai mudando de forma mais intensa por influência da guerra de extermínio imposta pelo “mundo moderno”. Essa mudança, porém, é atualização e resistência cultivada para continuarmos a brotar nas retomadas. No Nordeste, nossos povos

indígenas originários estão em fluxo incessante de movimento de retomada contra a constante guerra de extermínio que o Estado-Mercado impõe, é um movimento cosmológico conceitual de repulsão contra a colonização. **Estado-Mercado é o movimento de atração para um mundo genérico; retomada é o movimento plural diferencial de repulsão contra o Estado-Mercado.**

A experiência artificial dualista da historicidade-temporalidade do Estado-Mercado caracteriza a maneira como são criadas as experiências de cotidiano do “mundo moderno”. A retomada conceitual indígena busca explicitar esses movimentos, emaranhados conceituais que compõem o pensamento identitário do Estado-Mercado acerca dos povos indígenas. Nossa retomada conceitual propõe criação de conceitos a partir das plurais matrizes de pensamento, sensação e percepção dos povos indígenas originários, mas também, entender a artificialidade do pensamento “moderno”, apontando as relações que o compõem, mostrando que o Estado-Mercado é uma perspectiva de experiência e não a única perspectiva possível.

## A FORÇA GRAVITACIONAL DAS RETOMADAS

Pensar a mudança de relação com a Terra e as diferentes percepções de mundo é pensar uma mudança de relação com a vida, é pensar um choque cosmopolítico entre mundos em perspectivas diferentes de relação com o planeta. Os plurais modos de vida dos povos indígenas originários e o modo de produção do “mundo moderno” são diferentes perspectivas de relação, diferenças dimensionais de ritmo, diferentes ações e vida em seus campos de estar e afetar o planeta. Então, pensar o indígena-originário transformando-se em cidadão, “livre trabalhador” e “livre consumidor”, é legitimizar a violência conceitual cosmológica “moderna”. Esse movimento conceitual do Estado-Mercado é movimento de captura constante com intuito de deslegitimar os povos originários para roubar as terras, desequilibrando a relação singular que os povos têm com a Terra e com suas experiências coletivas ancestrais de cada povo.

Impor o “progresso” como único movimento de experiência com a sociabilidade no cotidiano cria o mito de que os povos originários e seus



modos de vida são “atrasados”, inferiores. Portanto, analisando os ditos e os não-ditos da “história oficial” do Brasil, podemos perceber que os povos indígenas originários e o Estado-Mercado Brasil são “interfaces” de duas cosmovisões diferentes: a cosmovisão do Estado-Mercado, que é pautada na analogia, controle e identidade, e as cosmovisões indígenas, que são plurais. O brasileiro, filho do Estado-Nação Brasil, “já nasce” destituído de sua relação plural com a Terra e conectado ao “mundo moderno” pela relação individual com o consumo e a propriedade. Nossos povos indígenas originários são filhos da Terra, singularidades coletivas que brotam mundos.

A dominação do mundo do “outro” e a subordinação ao seu como única verdade, a vontade dominante de supremacia racial, territorial e epistemológica visando ao lucro e ao desejo de consumo, são o combustível de destruição do planeta que alimenta o motor da dominação do “mundo moderno” sobre os outros mundos. É uma simbiose entre consumo e poder, um não vive mais sem o outro. Esse é o movimento conceitual articulado para fazer continuar, a todo vapor, a reprodução do “mundo moderno”. Essa é a diferença conceitual, dimensional e relacional dos mundos que estão em guerra. A partir dessa apresentação do problema, podemos entender que toda guerra junto com a Terra não é apenas uma luta por território, mas uma luta cosmológica conceitual pela vida e contra o “mundo moderno”. Portanto, pensar a retomada conceitual como pluralidade de força encantada indígena originária é pensar em todas as perspectivas de forma diferencial cosmológica.

Os povos originários se unem não numa única frequência de pensar e agir, não é uma massa-partícula-unidade, mas em ritmos de ondas escalares de diferenciais entre cada povo. É isso que impulsiona a retomada, criando uma força repulsiva ao Estado-Mercado, mas gravitacional com a Terra, nos afastando do desejo de consumo artificial do Estado-Mercado e nos aproximando e conectando com a força encantada da Terra. A singularidade coletiva de cada povo transpassa e se emaranha num campo com a Terra, e se amplia em campos de experiências coletivas gravitacionais que exercem efeito uns nos outros, formando uma rede. Por isso, as cosmologias indígenas são plurais em suas singularidades, porém, sentindo o campo de ritmo gravitacional planetário da Terra que transpassa a todos. A Terra para nós, indígenas, não é só território, é campo de encantamento,

a Terra é palco das manifestações singulares das experiências coletivas dos mundos de cada povo.

## HORIZONTE DE EVENTOS

“Era uma dança  
Quase uma miragem  
Cada gesto, uma imagem  
Dos que se encantaram.” (SIBA, 2002).

O conceito *horizonte de eventos* é sentido e percebido a partir das perspectivas horizontais de pluralidade da relação dos povos indígenas originários com a Terra, em suas diferentes experiências coletivas singulares que compõem cada povo. O horizonte de eventos é um conceito que propõe pensar e perceber as relações de experiências coletivas dos povos indígenas originários que criam outras perspectivas de relacionar-se. Esse conceito funciona como plano de ação e campo de experiência singular, no qual cada povo vai criar sua singularidade de relação com a Terra, criando um ritmo próprio. Funciona como um campo de possibilidades e informações não determinadas, emaranhadas pela força encantada, possibilitando cada povo, em sua experiência singular coletiva, criar seu próprio espaço-tempo, suas próprias narrativas de formação de mundo, sua própria cosmologia.

Para entendermos melhor o conceito de horizonte de eventos e como esta perspectiva se faz presente hoje nos processos de retomada, contrapondo-se ao modo único de formação de mundo influenciado pela geometria euclidiana que compõe a estrutura de controle e medição do Estado-Mercado, precisamos entender como essas duas perspectivas de campos são sentidas e como elas encarnam nos modos de vida.

O primeiro movimento de geometria euclidiana, conceitualmente falando, que ajudou a cristalizar a formação da sociabilidade e da identidade do Estado-Mercado aqui no Brasil, ocorreu quando os invasores do “mundo moderno” nomearam os diferentes povos daqui com o termo genérico “índio”. Essa forma conceitual de medição e controle do que



eram aqueles povos ajudou a classificar e enquadrar dentro do conceito de “índio” tudo o que era oposto ao conceito de civilizado e, posteriormente, de “cidadão”. Nessa dualidade está o embrião da guerra cosmológica dos mundos que se arrasta até hoje.

O conceito de “índio” funciona como o conceito de “negro” para o Estado-Mercado, são similares. Ou seja, “índio” é um conceito genérico que traz junto todo preconceito, racismo e desejo de extermínio do “mundo moderno” em relação aos mundos indígenas. Para o “mundo moderno”, os conceitos de “negro” e de “índio” referem-se àqueles que são inimigos da “luz do iluminismo”, um dos ideais de fundação do Estado-Mercado, ou seja, “negro” e “índio” são conceitos inimigos do “mundo moderno”. Ao fazer esse movimento, o Estado-Mercado cria a narrativa de sua formação como “mundo moderno” a partir da dualidade de “bem contra mal”, “luz contra trevas”, na qual o “mundo moderno”, o progresso, as tecnologias, o mundo civilizado e as leis são o futuro, e os mundos indígenas são o atraso, o primitivo, o mundo selvagem, a vida sem leis.

A narrativa de formação do Estado-Mercado é construída pela matriz de pensamento dualista com forte influência da geometria euclidiana. Isto é, a matriz de campo na qual a narrativa do Estado-Mercado que sustenta sua estrutura é vertical, uma estrutura hierárquica-dualista em que o “mundo moderno” se ancora para reger todas as suas outras relações de vida. Assim, o campo em que o Estado-Mercado se funda é um campo cartesiano com coordenadas bem definidas que controlam não só o seu mundo, mas que buscaram universalizar esse movimento com a colonização, engolindo e destruindo outros mundos.

Portanto, o “mundo moderno” cria o conceito de “índio” para criar o campo de ação estrutural de coordenadas nas quais ele possa se posicionar como a “verdade”. Dessa maneira, no pensamento de campo dualista do Estado-Mercado, a diferença é algo anômalo, aquilo que não é identificado, aquilo que é perigoso. Por isso, nas relações sociais comuns de cotidiano entre os indivíduos no Estado-Mercado, tudo que é diferente causa medo. O Estado-Mercado cria, num movimento duplo a partir do seu campo dualista conceitual, a diferença, criminalizando sua existência, e a identidade, aquilo que pode ser reconhecido, aquilo que é identificável, portanto, “seguro”, “legítimo”, “oficial”.



Os horizontes de eventos, conceito pelo qual o campo da Terra age e emaranha-se ao campo dos mundos indígenas em formação de suas singularidades, são completamente diferentes em suas matrizes de sentimento e percepção. Enquanto o “mundo moderno” se baseia pela matemática e geometria de uma medição e controle, os campos e horizontes de eventos dos mundos indígenas baseiam-se pela experiência coletiva e pelas afinidades de percepção entre os campos circulares de força da Terra. Os horizontes de eventos dos mundos indígenas sentem e percebem as forças de encantamento da Terra e confluem com elas. A partir disso, as perspectivas e formações de mundos indígenas ganham narrativas, expressões, conceitos, pluralidades e diferença. Os horizontes de eventos são forças, campos e informações que podem compor os mundos indígenas originários. A diferença dos mundos indígenas não é gerada e nem medida pela dualidade, não pensamos por opostos e semelhantes. A diferença é relacional.

Os diferentes povos sentem e percebem as afinidades de frequência e força da Terra de forma singular, com base no território onde eles estão. Assim, cada povo vai criando seu mundo e seu ritmo a partir da sua relação singular coletiva com a Terra e os encantados que ali confluem com ele. Os povos indígenas originários sentem o fluxo e vivem com ele. Nós não queremos dominar a Terra nem ser donos dela, queremos viver em equilíbrio sentindo as forças visíveis e invisíveis que nos atravessam.

A Terra caminha em energia escalar<sup>39</sup>, em ondas de vortéx a partir de sua órbita em torno de si mesma e em torno do sol, confluindo com o movimento da galáxia e com o cosmos. Isso vai gerando vida plural no planeta, nos diferentes campos de frequência visível e invisível. Nossos povos sentem esse fluxo e, a partir das afinidades, vão se emaranhando a ele, criando seus mundos, ritmos, ancestralidades e conexões com os mundos físicos e encantados daquele território. Assim, toda vez que os ciclos se compõem geram forças e encantos diferentes, nunca são idênticos, não dá para ser medido mais de uma vez, não se replicam, apenas mudam, mas a cada mudança ensinam um fluxo e um sentimento diferente de vida.

Nossos povos são plurais e os horizontes de eventos de diferença são os pontos de força da formação dos nossos mundos, portanto, não

---

<sup>39</sup> São campos de energia potencial que aqui chamo de energia potencial da Terra ou campos escalares da Terra.

podemos classificar os povos indígenas originários de forma genérica como o Estado-Mercado e sua ciência “moderna” pretendem, pois, antes de sermos “índios”, somos singularidades coletivas que compõem cada povo. Pensar como esses conceitos funcionam no contexto de guerra dos mundos entre mundos indígenas e “mundo moderno” é crucial para que nossos povos continuem a retomar e a pensar seus próprios conceitos baseados em suas percepções e sensações de relação com a Terra.

## “ÍNDIO” - INDIGENTE *VERSUS* INDÍGENA

O conceito de “índio” foi cunhado a partir do encontro entre a diferença dos mundos plurais indígenas e a semelhança e analogia da identidade dos mundos ocidentais. Os povos do ocidente buscam referenciais para medir sua identidade e controlar as relações a partir da semelhança ou diferença, os povos indígenas originários buscam diferenciais para sentir e ampliar as relações a partir da singularidade e ritmo.

O termo indígena vem do latim e quer dizer: “natural de onde se vive, gerado dentro da terra que lhe é própria”. É a junção dos termos *Indi*, “movimento para dentro, de dentro”, e *gena*, “gerar”, “Terra”. Ou seja, **INDÍGENA** é o “**gerado de dentro da Terra**”. Porém, o Estado-Mercado atualiza o termo indígena e engloba aquele que nasce na Terra, a terra aqui com significado de território nacional. Assim, o brasileiro pode se reivindicar “indígena” do Brasil. Temos, então, duas significações para indígena: os que nascem e interagem com o Estado-Mercado, com seu território nacional, os indígenas do Brasil ou brasileiros; e os indígenas que não interagem com as “luzes” do Estado-Mercado, os que nasceram da Terra antes de ela ser medida e escravizada, os indígenas da Terra, os povos indígenas originários. Conceitualmente, existem duas perspectivas de indígena que são entendidas por matrizes diferentes de sentir, pensar e perceber a Terra.

Dentro dessas perspectivas conceituais de diferentes campos de pensamento cosmológico, existem movimentos de classificação criados pelo Estado-Mercado. O indígena do Brasil, ou brasileiro, é um duplo movimento de afirmação e negação. Ele se afirma nacionalista, brasileiro,



filho da nação, ao interagir com o desejo de consumo e sociabilidade do Estado-Mercado, negando os mundos indígenas. Ainda dentro da perspectiva conceitual do Estado-Mercado, existe o movimento classificatório que ele impõe aos mundos indígenas originários. O Estado-Mercado, classifica-nos de forma preconceituosa, criando no imaginário dos brasileiros uma noção genérica dos nossos povos, enquanto afirma sua forma de vida baseada na identidade. Nesse movimento, o “índio” ganha mais uma característica preconceituosa, a de indigente. **INDIGENTE**, vem do latim, *indĭgens*, “que tem falta de; necessitado”. Significa “aquele que vive em indigência, sem condições de suprir suas próprias necessidades; miserável, necessitado, pobre”. As características do indigente são, sobretudo, características da escória do “mundo moderno”. O “índio” e o indigente são sinônimos para o Estado-Mercado “moderno”, devem ser eliminados. Os “índios” não são ameaça; mas os indígenas, sim.

Os povos indígenas originários e suas retomadas são ameaça ao “mundo moderno”, pois estão há mais de cinco séculos resistindo. São empecilhos, pois os mundos indígenas vivem, sentem, percebem e pensam por outras matrizes de relação, tornando difícil a conversão total ao “mundo moderno”. O conceito de “índio” como indigente é criado para atender a esse movimento de conversão do tempo linear do “mundo moderno”, é uma inclusão que exclui. Incluir no “mundo moderno”, excluindo do seu próprio mundo, eliminando-o. **ÍNDIO-INDIGENTE** é a mácula gerada pelo Estado-Mercado “moderno”, portanto, os indígenas assim classificados, convertidos na figura do pobre, são descartáveis, são os alvos das forças de extermínio do Estado-Mercado.

Os questionamentos acerca das tecnologias conceituais do Estado-Mercado e de suas ciências “modernas” são importantes para entender como funcionam as matrizes de classificações e padrões dos ocidentais e, a partir dessa percepção, ampliar os movimentos de retomada, criando nossos próprios conceitos, avultando nossa ciência ancestral, apresentando nossa pluralidade diferencial de vida, buscando estender o brotamento dos mundos singulares dos povos indígenas, aumentando a resistência contra o “mundo moderno” e seus conceitos genéricos. Ampliando os conceitos a partir dos horizontes de eventos diferenciais indígenas, podemos pensar que “ser indígena” não é apenas um conceito genérico, mas um conceito plural.



Segundo alguns pesquisadores brancos, “ser índio” é “ser membro de povos e comunidades que têm consciência de sua relação histórica com os antigos que viviam nestas terras antes da chegada dos invasores”. Esse conceito de “ser índio” é um conceito impregnado do pensamento dualista e da influência da geometria euclidiana, ou seja, essa definição é apenas uma perspectiva cunhada pelo “mundo moderno” e é insuficiente para se aproximar das plurais maneiras de ser dos diferentes povos. Podemos pensar o que é “ser índio” a partir da perspectiva do diferencial circular de força encantada da Terra e criar conceitos de formação e informação do que pode ser o indígena, pois o indígena nunca é, ele pode ser, porque vibra em força diferencial de pluralidade e causa colapso na definição genérica do “mundo moderno”.

Cada povo tem um ritmo diferente de compor sua singularidade de povo. Assim, não podemos tornar genérico o que é “ser indígena”. Quando um povo acha seu ritmo, muda a cada ciclo de força escalar de encanto com o movimento do campo da Terra. Quando o Estado-Mercado tenta classificar os povos indígenas em conceitos genéricos, faz com que as frequências de ondas indígenas de viver entrem em colapso para que ele tente medi-las e identificá-las, mas esse conceito de identidade só existe no ideal metafísico dualista do “mundo moderno”. Nossos povos indígenas não obedecem a essas expectativas e características axiomáticas da ciência “moderna”.

Matar o indígena e seu mundo, “transformar” o TAKARIJÚ em “índio”, o “índio” em “manso, o “índio manso” em assistido-tutelado, o “índio tutelado” em sem-terra, o “índio sem-terra” em “não-índio”, “o não-índio” em pobre, o pobre em consumidor. Fazer esse pobre achar que não existe mais “índio” e que é “protegido” pelo Estado-Mercado e depende dele. Atacar e explorar esse pobre por ele ser aquilo no que o Estado-Mercado o “transformou”, por ser a diferença, o “lixo” do Estado-Mercado. O movimento linear e dualista do pensamento “moderno” vai seguindo o “progresso”, fazendo avançar o colonialismo, enquanto nossos povos indígenas em outros movimentos de antilinearidades vão brotando conceitos e diferenciações de experiências coletivas de espaços-tempo, fazendo brotar as retomadas, fazendo avançar a força encantada ancestral dos nossos antigos e da Terra em resistência contra o “mundo moderno”.



Os conceitos do “mundo moderno” não atingem os mundos indígenas apenas de forma física e material. O Estado-Mercado propõe o movimento linear de “evolução” do “índio” para o “cidadão”, para dar “autonomia” de “cidadão” aos indígenas, mas para isso, propõe que os indígenas deixem de ser quem são e sejam tutelados pelo Estado-Mercado e suas leis. O capitalismo é um monstro que não dorme, ele é nosso pesadelo acordado. Os mundos extrafísicos indígenas também são afetados pela mudança de campo que o “mundo moderno” impõe com a destruição da vida no planeta. Então, uma retomada conceitual é um reencantamento das formas de se relacionar com a Terra, apresentam esse reencantamento ao brotar, ao buscar se conectar com seus antigos e com as frequências dos mundos indígenas. A retomada conceitual indígena é importante para apresentar outros conceitos e outras perspectivas, outras ciências de relação com a Terra.

A destruição dos modos de vida dos povos indígenas é proporcional ao avanço conceitual do modo de produção do Estado-Mercado. À medida que os conceitos de destruição e consumo se tornam comuns, cotidianos, ninguém mais se indigna com a destruição do planeta e com a forma como as relações acontecem. O “mundo moderno” com seus conceitos de consumo não invade e devora só o chão visível, mas também o encanto da vida e a parte espiritual da Terra. O “mundo moderno” se torna “normal”.

Nossos povos sentem as afinidades de percepção com a Terra, estamos conectados a ela e sentimos sua destruição. Por isso resistimos, porque sabemos que sem Terra não existe vida. Terra para nós não é apenas o chão que se vê, é o mistério de tudo que não entendemos, mas sentimos. A Terra é nossa cúmplice, mãe e parente. Neste ponto, entramos num conceito crucial para entendermos as retomadas e as relações dos povos nesse emaranhado de campos, o conceito de parente, que tem uma perspectiva muito mais ampla do que a perspectiva que estrutura a psiquê da psicologia “moderna” alcança.

“Quase uma queda  
Quase uma descida  
Uma seta remetida  
As mãos se apertaram” (SIBA, 2002).

## PARENTE, POVO E LUGAR DE ESCOLHA

O conceito de parente para nossos povos sofreu diferentes atualizações em meio à guerra dos mundos iniciada com a invasão do “mundo moderno”. Na forma como é sentido, pensado e percebido a partir dos horizontes de eventos dos povos indígenas originários, esse conceito amplia-se a uma conexão não apenas filial, parental, consanguínea, mas uma aliança de campo de luta e resistência. Usado hoje na guerra, representa um fortalecimento das conexões e redes de resistência dos povos em retomada, principalmente no Nordeste.

O conceito de parente está conectado ao conceito de povo, funcionam diferencialmente em suas perspectivas, porém, estão relacionados pela diferença que os compõem em suas pluralidades. O conceito de povo indígena cunhado pela “ciência moderna” afirma que compor um povo é fazer parte de uma comunidade ligada a um lugar específico. O conceito de povo que apresento, a partir das perspectivas de horizontes de eventos do meu povo, não está necessariamente atrelado a um “lugar específico”, pois todos os lugares da Terra são específicos para nossos povos. Todo lugar onde um indígena pisa é terra indígena, o planeta Terra é terra indígena. A invenção das fronteiras às “luzes” do “mundo moderno” não se aplica a nós. Portanto, **povo** está num campo de sentimento mais amplo do que apenas físico ou local.

Compor um povo tem a ver com sentir as afinidades de percepção com a Terra e com as experiências coletivas que estão emaranhadas nessa relação. Compor um povo é sentir o seu “lugar de escolha” a partir das percepções da memória ancestral, dos sonhos e das linguagens de encantaria, que agem no campo de cada ritmo de coletividade singular. Um povo é um ritmo, não com um “lugar específico”, apesar de o lugar específico compor nosso lugar de escolha. O meu “lugar de escolha” faz com que eu continue sendo TAKARIJÚ, mesmo que meu povo tenha sido expulso de seu lugar específico.

O lugar de escolha do povo TAKARIJÚ vive em mim e eu vivo nele, vive nas memórias ancestrais de minha bisavó, que vivem em mim; vive nas memórias ancestrais da Serra da Ibiapaba, que vive em mim; vive nas matas antigas e nos rios dos cânions do Piauí, que vivem em mim; vive em



cada um dos antigos que vieram antes de mim e agora estão aqui comigo. O lugar de escolha de um povo é um conceito que não se explica, não se define, mas se sente, se ouve, se sonha, se encanta. Integrar um povo é sonhar com os antigos e com a Terra, sentir o sonho em nós, em todos os momentos aqui e agora. Por isso, indígena é sempre sentido no plural, sempre como um povo. O “nós” é nossa “primeira pessoa” e o “eu” não existe como instância de fortalecimento do ego na consciência, pois a consciência é sempre coletiva.

O conceito de povo se amplia para além do “lugar específico”, pois nossos povos não entendem Terra e território apenas como algo material. Os diferentes povos que vivem no planeta também compõem o conceito de povo para nós, indígenas. Dessa forma, existe o povo das onças, o povo dos rios, o povo das montanhas, o povo dos encantados, o povo dos espíritos, o povo das estrelas e muito mais pluralidades. Assim, o conceito de povo sentido, pensado e percebido a partir da pluralidade das perspectivas indígenas é ampliado para além do que diz o conceito de povo criado pela “ciência moderna”.

A partir desse emaranhado de conexões entre os campos e ritmos dos diferentes horizontes de eventos dos povos, podemos sentir, perceber e pensar o conceito de parente, que se ampliou e atualizou em um conceito de retomada na guerra cosmológica. O conceito de parente é um conceito de conexão e guerra ao mesmo tempo, pois ele conecta diferentes povos na luta contra o “mundo moderno”.

Por suas afinidades e suas singularidades de percepções e relações com a Terra, os diferentes povos nunca estão isolados, sempre estão emaranhados com o campo de sonhos de ação da Terra e com as singularidades de constelações de povos. Por isso todos sentem o que acontece uns com os outros e com a Terra. Por isso é que os povos se entendem como parentes, por essa afinidade de percepções que se estende também aos parentes que “morreram”, mas estão vivos e continuam sendo sentidos como parentes, continuam em conexão com o povo e com a Terra. Essa perspectiva de sensação e percepção extrapola o campo psíquico estrutural familiar do conceito de parente cunhado pela “ciência moderna”.

Assim, nossos povos são todos parentes, todos estão conectados uns com os outros numa rede, num emaranhado invisível que nos conecta



com os antigos e os encantos da Terra. Esse conceito foi atualizado num conceito de guerra e resistência a partir da invasão do “mundo moderno” sobre nossos mundos indígenas. Com esse novo contexto de guerra de extermínio imposto aos nossos povos, principalmente aqui no Nordeste, nós tivemos que movimentar essa energia e força encantada ancestral para continuarmos a resistir e a brotar. Isto posto, o conceito de parente também é um conceito de retomada de conexão no sentido de ascendência, fazendo aparecer e brotar povos. O conceito de parente, por conectar todos os povos em um emaranhado, não admite a definição genética e genealógica de povo. Parente é um conceito relacional que interage com a Terra e não com o campo da ciência “moderna”.

O conceito de ascendência no contexto de retomada e de guerra dos mundos é também deslocado, passando a funcionar de outra maneira. O conceito de ascendência é contrário ao conceito de descendência, imposto pelo conceito de evolução. Ascender funciona em duplas setas ao mesmo tempo, rasgando os conceitos de evolução da ciência “moderna”. Quando nossos povos ascendem em retomada, causamos um colapso na idealização metafísica de linearidade da descendência e da evolução do progresso do Estado-Mercado.

Neste movimento, nos aproximamos dos nossos antigos, da nossa memória ancestral, dos sonhos com a Terra, das linguagens energéticas da força ancestral encantada, que para o “mundo moderno” e sua ciência, estão no passado; e assim rompemos com a noção de historicidade-temporalidade artificial do Estado-Mercado. Ascender em retomada é também acender o fogo criador da força circular escalar e conectar todos os espaços-tempo de relações com a Terra, é acessar as experiências coletivas dos nossos povos, sentindo nosso lugar de escolha.

## TRONCOS VELHOS E PONTAS DE RAMA

Os conceitos de parente, povo, lugar de escolha e ascendência, todos estão nesse emaranhado de sentimento e percepção dos povos indígenas originários em retomada aqui do Nordeste. São conceitos que se conectam

aos conceitos de ponta de rama e tronco velho, que ampliam o brotamento e a ascendência da retomada.

E o lampejo  
Da luz estupenda  
Que atravessou a fenda  
Que tantos enxergaram. (SIBA, 2002).

Os conceitos de retomada dizem respeito às retomadas conceituais que funcionam em concomitância, ao passo que são criados a partir da perspectiva de experiência coletiva dos povos indígenas, se contrapõem ao modelo de controle dualista do pensamento do “mundo moderno”. Portanto, os conceitos de retomada são conceitos de guerra e resistência, são conceitos que mudam à medida que seu uso na guerra pede essa mudança.

A retomada no Nordeste é uma retomada cosmológica, não só dos mundos físicos e extrafísicos, mas também dos mundos conceituais dos nossos povos indígenas originários. É uma retomada do encantamento dos mundos e dos conceitos que os compõem e nos fazem sentir nosso lugar de escolha. Nossos povos do Nordeste, por força da guerra de extermínio imposta pelo Estado-Mercado, estrategicamente tiveram que “sumir”, diminuir a frequência de sua energia e seu movimento, se camuflando entre os brasileiros para continuarem a viver passando para as próximas gerações seus encantos, esperando a hora certa de ascender e aparecer.

A ascensão da retomada dos nossos povos no Nordeste não é um movimento linear que obedece a um tempo cronológico, pois não é uma evolução, é um movimento energético ascensional, um movimento que aparece, que não se move no espaço-tempo, ele se move nos emaranhados dos horizontes de eventos que criam os espaços-tempo, por isso nossos povos em retomada são povos originários, mas não são povos “puros”, nós nos movemos entre espaços-tempo, não estamos subordinados a eles.

A ascensão dos movimentos de retomada acontece por “saltos quânticos”, saltos nos espaços-tempo, não obedecem à medição e à geometria euclidiana do Estado-Mercado, vivem e acontecem em seus horizontes de eventos, retomando as experiências coletivas diferenciais dos espaços-tempo de cada povo. Os povos foram forçados a diminuir sua energia e força por causa do extermínio do Estado-Mercado, para não serem destruídos,



mas estavam ali, continuavam vivendo, habitando o lugar de escolha de cada povo e agora a ascensão está acontecendo. Os povos indígenas do Nordeste que um dia foram dados como “extintos” pela ciência “moderna”, “aparecem”, vivos, cheios de encanto, força e energia, retomando os conceitos encantados de formação dos seus mundos, lutando com a Terra contra o “mundo moderno”.

A descontinuidade e a dinâmica na relação com os espaços-tempo da perspectiva diferencial dos povos indígenas do Nordeste causam colapsos nos conceitos do “mundo moderno”, que funcionam apenas pela continuidade, dualidade, cronologia e linearidade das relações artificiais criadas pela historicidade-temporalidade do Estado-Mercado. As retomadas indígenas dos povos originários do Nordeste demonstram politicamente a diferença relacional dos mundos em sentirem e perceberem as experiências coletivas de espaços-tempo, demonstrando também, que os espaços-tempo não existem como plano universal, mas, sim, como plano e campo cosmológico de ações e perspectivas, pluralidades, percepções e afinidades.

O movimento de retomada dos povos indígenas do Nordeste é um movimento para além do conceito de espaço-tempo, nossos povos entendem que as conexões acontecem pelas afinidades e pelos campos e não estão subordinadas ao espaço-tempo. Assim, espaço-tempo é uma perspectiva e cada povo cria o seu a partir de suas experiências coletivas com o campo do território onde estão. As perspectivas diferenciais escalares de sentir as relações com os campos e a força da Terra nos permitem cunhar conceitos a partir das experiências coletivas de cada povo, dessa forma, sentimos e percebemos como estamos conectados. Essa conexão não está limitada pelo espaço físico e pelo tempo cronológico, nossos povos sabem que as experiências espaço-temporais são apenas algumas das experiências que podem ser vivenciadas com a Terra, mas que não são as únicas.

A partir dessas perspectivas de sentir e perceber as relações dos campos com a Terra e com os outros povos, nossos povos originários do Nordeste se utilizaram dessa ciência ancestral e criaram os conceitos de tronco velho e ponta de rama. Esses conceitos são fundamentais para se entender a retomada dos povos indígenas originários. No Nordeste, o movimento de ascensão das retomadas indígenas de nossas ancestralidades tem no conceito dos troncos velhos a ativação e a conexão de entrada para



ascensão e aparecimento. Os troncos velhos são os pontos vivos emaranhados dos nossos povos que estão conectados mais fortemente com os antigos e com a frequência ancestral. São os troncos velhos que nos ensinam essa conexão através do sentimento da oralidade, pelas relações que compõem suas vidas. Os troncos velhos nos ensinam fazendo, mandam obedecendo.

O conceito de tronco velho é um conceito vivo, não é um conceito cunhado e vivido apenas na razão metafísica, é um conceito possível. Os troncos velhos são acessos vivos, eles nos levam até os portais, abrem os portões dos mundos indígenas. Em suas relações cotidianas com o visível e o invisível, os troncos velhos nos ensinam frequências novas de se relacionar com a Terra, traçam campos e horizontes de eventos, ampliando e cultivando o campo para a ascensão da retomada.

São acessos às memórias ancestrais, à espiritualidade e ao sentimento de lugar de escolha de cada povo, trazendo a experiência singular de cada um deles. As memórias ancestrais que falam pelos troncos velhos não trazem “lembranças de um passado”, trazem acontecimentos que ainda estão acontecendo e que possuem sabedorias e perspectivas ainda não percebidas. Os troncos velhos deslocam a experiência coletiva de singularidade dos povos e dos antigos para o aqui-agora, a relação de experiência da força encantada do sentimento, que não é medida, controlada e nem explicada.

As narrativas dos troncos velhos ganham outras perspectivas de sentimento, pensamento e percepção no desdobramento da sociabilidade do cotidiano de cada povo. Quando eles falam, não falam apenas palavras, signos e significantes, eles falam energia, força de ascensão indígena. Essa linguagem de força energética é a ascensão das retomadas em todos os sentidos. Os troncos velhos compartilham o sentimento coletivo que a razão não alcança, pois é uma experiência que não pode ser descrita, explicada, apenas vivida. Eles não nos ensinam só no plano físico, nossos troncos velhos no campo físico nos ensinam a sentir a presença e o amor dos antigos, a partir dessa conexão os troncos velhos que vivem nos planos extrafísicos também vêm nos ensinar e ajudar na ascensão das retomadas. A retomada nunca é individual, é sempre coletiva, nunca é apenas material, sempre é plural.

Os troncos velhos do campo físico são fontes vivas de água, nascentes de sabedoria e conexão com os outros mundos, a ciência dos nossos



povos é uma ciência de conexão, coletiva, que não cria fronteiras. Nossos troncos velhos nos ensinam a vencer a morte, a morte como pensa o “mundo moderno” não é sentida para nossos povos, não existe fronteira que nos separe, nem a morte. Estamos todos conectados no emaranhado campo de vida da Terra. O passado, o presente e o futuro, não seguem em linearidade para nossos povos e nossos troncos velhos nos ensinam isso a partir da confluência com a Terra.

Os movimentos circulares diferenciais dos campos de vida da Terra apresentam outras perspectivas de “passado”, presente e “futuro”, apenas como perspectivas de relação e não como referencial único e fixo. Desta forma, os acontecimentos não se engendram pela linha do tempo, os acontecimentos se emaranham e ganham força de experiência coletiva nos sentimentos e forças que são sentidos em afinidades. Os troncos velhos, nossos campos de força encantada com a Terra, nos ensinam a viver e a sentir continuando o ritmo de cada povo.

Os troncos velhos trazem, em suas palavras, rostos, gestos e jeitos, o acesso aos portões dos mundos, o encontro de experiências coletivas entre os de antes e os de hoje, e esse encontro de forças caminha no presente retomando os mundos e conceitos indígenas de cada povo do Nordeste. Não é um resgate, é uma retomada. Estamos criando, a partir do movimento circular diferencial do encontro com os ancestrais, o novo, a vida, outros mundos possíveis onde poderemos continuar a sentir a Terra e a viver em cumplicidade com ela e com todos que aqui habitam. Essa é a importância dos troncos velhos, eles são composição de força ancestral de ascensão das retomadas, conceitos indígenas originários vivos.

A percepção desse conceito de retomada se faz por associação com o campo de agir e viver dos mundos vegetais. A relação conceitual com a mata, a Terra e o verde, conecta os povos à vida. Como todos os povos estão emaranhados, uns sentem os campos dos outros, aprendem e ensinam, trocam e compartilham. É nessa partilha e conexão com os troncos velhos que surgem as pontas de rama. Os troncos velhos têm vivência e sabedoria, são antigos e têm seus mistérios, deles nascem outros ramos, outras pontas que irão se emaranhar a outras, ganhando força e ascendendo. Eles são ogivas de vida, pois com a ajuda e a partir deles já nasceram e vão nascer outros troncos. A força vegetal da criação, vida e resistência é a sabedoria



que os povos vegetais nos ensinam e, assim, ouvindo e aprendendo no silêncio das sombras verdes, começamos a retomar.

Os troncos velhos cultivam e ramificam. A ramificação não segue uma origem, segue a força de emaranhamento e encanto da Terra, conectando todos os povos. Ramificação é ampliação do campo da Terra que vai fazendo brotar mais e mais povos em ascensão de retomada. As pontas de rama vão se ampliando como ondas e ganhando mais força em suas frequências, ampliando também seu alcance e gerando um campo gigantesco de força de retomada, fazendo “aparecer” outros povos indígenas originários.

O campo das ramificações não se distancia dos troncos velhos, pois estão conectados pelo sentimento e não pelo espaço-tempo. As ramificações ganham vida, criam seus campos de campos e se conectam com seus troncos velhos que criam conexões com os campos de campos da Terra. Esse movimento faz com que não se identifique uma “origem”, mas pluralidades horizontais originárias. Logo, a partir da perspectiva circular diferencial de força, quanto mais o campo de campos ganha alcance, mais a força encantada indígena de ascensão das retomadas aumenta.

O conceito de ponta de rama é um conceito conectivo, que apresenta a diferença entre o tronco velho e os mais novos, mas também afirma a conexão para além da distância. Entre os troncos velhos e os novos ramos existe uma diferença, mas também uma conexão de muito amor, e é a partir dessa conexão que se transmite o sentimento do lugar de escolha de cada povo. A ponta de rama é a frequência de conexão entre o antigo e o novo, entre o lugar de escolha e a ancestralidade. Se os troncos velhos são as entradas dos portões dos mundos de cada povo, as pontas de rama são as chamas que ascendem as retomadas.

Os conceitos de pontas de rama e troncos velhos são conceitos de retomada que causam colapso no conceito de mestiçagem criado pelo Estado-Mercado. Por serem conceitos encarnados no cotidiano, no sentir e no perceber, e por agirem e funcionarem em outras relações de espaços-tempo, não estão subordinados à historicidade-temporalidade da “história oficial”.

A perspectiva de relação que os conceitos de troncos velhos e pontas de rama trazem são bem diferentes da perspectiva de pensamento dualista do “mundo moderno”. A conexão entre troncos velhos e pontas de



rama amplia-se nos campos de conexão com outros povos em ascensão de retomada e ganha a força ancestral de parente. Pensado a partir das perspectivas indígenas dos povos em retomada do Nordeste, o conceito de parente amplia os campos para todos os povos, conectando uns aos outros. Todos aqueles povos que estão conectados ao campo da Terra de luta contra a escravização da Terra pelo “mundo moderno”, são nossos parentes.

Parente é um conceito que pode funcionar em plurais direções: é tanto o ente consanguíneo, como o aliado de guerra, como os povos do mesmo clã, família e tronco linguístico, parentes são povos de outros planos extrafísicos, parentes são aqueles que estão buscando sua retomada e ascensão. Assim, parente é um conceito de retomada que possibilita a abertura e ampliação dos campos de aparecimento e brotamento de mais e mais povos indígenas originários no Nordeste. A partir desses conceitos de guerra e vida, os povos indígenas originários no Nordeste estão em intensa ascensão de retomada.

“*A gente é tudo parente*”. Essa afirmação é a força que amplia e conecta todos os nossos povos na luta contra o extermínio dos nossos mundos e do planeta pelo “mundo moderno”. Afirmar que todos os povos são parentes, é afirmar nossa conexão com a Terra, uns com os outros e, ao mesmo tempo, afirmar a pluralidade de cada povo. A afirmação de sermos todos parentes ultrapassa o plano físico, abrindo portais de sentimento e conexão com os mundos extrafísicos que estão conosco em nossas retomadas. Essa afirmação também é uma chave de acesso e acolhimento espiritual. Aqueles que tombaram na luta antes de nós, continuam conosco em comunhão na retomada.

A energia e força ancestral de encantamento com que a Terra nos alimenta criam círculos de terra fértil, assim somos cultivados. A descontinuidade da produção, a não acumulação, a vida sendo sentida em movimentos circulares, o cotidiano sendo sentido e percebido como possibilidade, tudo isso é campo diferencial de pluralidade dos povos indígenas da Terra. A força encantada da Terra é a conexão entre os plurais povos, é isso que nos faz sentir que somos todos parentes.

## O OITAVO PASSAGEIRO<sup>40</sup>

Na perspectiva de ação em meio à guerra de extermínio cosmológico implantada pelo “mundo moderno” desde 1500, percebemos que, para o Estado-Mercado, tudo que vem dos povos indígenas é considerado como falso e inferior. A criação de leis legitimando as invasões das terras fez parte do instrumento de diferenciação criado para dizer quem é ou não indígena. A narrativa de criação do “cidadão brasileiro”, “fruto” da miscigenação dos povos indígenas que foram “misturados” ao branco e ao negro, foi crucial para a criação do conceito metafísico de Estado-Mercado Brasil e para sua implantação no imaginário do “cidadão comum”. Esse movimento cria zonas fantasmas de indiscernibilidade constante, para deslegitimar nossos povos.

O Estado-Mercado cria uma *zona alien*<sup>41</sup>, em que ele classifica tudo que é contrário ao seu modo de produção. Essa zona é campo de concentração e extermínio conceitual dos mundos que não interagem com o “mundo moderno”, e nossos povos indígenas são os primeiros a serem colocados lá, pois sem os povos indígenas, o Estado-Mercado pode explorar de forma total a Terra. O que não é código-fonte brasileiro, é o “anti-brasil”, o inimigo que deve ser eliminado.

Entre o “passado” e o “futuro” na historicidade-temporalidade cronológica artificial do Estado-Mercado, separada de cada acontecimento, é criada conceitualmente uma “zona de fora”, o que chamo de *zona alien*. Uma zona conceitual que atua e encarna no cotidiano, funcionando como uma extensão da estrutura psíquica inconsciente artificial criada pelo Estado-Mercado, cristalizando a historicidade-temporalidade artificial cronológica do “mundo moderno” como a única experiência de relação com o espaço-tempo.

Na zona artificial criada pelo Estado-Mercado, os acontecimentos não estão no passado ou no futuro, são apenas momentos, instantes esvaziados

---

<sup>40</sup> Referência ao filme “ALIEN – O OITAVO PASSAGEIRO” de Ridley Scott ;

<sup>41</sup> Conceito que se refere a um “lócus” fora do “mundo moderno” e do desejo de consumo, segundo o qual, quem é lançado, conceitualmente, torna-se um *alien*, um anormal, e seu extermínio e conversão são fases do progresso. É a zona negativa na qual se cria a dualidade negativa do conceito “oficial” de cidadão do Estado-Mercado.



de qualquer importância conceitual, ancestral e filosófica. É nessa zona de acontecimentos que o Estado-Mercado mata conceitualmente os outros mundos. Dessa forma, os acontecimentos “históricos” no Estado-Mercado são vistos e sentidos apenas como lembranças, passado, uma “data histórica” que aconteceu num “tempo histórico”, são acontecimentos enclausurados em forma de arquivos esvaziados de toda sua força viva de indignação e resistência no aqui-agora. O cidadão do Estado-Mercado é um ser esvaziado de memória e entupido de datas vazias.

A historicidade-temporalidade do Estado-Mercado é um instrumento tecnológico de destruição da resistência e enclausuramento da força dos acontecimentos, tratando os acontecimentos como algo distante, abandonado no passado, sem força nenhuma no aqui-agora, dando a falsa impressão de que o “tempo passa” aumentando essa distância e que, inevitavelmente, temos que seguir os “trilhos do progresso”. Dessa maneira, o Estado-Mercado limita a existência e resistência dos nossos povos indígenas do Nordeste a uma data arquivada na historicidade-temporalidade do “mundo moderno”.

Na *zona alien*, portanto, não é inserido apenas o conceito de indígena como um conceito de transição para o “progresso” do “mundo moderno”, é nessa zona que é construída a ideia de que os povos originários “pararam” no espaço-tempo e de que nós somos obsoletos em relação ao Estado-Mercado do “mundo moderno”. Nessa zona, também é formada a ideia de que a oralidade, potência de acesso às experiências coletivas indígenas criadoras de outros espaços-tempo, tem menor importância. Assim, a *zona alien* discrimina tudo que é “de fora” do Estado-Mercado e do desejo de consumo do “mundo moderno”, todas as outras narrativas dos mundos indígenas são consideradas pseudociências, mitos, lendas e folclore.

Os mecanismos de defesa conceitual e física do Estado-Mercado agem contra os modos de vida dos povos indígenas. No Nordeste, com a ascensão das retomadas, não querendo admitir o genocídio, o roubo e a sua falsa naturalidade, o Estado-Mercado investe pesadamente contra nossos povos para tentar nos desarticular, deslegitimar e conceitualmente demonstrar que estamos errados, nos acusando de “falsos índios”. Ou seja, para o Estado-Mercado, as retomadas indígenas dos povos originários no Nordeste são “invenções”, no sentido de falso, os indígenas que se dizem

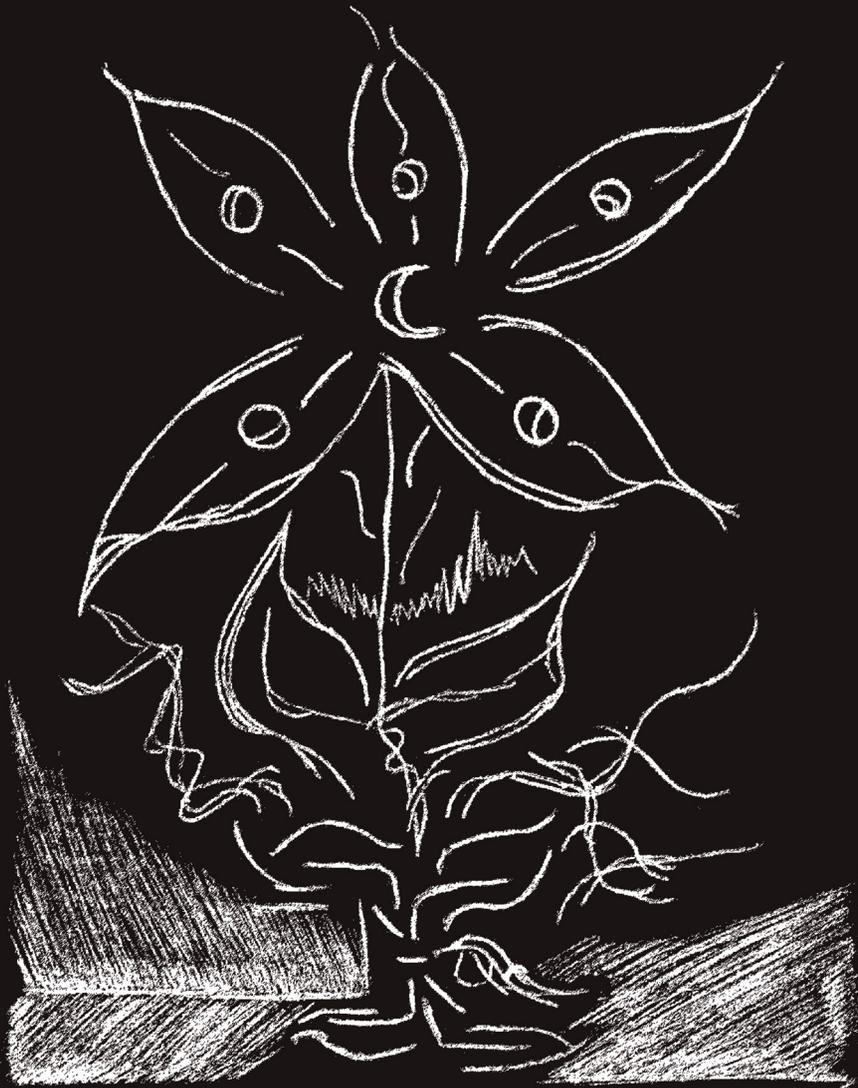


indígenas, não são “puros”, já são “misturados”, e com esse argumento de “pureza”, o conceito de mestiçagem institui que “somos todos brasileiros”, o Estado-Mercado tenta desarticular o pensamento anticolonial dos povos em retomada.

O Estado-Mercado “reconhece” os povos indígenas que estão sob a sua tutela, os povos que estão fichados na FUNAI, mas aqueles que não estão, aqueles povos que buscam uma forma de retomada e organização diferente da que o Estado-Mercado aceita, os “misturados”, não são mais “considerados” indígenas, portanto, estão sob a tutela das leis comuns a todo “brasileiro”, sujeitos à punição.

Assim, justificando sua violência literal, o Estado-Mercado nunca perde sua soberania conceitual. Os povos indígenas que estão “fichados” na FUNAI são desrespeitados e atacados pelo Estado-Mercado que quer suas terras. Os povos indígenas que estão buscando uma retomada diferente de qualquer ligação com a FUNAI, também são atacados pelo Estado-Mercado, acusados de “falsos índios”. O Estado-Mercado e o “mundo moderno” nunca vão admitir nossos povos indígenas como cosmo nações diferentes, pois admitir isto seria admitir sua não soberania dentro de “seu próprio território”. Não existe conciliação e diálogo amigável com o Estado-Mercado, se não buscarmos enfrentá-lo a partir de nossas perspectivas de pensamentos e mundos, estaremos sempre sujeitos a ele.

Por isso, o “mundo moderno” nos vê como inimigos, os insurgentes, os *aliens* do Mercado-nação, “os de fora” do “mundo moderno”. Somos *Aliens* do Brasil, se vistos pelo ângulo do “mundo moderno”. Porém, somos filhos da Terra (*Indi, “de dentro”*), logo, indígenas da Terra, de dentro da Terra, enquanto conceito de emaranhamento de campo. Somos como “O oitavo passageiro”. O alien-indi que rasga o Estado-Mercado por dentro, estando fora.



# CAPÍTULO 12

$\Lambda \notin \mathbb{C} \mathbb{N} \mathbb{N} \Delta \mathbb{I} \infty \lim_{n \rightarrow \infty} \Delta$

## SOLSTÍCIO...

As inquietações que moveram a composição dessa escrita vieram de questionamentos a partir das perspectivas cosmológicas indígenas de pensar e sentir a Terra: como uma nave planetária, navegando no cosmos, composta por diferentes cosmovisões; como singularidade plural que caminha, flutua, segue o fluxo da energia do cosmos; como planeta que se relaciona no físico e no extrafísico, com todos os mundos e povos que compõem essas relações e emaranhados de campos que se transpassam. A Terra e seus filhos, os povos indígenas, travam uma guerra cosmológica contra seu extermínio, guerra esta que vem sendo atualizada há 521 anos, numa permanente defesa da vida contra o “mundo moderno”, fato que evidencia as diferentes perspectivas cosmológicas envolvidas.

O Estado-Mercado, filiação e encarnação do “mundo moderno”, impõe “perguntas científicas” para classificar quem é ou não indígena, com o interesse de tomar terras. Assim, interrogações como: “quem é “índio” do Brasil?” e “quem é índio de verdade?”, começaram a ser ventiladas no cotidiano, nos documentos “oficiais”, nos conceitos científicos e na educação em geral, criando uma “imagem” do que é “ser índio”. Essa questão abordada a partir do pensamento dualista de medição e controle que orienta as epistemologias dos “mundos modernos” ocidentais tem carácter eliminatório, pois a resposta através dos argumentos e critérios são pautados pela identidade, que identifica características que se

assemelham, busca uma média e classificação que se resume a um “é ou não é”, ou, “ser ou não ser”.

Essa perspectiva dualista de pensamento e forma de se organizar, observar e viver, fixa em características estereotipadas e culturais aquelas que se assemelham, ou seja, a analogia é utilizada como elemento de “conexão”, criando uma pseudo diversidade, um falso movimento de pluralidade que gira em torno de uma essência que é o “molde padrão” de identificação. A diferença é diferente da diversidade. Ela é pluralidade, não se assemelha e nem busca analogias, é diferencial, não tem referência de comparação, é singularidade.

A busca por analogias e identidades dos povos indígenas é o “molde de controle” com que a ciência “moderna” quer classificar e julgar nossos povos. A partir desse movimento conceitual dualista de “ser ou não ser”, nasce o questionamento “quem é índio no Brasil?”, pois classificando os indígenas por características de identidade, discriminam quem é “mais indígena que o outro” e descartam todo o processo violento da invasão dos mundos pelo “mundo moderno”, mudando o foco da questão para uma pergunta sobre o que é “verdadeiro” ou “falso”.

Dessa forma, a criação conceitual do “mundo moderno” elimina o caráter violento da guerra dos mundos na forma da colonização, colocando-o como processo “natural do progresso”, elimina também a pluralidade conceitual dos povos indígenas que não se adequam aos critérios de “ser índio”. Portanto, os povos originários indígenas não são “índios”. “Índio” é um conceito genérico de analogia e bases dualistas identitárias criado pelo “mundo moderno”, implantado e usado pelo Estado-Mercado como tecnologia de extermínio da pluralidade dos povos indígenas originários.

Certamente esta questão não é apenas antropológica, cultural ou jurídica, mas notadamente, uma questão de “mundos”, como já foi colocado. O que também faz um mundo funcionar são os conceitos sobre o funcionamento dele. Os acontecimentos e os conceitos caminham emaranhados. Portanto, uma guerra cosmológica não é travada apenas no campo físico, mas no campo conceitual cotidiano de percepções de mundos. O próprio conceito de conceito não tem apenas o significado de significação, o conceito é articulado e emaranhado com o acontecimento cotidiano, físico e extrafísico, consciente e inconsciente.

O conceito de “índio”, criado pelo “mundo moderno”, apaga as pluralidades dos povos indígenas originários, pois assim, é possível classificar e dizer o que é e o que não é “ser índio”. O “ser indígena” é energia de incerteza em relação à classificação e controle da denominação “índio”. “Ser indígena” não é fração de analogia, é condição singular de campo e ritmo de conexão de cada povo com a Terra. Logo, os conceitos de “índio e indígena” diferenciam-se em frequências e campos de dimensão: um está ligado ao pensamento genérico do “mundo moderno”, pelos códigos-fonte criptografados pelo Estado-Mercado, e o outro às relações ancestrais com a sabedoria dos sonhos mágicos da Terra. Pertencer a um lugar de escolha é bem mais complexo que o conjunto de interações e características culturais elencadas por orientações e categorias ocidentais, utilizadas genericamente para classificar e diferenciar os povos indígenas originários. A quem interessa a identificação? A criação egoísta de uma imagem de si, só interage com as “luzes do progresso” trazidas pelo “mundo moderno”.

O Estado-Mercado e o “mundo moderno” buscam criar códigos-fonte de controle para concluir a escravização das terras e a eliminação dos povos indígenas. A ciência “moderna” e seus conceitos pautados nas matrizes dualistas de pensamento ocidental criam classificações e características para determinar quem é “índio”. Mas quem pode fazer isso? A ciência “moderna” criada pelo Estado-Mercado que quer nos eliminar?

Essas questões são importantíssimas de serem debatidas. Os argumentos e características de identidade construídas pela “ciência moderna” a partir do conceito universal de cultura para enquadrar nossos povos, geram um debate cosmológico conceitual, em que o Estado-Mercado aciona como mecanismo de defesa a dualidade “verdade e mentira”, como valoração “do certo e do errado” para deslegitimar o movimento de retomada. Assim, o movimento anticolonial de retomadas indígenas amplia o debate, deslocando a epistemologia do seu lugar de destaque e trazendo outras perspectivas de mundos.

De fato, só os próprios povos indígenas em retomada podem se autodeclarar. A força encantada do lugar de escolha do povo e os seus antigos habitam neles. Não é um censor do Estado-Mercado, com conceitos do “mundo moderno” e sua ciência “moderna”, que pode classificá-los. Uma retomada nunca é individual, mesmo que seja “só” um indivíduo



daquele povo, esse indivíduo é coletivo e singular, e todos os outros que vieram antes estão com ele, dando força de encanto, ensinamentos e direções na retomada. Uma retomada é a ascensão da força encantada do mundo indígena de um povo singular. Indígena é singularidade coletiva, indígena é parente.

Portanto, a questão é muito mais complexa quando analisamos os vários fluxos relacionais de vida emaranhados entre os mundos. A guerra dos mundos entre “mundo moderno” e mundos originários indígenas é intensa, complexa, não-local, não-linear, acontece e some em diferentes campos de ação e o que abordo nesta obra é o campo conceitual que se emaranha ao cotidiano. A problemática se apresenta nas agitações relacionais, do início da guerra dos mundos até a implantação do modo de produção de morte do “mundo moderno” capitalista em nossas terras, que se arrasta até hoje, e na forma como esses fluxos fizeram e fazem nossos povos mudarem para continuar a existir e a lutar na guerra dos mundos.

Criar possibilidades de percepção e ação contra-hegemônicas e anticoloniais é o que nossos povos buscam tecer nessa guerra dos mundos, criando conceitos a partir de percepções, afinidades, sensações e sentimentos diferenciais, referenciais conectados aos modos de vida originários indígenas. Pensar, sentir e perceber como a vida para nós, indígenas, está hoje em conflito com o “mundo moderno”, é entender como o Estado-Mercado nos assedia, tentando nos identificar e controlar, nos violentando em todas as frentes. Atravessar os aspectos perceptuais e relacionais do que transpassa os conceitos de cidadão, filho da nação, e de indígena, filho da Terra, é perspectivar a guerra de mundos, ampliando a questão e apresentando como os conceitos do “mundo moderno” não podem servir em nossos diferentes mundos indígenas.

Os conflitos decorrentes da guerra dos mundos tornam-se, por parte do Estado-Mercado, política “oficial” e lei, tecnologia de destruição dos mundos indígenas. Em movimento diferente, para os povos indígenas originários tornam-se brotamento de vida, de mundos e luta em parceria com a Terra.

Onde estará  
Aquele passo tonto  
E as armas para o confronto

Onde se ocultaram? (SIBA, 2002).

Devemos começar a pensar sobre os discursos que surgem a partir dos conceitos do “mundo moderno” e como isso cria e cristaliza uma ideologia de Estado-Mercado. Diferenciar e pensar como foi feito, como funciona esse movimento e o que isso aponta, é importante para entender como funciona a guerra dos mundos. Os conceitos de “índio” e “indígena” carregam não apenas um significado específico, mas também todo um sentido e peso operacional de como se formou o Estado-Mercado Brasil. Os nomes “índio” e “indígena” simbolizam a identificação, criação e cristalização de conceitos negativos em relação aos povos originários, o pensamento dual ocidental como parâmetro de verdade. Essa “verdade” coloca o lado “positivo”, o cidadão, fruto do progresso e filho do “mundo moderno”, em oposição ao lado “negativo”, os povos indígenas, os que resistem contra a “verdade” do progresso, os primitivos que resistem ao “mundo moderno”.

Porém, nos mundos indígenas existem outras perspectivas de sentimento do que é “ser indígena”, pois cada povo é singular e estamos em constante movimento e mudança, assim como as matas, os rios, os animais, o planeta. Essas diferentes perspectivas desconstruem o entendimento ocidental e os conceitos do “mundo moderno”, ampliando-se para além da capacidade dualista do pensamento “moderno” de pensar as relações.

A criação de leis legitimando as invasões das terras pelos europeus faz parte do instrumento de diferenciação criado para dizer quem é ou não indígena. A criação do “mito” do “cidadão brasileiro”, fruto do mito da “miscigenação das raças”, dos invasores brancos com os povos que aqui habitavam e os negros sequestrados e trazidos para serem escravizados, foi crucial para a construção do imaginário do “cidadão” do Estado-Mercado Brasil. A implantação desse conceito no imaginário comum do “cidadão” cria o ilusório e artificial sentimento de pertencimento ao Estado-Mercado-Nação, assim, se cria artificialmente o brasileiro e, ao mesmo tempo, um sentimento artificial que gera uma zona fantasma de indiscernibilidade constante, a *zona alien*. Os mundos que não se relacionam pelo desejo de consumo são *aliens* do Estado-Mercado.

A retomada no Nordeste para nossos povos indígenas originários é bem complexa, principalmente para aqueles povos que não foram missionados e que querem manter uma relação diferente com o Estado-Mercado.

Nossos povos querem autonomia e isso o Estado-Mercado não vai conceder de maneira pacífica, na forma de “direitos” dentro do seu sistema capitalista. Os povos indígenas nunca terão autonomia se quiserem negociar com o Estado-Mercado nos moldes das leis de Estado, pois o Estado-Mercado sempre buscará tutelar os povos para garantir sua soberania de Mercado e modo de produção de desejo de consumo. Para o Estado-Mercado, admitir a autonomia dos povos indígenas é atestar sua “fraqueza” como Estado.

A *zona alien* foi/é crucial para a criação e cristalização do “cidadão de bem” brasileiro, que é o polo “positivo” de interação e suposta subordinação do Estado-Mercado. Os “de fora” são o polo negativo, os “marginais”, “os negros da terra”, aqueles que passaram de invadidos a invasores. A criação da *zona alien*, conceitualmente falando, é a inversão dos polos conceituais do que é “ser indígena”. Nossos povos indígenas são os “de dentro da Terra”, indígenas originários, e os brasileiros são os “de dentro do Estado-Mercado”. Se nós, indígenas originários, para o Estado-Mercado, somos *aliens* do “mundo moderno”, “de fora do Brasil”, para nossos povos originários, o brasileiro é alienado da Terra, “de fora da Terra”, pois não se relaciona com ela, e sim, com o desejo de consumo do Estado-Mercado.

O processo de catequização do “mundo moderno” a partir do desejo de consumo é o movimento chamado civilizatório, no sentido “moderno”, o movimento de tornar-se cidadão, humano e consumidor e com isso encarnar e incorporar o modo de sociabilidade do “homem moderno”. A criação e implantação da sociabilidade “moderna” passam por movimentos dualistas de purificação/eliminação, que vêm junto com o sentimento de nacionalismo e desejo de propriedade. Este instrumento de ação cosmológica está articulado diretamente à mudança de relação com a Terra. É assim que o “mundo moderno” vai sendo implantando e se infiltrando nos outros mundos, criando códigos-fonte, cristalizando e controlando isso em conceitos de um padrão dualista e identitário, fazendo com que aqueles que não se identificam, sintam-se “perdidos”, numa *zona alien*.

A historicidade-temporalidade artificial criada pelo Estado-Mercado é colocada como única experiência espaço-temporal de relação. Uma experiência que é sentida a partir de uma “linha do tempo” que prevê uma “evolução”, uma contagem de dias e anos, uma temporalidade que se resume a números e estatísticas, marcada por datas, onde o passado é

apenas uma lembrança opaca e superficial, mas sustenta o orgulho nacional, criado por uma narrativa oficial.

Assim, esse conceito criado junto com o movimento de implantação do “mundo moderno” forma um bloco de conexão e sociabilidade entre o Estado-Mercado e seus “súditos”. Uma sociabilidade que é autocentrada no “eu” como potência individualizadora de relação, na meritocracia, na propriedade privada, no desejo de consumo e no lucro. As relações no “mundo moderno” tendem a ser artificiais e frágeis, elas não se relacionam em relação, as percepções e sentimentos não são sentidas em caráter relacional diferencial, mas, sim, em comparação. O “mundo moderno” é o mundo genérico das comparações. O “mundo moderno” sente as relações como duais, imediatas, instantâneas, solúveis, automáticas, objetos separados e sem vida. O que não lhe serve, é descartável.

A historicidade-temporalidade cria uma experiência de “tempo artificial” em que as lembranças só existem “oficialmente” porque são arquivadas, mas não têm relação nenhuma com o presente, e, sim, com o controle e o arquivo do que “oficialmente” aconteceu. As comemorações das “datas históricas” são esvaziadas de presente e preenchidas com lembranças forjadas pelas narrativas românticas de formação do “mundo moderno”, lembranças mortas e fixas, que enaltecem os invasores como heróis, experiências coletivas que não se deslocam, ficam enclausuradas no passado, separadas, sem força nem alcance no aqui-agora. São datas vazias que só atuam no calendário como feriados.

A experiência do “tempo histórico” no Estado-Mercado é superficial e passa de forma muito rápida. As pessoas não se indignam historicamente e em seu cotidiano não têm mais “tempo” de se questionar sobre o que acontece. Tudo gira em torno do desejo de consumir, “tempo é dinheiro”. A historicidade-temporalidade instantânea é a da notícia, a informação não causa mais revolta e no momento seguinte já é passado. O “tempo passa” e o presente nunca chega, o presente é uma experiência que o Estado-Mercado não nos deixa viver. O deslocamento artificial do espaço-tempo criado pelo “mundo moderno” nos faz viver num plano do consumo, não vivemos o aqui-agora, o presente não existe. Essa é uma das relações diferenciais entre o “mundo moderno” e os mundos indígenas:

no “mundo moderno” não se vive o presente, no “mundo moderno” só se vive a produção.

O “mundo moderno”, em sua forma de controlar a experiência coletiva no Estado-Mercado, cria mecanismos de doenças psicológicas, físicas e espirituais para manter o controle. A experiência artificial com o “tempo” no Estado-Mercado gera sintomas como ansiedade, medo, angústias e incertezas. Isso vai esmagando e manipulando todas as outras relações de sociabilidade, fazendo com que todos se submetam na busca por sucesso, fama, dinheiro, propriedade e consumo em qualquer que seja a forma de relação. É o programa cosmológico de autodestruição que a sociabilidade do “mundo moderno” implanta. O “mundo moderno” e suas relações de sociabilidade e organização geram desencantamento da vida e desesperança.

A maquinaria dos conceitos do “mundo moderno” cria o “ambiente artificial perfeito” para a implantação do cidadão moderno nos outros mundos colonizados. O conceito de cidadão idealizado e implantado na Europa não se replica como cópia idêntica aqui nas Américas, nem a formação dos Estados-nação é idêntica, eles são variações de uma mesma “essência” de sociabilidade, que está pautada pelo pensamento dualista e pelo desejo de consumo.

O “mundo moderno” funciona a partir do “molde” de implantação de uma historicidade-temporalidade artificial, que vai moldando a sociabilidade a partir do desejo de consumo até chegar à identidade código-fonte do Estado-Mercado: o cidadão-consumidor. A cópia identitária do cidadão-consumidor nas Américas, por sua vez, será uma variação, pois os contextos de vida e de ambiente são todos diferentes, criando o modelo de cidadão-consumidor exclusivo de cada Estado-nação. Porém, essa cópia terá o mesmo código-fonte de interação com o Estado-Mercado e o “mundo moderno”. Em sua “essência”, são todas “iguais”, uma igualdade que gera variação, mas elimina a pluralidade.

As variações do conceito de cidadão-consumidor vão se atualizando a partir das atualizações do capitalismo e das relações de consumo, a normatização do código-fonte que é replicado na formação do cidadão-consumidor vai ganhando campo e avançando contra os mundos indígenas. O encontro do código-fonte colonizador do “mundo moderno” e da

diferença singular de pluralidades dos mundos indígenas em retomada do Nordeste resulta em tensão e conflito. Os TAPUYA, aqueles que não se rendem, funcionam e se manifestam como conceitos vivos contra a normatização da identidade de Estado-Mercado. Os TAPUYA são aqueles que não se sentem pertencentes a um Estado-Mercado, mas, sim, a povos indígenas originários da Terra.

Um movimento  
Um traquejo forte  
Traçado, risco e recorte  
Se descortinaram. (SIBA, 2002).

A relação diferencial cosmológica de pensamento, sentimento e percepção da Terra é o fator gerador da problemática filosófico-cosmológica que permeia esse debate entre Estado-Mercado e povos indígenas originários. A perspectiva de retomada dos povos indígenas originários no Nordeste apresenta-se provocando colapso do conceito de formação cronológica do cidadão-consumidor. Nossos povos fazem funcionar, a partir de suas experiências coletivas, forças de relação espaço-temporal com a Terra. Essas diferenciações de relação com o espaço-tempo entram em conflito com a historicidade-temporalidade do Estado-Mercado e com os conceitos de formação do “mundo moderno”.

O desejo de consumo é o conector que gira a intenção da conquista, e esta se torna a única forma possível de relação consigo mesmo no “mundo moderno”, tornando-se uma relação de destruição da vida e da Terra. A conquista, como fonte de intenção do desejo de consumo, escraviza a vida e a Terra, mantendo uma sociabilidade vazia de sentimentos e ancestralidades, cultivando um pragmatismo de lucro e de uso instantâneo. O cidadão-consumidor vê a Terra apenas como recurso natural lucrativo, um parque de diversão para os seus desejos, que gira em torno de seu umbigo e ego, pautando suas relações sociais, emocionais, espirituais e com o planeta apenas por produção, lucro e consumo.

Nossos povos indígenas originários têm outra relação com a vida e com a Terra. Não nos relacionamos com nenhuma temporalidade vazia e historicidade fixa demarcada em datas e arquivos, nós sentimos e percebemos as diferentes relações com o campo da Terra, criando nossas próprias experiências coletivas de espaço-tempo, formando, assim, as



singularidades coletivas de cada povo. Essa composição e transpassagem de forças encantadas faz sentir, perceber e desejar outras perspectivas de relação com a Terra.

Nossos povos sentem a Terra e fazem brotar vida segundo o afeto e a afinidade. É dessa forma que cada povo vai criando sua relação e experiência coletiva espaço-temporal, fazendo nascer as diferentes singularidades de povos. As origens dos nossos povos são singulares, todos são diferentes, por isso cada povo tem uma frequência, um campo, uma ancestralidade, uma gravidade. Cada povo faz nascer um mundo, brotando pluralidade, diferente do Estado-Mercado, que produz réplicas identitárias de massa.

As relações de experiências coletivas com a Terra criam os espaços-tempo de cada povo, que são sentidos em relação à Terra. Nosso referencial diferencial de pluralidade é a Terra. Os povos indígenas originários são povos relacionais, vivem modos de vida que não buscam fronteiras e limites de “contato”. A guerra dos mundos nos impõe inúmeras condições de resistência e existência. A luta por nossas terras e a demarcação delas é uma dessas questões, mas a demarcação conceitual do que somos é também uma guerra que pretendemos travar. A demarcação das terras indígenas não é apenas demarcação de um território físico, mas a “demarcação” de um ritmo de vida. A retomada do ritmo de vida de cada povo, é um movimento importante na guerra dos mundos em busca da libertação das terras.

Não somos donos da Terra, não há relação de posse e controle, nós sentimos seu ritmo e criamos o nosso a partir disso. Por isso vivemos em equilíbrio. A Terra é lugar onde os encantados vivem, ensinando outras frequências de vida, trazendo as experiências da encantaria. Nossa ancestralidade e espiritualidade vivem aqui-agora, nessas experiências coletivas de aprendizado de outros ritmos de vida. A transpassagem entre frequências e mundos que funcionam em espaços-tempo diferentes compõe a pluralidade de céus dos povos indígenas originários. As trocas de perspectivas e o aprendizado nessa relação são a força encantada dos nossos povos.

As conexões de frequências-mundos se emaranham no planeta, criando nosso lugar de morada, a Terra. É isso que amplia nossa sensação, fazendo sentir que a diferença nos faz mais fortes e que não somos os únicos povos que vivem e merecem viver no planeta. O modo de relação com a Terra é o que cria um ritmo em que os mundos e vidas acontecem. Por

tudo isso, a guerra cosmológica dos mundos travada entre povos indígenas originários e “mundo moderno” é uma guerra de alcance planetário, entre quem vive em harmonia com a pluralidade e a diferença, e quem quer consumir a Terra para obter lucro.

Para os brasileiros, todo mecanismo que medeia a vida é o Estado-Mercado e as leis. Para nós, indígenas, o critério é a relação direta com a Terra. Falo em relação direta, pois não existe nenhum mediador entre nossos mundos originários e os outros mundos que convivem conosco nos nossos lugares de escolha. É por isso que conseguimos nos relacionar e ver outros mundos, e é essa relação direta com o encantamento e a força da Terra que compõe nosso pertencimento a um povo e a um lugar ancestral de escolha.

A pergunta “feita” pelo Estado-Mercado: “quem é indígena?”, é uma pergunta que traz todo seu caráter racista, apontando a diferença como “anômala”. Essa pergunta é a imposição de uma questão, criada para discriminar. A substância material/conceitual criada pelo Estado-Mercado para determinar quem é indígena ou não, é composta por uma gama de características elencadas pelo próprio “mundo moderno”, e isso está refletido em suas leis e “direitos” vinculados aos povos originários. O movimento instituído pelo Estado-Mercado coloca parente contra parente, numa disputa para corresponder ao ideal de “índio puro” criado pelos parâmetros do “mundo moderno”.

Os povos indígenas originários do Nordeste que brotam em retomada são obstáculos para o Estado-Mercado, por isso suas tecnologias sempre estão buscando um rótulo para criar a dualidade que nos discrimina com base na ideia de “verdadeiro *versus* falso”. Antes, a classificação para discriminar era TAPUYA-TUPI, hoje é INDÍGENA OFICIAL - INDÍGENA NÃO-OFICIAL (INDÍGENA EM RETOMADA). O Estado-Mercado se utiliza da percepção dualista de discriminação e valor para se contrapor ao argumento da autodeclaração e negará-lo, “legitima” alguns indígenas que estão “fichados” na FUNAI e incrimina os indígenas autodeclarados, oficializando e incentivando uma distinção criada por ele próprio, pois se fortalece colocando indígena contra indígena.

A criminalização e a negação do conceito de autodeclaração indígena pelo Estado-Mercado, só favorece a ele mesmo, pois nesse debate

entra a dualidade do pensamento “moderno” e isso vai criando e cristalizando identidades em relação aos povos indígenas, a oposição binária verdadeiros-falsos. Assim, alguns povos que ainda mantêm vivas suas “identidades”, serão considerados “os verdadeiros indígenas”, que se encaixam nas características ditadas ou aceitas pelo Estado-Mercado, como numa lista de ingredientes para se formar o “índigena oficial”. Enquanto isso, outros povos são discriminados e chamados de “falsos índios”.

Esse processo tem a seu favor o argumento mais forte, que é a “inclusão” e “luta por direitos<sup>42</sup>” dentro do Estado-Mercado capitalista. Ou seja, é necessário identificar os indígenas “oficiais” para não existirem “fraudes” em relação aos direitos “cedidos” a esses povos dentro do Estado-Mercado. O problema é que aqueles que defendem a criminalização e negatização da autodeclaração indígena não entendem que alguns povos indígenas não querem “ter direitos” dentro do Estado-Mercado, que nossa luta não é para fazer parte desse jogo, e, sim, para acabar toda estrutura conceitual do “mundo moderno”.

A cristalização dessa substância conceitual identificadora cria uma “identidade fixa” que controla a partir do espelho, da identificação, ou seja, aquilo que não se identifica com os símbolos e signos identificadores conceituais e “reais” impostos pelo “mundo moderno”, torna-se não-identificado e, portanto, perigoso. No contexto e organização de pensamento e sociabilidade do “mundo moderno”, a identidade é o único conceito e forma de pensar as subjetividades. Assim, uma identidade indígena dentro dos moldes do “mundo moderno” ganha força e é sinônimo de “verdade”, tornando “falso índio” aquele que não cumpre as determinações das características impostas pela ciência “moderna”. No entanto, esse molde de identidade criado sobre nossos povos indígenas originários é um conceito que não respeita nossas pluralidades. O conceito de identidade, quando levado ao seu extremo identificador, apaga as singularidades coletivas e impõe uma imagem de “essência fixa”, eventualmente variável.

A identidade indígena se torna uma média genérica do que é “ser indígena” no imaginário da maioria dos brasileiros, porém com força de

---

<sup>42</sup> Eu, como indígena Takarijú, morador de periferia e cotista, entendo a importância dessa luta para nossos povos, mas não acredito que ela seja o fim em si mesma, nem trampolim para politicagem e nem pauta universal para todos os povos. Existem povos pela América que não querem dialogar com o Estado-Mercado nos termos de inclusão, mas, sim, em termos de guerra.

variedade e diversidade cultural dentro de um parâmetro de identificação que esconde a “essência” fixa. Como consequência disto, temos a falsa e artificial impressão de que a ciência “moderna” e o Estado-Mercado aceitam as diversas culturas. Isso, acontece, desde que a “essência fixa” de identidade seja única, e, nesse caso, para o “mundo moderno”, a identidade de “essência fixa” é o conceito de humano. Os povos indígenas têm diversas culturas, mas todos no “mundo moderno” são humanos. O conceito de única natureza humana, de essência identificadora, é o que amarra todos epistemologicamente ao “mundo moderno”. Se por um lado o “mundo moderno” tem no desejo de consumo sua ativação e vontade de potência, por outro, tem no conceito de humano sua legitimação e amplitude para invadir e avançar destruindo outros mundos.

Para o “mundo moderno”, o conceito natural de essência e classificação dos indivíduos é o humano, e o conceito de cultura é variação do conceito de humano. Ao expandir suas invasões por outros mundos com a colonização, foi impondo e implantando o conceito de natureza humana como forma universal de se pensar os indivíduos. Assim suas leis e modos de sociabilidade foram contaminando outros mundos. O Estado-Mercado é a ratificação do conceito de humano junto ao desejo de consumo em forma de leis e sociabilidade.

Os mundos indígenas originários não funcionam unicamente pela “natureza humana”. Nossos povos sentem e percebem a humanidade por outras perspectivas conceituais de relação com a vida e com os campos de ação da Terra. As “naturezas indígenas”, ou seja, as naturezas dos diferentes povos, são criadas a partir da relação que cada povo tem com a experiência coletiva no modo de viver com a Terra. Cada povo tem uma natureza singular de ritmo relacional consigo mesmo e com a Terra, e a rede que conecta todas elas, é o campo da Terra, o campo de sentimento invisível para a “ciência e mundo moderno”, mas perceptível para nossos mundos indígenas através de nossas afinidades de percepção.

Nossos povos até entendem e percebem o conceito de humano como uma natureza, mas não como a única e nem como essência que conecta todos. O que conecta todos os mundos indígenas originários e todos os povos na rede emaranhada de afetos e percepções não é o fato de “todos sermos humanos”, mas, sim, o fato de todos estarmos no planeta Terra.



São diferentes mundos, mas um só planeta. Nesse sentido, o conceito como parâmetro natural de identificação que o “mundo moderno” e Estado-Mercado impõem como verdade é apenas uma perspectiva de controle, não representa verdade “científica”, mas vontade de conquista e consumo.

Não existe uma natureza universal que nos identifique de forma genérica como “humanos”. Não somos todos humanos, existem os “não-humanos” e outras perspectivas de vida que não usam o humano como referência. A perspectiva de humano surgiu no “mundo moderno” como uma atualização do civilizado em relação ao bárbaro e ao selvagem. O bárbaro e o civilizado são polaridades de uma dualidade que se contrapõem em âmbito regional; com a invasão dos mundos indígenas pelo “mundo moderno”, o “civilizado” europeu se atualiza no encontro com o “selvagem indígena americano”, criando, assim, outra dualidade atualizada, o cidadão e o selvagem, agora como uma dualidade global. Dessa forma, se estabelece o humano como conceito universal, acoplado ao de cidadão e ao Estado-Mercado. O Humano, o cidadão e o consumidor são códigos-fonte da mesma essência de formação do “mundo moderno”.

Os povos encantados não têm uma “natureza humana” fixa, suas naturezas são dinâmicas, não-locais, incertas e mutáveis, acontecem de acordo com o campo em que estão interagindo, no entanto se relacionam também com aqueles povos que são humanos. A problemática do conceito de humano é a universalização dele. Alguns dos nossos povos sentem e percebem sua natureza como humana, mas não como a única natureza essencial. Existem outras relações para além da dualidade humano/não-humano: os seres encantados, as montanhas, as forças da mãe Terra, os grandes espíritos, os seres cósmicos, todas essas perspectivas de vida são consideradas e atravessam nossos povos como seres que compõem nossa rede de afeto e vida. Portanto, o “mundo moderno” e sua ciência não alcançam e nem dão conta das perspectivas dos nossos mundos indígenas. Essas diferenças relacionais de perspectivas de mundos ficam bem evidentes na guerra dos mundos desde a invasão do “mundo moderno” à Abya Yala.

O movimento conceitual do “mundo moderno” articulado pelo Mercado-nação molda o código-fonte das identidades. Essa perspectiva de mundo cria modelos artificiais para classificar os mundos que ela coloniza, e assim foi criada a ideia genérica de diversidade da identidade indígena.

Por que é interessante para o Estado-Mercado criar essa identificação e suas variedades? A partir de seu sistema próprio de identificação e classificação, é mais fácil manter a guerra conceitual de forma burocrática e controlada.

O “mundo moderno” coloniza, muda os parâmetros dos diferentes mundos indígenas, cria conceitos a partir de sua “ciência moderna” e diz como nós, indígenas, devemos pensar nossa condição de indígena. Dessa forma, faz com que os povos indígenas do Nordeste, principalmente os que estão em retomada, busquem caracteres de identificação, busquem uma identidade para serem “aceitos” pelo Estado-Mercado como “índios”. Essa confusão criada pelo próprio pensamento do “mundo moderno” gera a dualidade entre o verdadeiro e o falso, chegando ao absurdo de alguns parentes se sentirem “mais indígenas” que outros.

A “legalidade” é instituída e criada pela maquinaria identitária dos conceitos, das leis e burocracias do Mercado-nação, ela vai contaminando o imaginário de alguns povos indígenas e não-indígenas, minando a resistência. As características homogêneas e genéricas de universalização do “ser indígena” atingem os povos e parentes em retomada que não cumprirem os requisitos do “ser indígena” no “edital do Estado”; deixando claro, portanto, que o Estado-Mercado cria este argumento conceitual para não aceitar as retomadas e criminalizá-las. As retomadas indígenas, principalmente no Nordeste, são lançadas na *zona alien*.

Aqueles indígenas considerados “não-oficiais” pelo Estado-Mercado, os indígenas em retomada, desaldeados, autodeclarados e em contexto urbano, são desassistidos em todas as vertentes referentes à luta contra o “mundo moderno”. O não reconhecimento do Estado-Mercado gera desconfiança e preconceito por parte de alguns, inclusive de parentes indígenas de outros povos, que temem que possamos “ameaçar” sua condição e imagem “oficial de indígena” instituída pelo Estado-Mercado.

A questão acerca de quem é ou não indígena foi e é crucial para manter o controle sobre as terras e sobre as investidas dos povos indígenas contra o Estado-Mercado. Como na região Nordeste a guerra dos mundos contra o “mundo moderno” está acontecendo mais intensamente desde o primeiro momento da invasão, aqui nossos povos enfrentam composições complexas do atravessamento dessa guerra. A questão de autodeclaração e identidade é uma questão central, tanto para o Estado-Mercado, para



poder nos controlar, quanto para nossos povos em retomada, que buscam retomar suas perspectivas de referências de cada povo e brotar, ampliando e trazendo outras perspectivas para a guerra contra o Estado-Mercado e o “mundo moderno”.

Essa questão parecia ratificada, pois era consenso para o Estado-Mercado e sua ciência “moderna”, que no Nordeste não existiam mais povos indígenas originários, porém, com as retomadas acontecendo a partir da década de 70 do século passado, a história “oficial” de fundação do Estado-Mercado Brasil foi ruindo. Hoje, com as retomadas no Nordeste, a questão sobre quem é ou não indígena, que foi a primeira questão colocada pela coroa aqui no Nordeste para roubar as terras indígenas, ressurgiu como artimanha de guerra por parte do Estado-Mercado para deslegitimar as retomadas, buscando controlar, identificar e discriminar os povos indígenas que estão brotando em retomada.

Portanto, nossos povos indígenas do Nordeste não surgiram dessa questão, nós sempre estivemos aqui, e agora nos utilizamos desse debate para retomar nossas perspectivas de mundos em âmbito nacional. Estamos retomando nossos mundos, nossos povos, nossas singularidades de pensar, sentir e perceber a vida. Passamos muito tempo “sumidos”, aprendendo com os encantados, e agora retomamos, “aparecemos” como força encantada da Terra.

O movimento estratégico do jogo de pensamento conceitual dualista e discriminativo que o Mercado-nação faz colocando parente contra parente, é um conhecido movimento da colonialidade. Os indígenas “não-oficiais” sofrem preconceitos, são colocados numa condição de “falsos”, questionadores da história “oficial”, *aliens*, inimigos, “de fora” do Estado-Mercado. É nesse sentido que destacamos o discurso que permeia o imaginário do brasileiro em relação aos indígenas, com falas como: “esse pessoal não é mais índio, eles têm celular.”; “Tem pouco índio, para muita terra. Liberem as terras deles”; “O agro é pop.”; ou “Você é índio de qual aldeia?”. O Estado-Mercado reproduz esse tipo de fala e pensamento no imaginário e cotidiano do cidadão de bem, o que embala seus sonhos de progresso.

Estar conectado e fazer parte de um povo indígena originário não tem nenhuma ligação com conceitos universais, nem com características impostas pelo “mundo moderno” e legitimadas pelo Estado-Mercado para

dizer o que é “ser índio”. Nossos povos não se identificam com a imagem de “índio” que o Estado-Mercado criou, este é um conceito baseado na filosofia da identidade que pressupõe um estado massivo das variedades, aglutinado num único ponto, tornando genérica toda nossa pluralidade de povos, reduzindo tudo ao “índio”.

Um indígena nunca existe de maneira individual, ele sempre é coletivo, carrega a ancestralidade de um povo, diferente de “índio”, o conceito de transição criado pelo Estado-Mercado para identificar e individualizar os povos indígenas. A força do indígena está no povo e não em uma identidade individual. “Ser indígena” não é uma questão de cocar, de língua, de jenipapo e urucum, “ser indígena” é um sentimento de contraposição a tudo que representa o “mundo moderno”, que quer destruir a Terra. Ser um povo é saber que somos experiências coletivas singulares para além do “EU”.

Os “índios” não são os primeiros indígenas do Brasil, como afirma Viveiros de Castro. Os “índios”, este conceito de transição, é a primeira tentativa de destruir as singularidades dos povos. Não somos indígenas do Brasil, somos indígenas da Terra, não temos pátria ou Estado-Mercado. Nós temos mundos e nossos mundos não têm o código-fonte universal do “mundo moderno”, nossos mundos são plurais. Nossa ligação com o Estado-Mercado Brasil é de guerra cosmológica.

Uma palavra  
Quase sem sentido  
Um tapa no pé do ouvido  
Todos escutaram. (SIBA, 2002).

O conceito de “índio” compõe por atualização uma suposta “identidade indígena”, orbitando em torno de conceitos como humano e cultura. Esses conceitos têm matrizes no pensamento da analogia, que busca características fundamentais para se reconhecer um no “outro” e para se reconhecer entre si, entre variações do mesmo. O pensamento proposto para acessar o sentimento e a percepção dos mundos indígenas é o de emaranhamento e conexão com a Terra. Os horizontes de eventos são os planos físicos e extrafísicos de possibilidades não-locais e de incertezas que criam e se apresentam junto com os movimentos de resistência da vida.



A atividade de conexão não é mental, é de afinidade de percepções. Não penso os conceitos e as singularidades dos povos a partir do conceito de analogia e nem do conceito de identidade forjado pelo “mundo moderno”. Singularidade não tem a mesma função de essência, singularidade não se reconhece, se afirma. Pode mudar sempre, porém, não deixa de ser o que já foi, pois o nosso espaço-tempo não é evolutivo e, sim, circular. Tudo que fomos e somos, existe aqui e agora como singularidade, por isso nossos povos ainda hoje estão conectados aos antigos, a força encantada do nosso lugar de escolha de cada povo é viva.

Cada povo tem sua singularidade coletiva de povo, mas ela não é essencial para que ele seja identificado como povo. A singularidade é diferencial-relacional, ela muda com as relações e com os movimentos dos emaranhados de campos afetivos com a Terra. Nossos povos mudam, mas continuam conectados com sua ancestralidade, pois as experiências coletivas e afinidades de percepções permanecem. A frequência singular de cada povo é a relação que ele tem com o planeta que os transpassa.

Na Historicidade-temporalidade artificial do Estado-Mercado, somos classificados todos como “índios”, ou seja, transição do “mundo moderno”. “Índio” é um conceito que dentro do Estado-Mercado é sinônimo de “atraso”. Assim, “índio” se tornou um conceito de identidade que o Estado-Mercado usa tanto para identificar o “estágio evolutivo” de um indivíduo até que se torne cidadão-consumidor, como para identificar aqueles que devem ser eliminados. O objetivo é a eliminação literal, conceitual e cosmológica.

Quando os pensadores “modernos” dizem que “ser indígena” é ter “consciência histórica” do que se é, eles classificam os mundos indígenas a partir da experiência histórico-temporal artificial criada pelo “mundo moderno” e efetivada no Estado-Mercado, eles nos julgam a partir de seus moldes. Portanto, todos os conceitos que o “mundo moderno” cria sobre nossos povos, são conceitos de guerra, para classificar e discriminar nossos mundos indígenas. Não existe uma definição do que é “ser indígena”.

Nossa história é experiência coletiva ancestral com a Terra e com os povos. Como os ocidentais entendem e vivem esse conceito é bem diferente de como cada povo entende e vive suas experiências. Nossa ancestralidade é sentida e percebida de plurais formas, e os moldes conceituais genéricos da ciência “moderna” não nos definem. Nossas ancestralidades não

são “históricas” apenas no sentido cronológico, mas se ampliam e criam sentidos plurais que transpassam datas e territórios. Então, nesse ponto, “ser indígena” não é apenas ter “consciência histórica” disso, nossas percepções ultrapassam os conceitos de consciência e de “história”. Nossas experiências coletivas “históricas” são sentidas a partir das mudanças gravitacionais de relação com os outros povos e com a Terra, através da ancestralidade, da oralidade da vivência com o chão, com o silêncio, com a escuta, com a memória ancestral, com os sonhos, com os encantos e encantados. São sentidas através da *Afinidade perceptual*.

O **Alieníndi - Δ** é a força encantada de ação que acontece com a guerra cosmológica dos mundos e se infiltra nos emaranhados de guerra entre “mundo moderno” e mundos indígenas, ampliando as pluralidades de se mover, rasgando o código-fonte identificador do Estado-Mercado. A força encantada que chamo de **Alieníndi - Δ** é a força de energia que faz aparecer e brotar novos povos em retomada, *Aliens* do “mundo moderno”, mas *indis* da Terra.

Aparecemos e desaparecemos quando é necessário. Somos forças que saltam de campo em campo de frequência de vida para continuarmos ativos e em conexão com a Terra. Os povos em retomada, principalmente os do Nordeste, sentem, percebem e vivem essa dinâmica energética de movimento relacional, mudam de plano de força e energia tornando-se invisíveis aos radares do Estado-Mercado para continuar existindo, e tornando-se visíveis na hora do conflito. **Somos povos que aparecem como força encantada de luta da Terra.**

Os que desaparecem, aparecem em outras frequências de vida, pois para nossos povos não existe morte, só existe continuidade da vida em diferentes frequências e energias de viver. Somos povos dos sonhos, somos povos que vivem. A existência dos nossos povos é singular e coletiva, emaranhada e afetiva. Ela é vivida em vários planos e horizontes de eventos, sejam eles físicos ou extrafísico. Nossas aldeias, matas e antigos continuam a viver mesmo fora do corpo físico. Nossos povos conhecem outras realidades e frequências de ação da vida. Frequências diferentes, lugares onde continuamos a ser um povo e a estar em coletividade com todos os povos que são cúmplices da Terra.

Entender esse conceito de vida para nossos povos é entender nossa postura nos diferentes planos da vida. É esse sentimento que nos torna povos indígenas originários da Terra. O conceito de Terra para nós é bem mais amplo que o conceito de Terra para os ocidentais. Terra para nossos povos é um campo afetivo, físico e extrafísico, de afinidades e ações com todos os seres. Terra para os ocidentais é território geográfico, ambiente físico gerido numa relação objetual de consumo, lucro, posse e propriedade.

A história da guerra cosmológica dos mundos é um assunto para além do campo científico ocidental. Se não levarmos em consideração as narrativas diferenciais dos nossos povos sobre suas relações de guerra entre mundos, nunca iremos chegar perto de conceber um estudo cosmológico conceitual que pense os povos originários além de dualidades conceituais.

Não existe “história dos vencidos” que funda nenhum de nossos mundos e povos. A “história” de fundação dos nossos povos é a história do planeta e da experiência coletiva que cada povo tem com o campo da Terra em suas diferentes frequências de vida. Cada céu (Ecuwōbuye<sup>43</sup>) tem seu ritmo, e isso não o limita. Ele convive, transpassa e é transpassado pelos outros céus. A Terra não é nosso corpo, o corpo morre. A Terra é nosso campo, o campo se amplia, se conecta, muda, vive. Só seremos “vencidos” quando não houver mais Planeta. O nosso lugar de escolha é que nos afirma como indígenas da Terra. O indígena não olha apenas para o chão, pois a Terra não é só o local onde pisamos, Terra também é o que respiramos, o que bebemos e o que nossos olhos físicos não veem.

Nossas experiências coletivas singulares de povo se constituíram sem fronteiras e limites, sem tempo e data. As narrativas-caminhadas de cada povo possuem força de sentimento e afinidade com a Terra, passada de geração para geração pela oralidade e pelo sentimento de afeto pela vida e um pelo outro, entendendo que estamos juntos, mas somos diferentes. Eu, como indígena desaldeado e autodeclarado, sou de um povo que não tem um “lugar específico” por consequência da guerra dos mundos, não estou ligado a um território, mas a um lugar de escolha, um sentimento que me foi passado pelos meus antigos, pela oralidade, pelos sonhos, pela memória ancestral.

---

<sup>43</sup> Céu Superior, em Dzubukúá Kipea, língua antiga kariri.

Nesse lugar de escolha, meu povo vive comigo, mil gerações vivem em mim, nunca esqueço que sou TAKARIJÚ, povo tapuya que nunca se rende. Não me oriento pela historicidade-temporalidade de identidade oficial do Estado-Mercado para acontecer, minha existência enquanto povo não depende da oficialização do Estado-Mercado, não preciso do carimbo da FUNAI para ser TAKARIJÚ. A singularidade do povo Takarijú, vive em mim, transpassa e nomadiza meu corpo, ampliando-o em campo, fazendo-o agir e emaranhar-se com campo gravitacional da Terra e dos meus ancestrais. Assim, “eu” não é mais afirmação do ego e de uma individualidade, “eu” é “nós”, nos afirmamos em retomada sempre no coletivo, brotamos como força encantada de ação **Alieníndi - Δ**. Agora e sempre, mais de mil gerações vivem em mim.

## **MATÉRIA BARIÔNICA $\neq$ ALIENÍNDI - Δ (INDÍGENAS DA TERRA, ALIENS DA PÁTRIA)**

A guerra que o “mundo moderno” trava contra os mundos indígenas, produz matérias bariônicas<sup>44</sup>, identidades supermassivas que estão aco- pladas e interagem com o Estado-Mercado em todas as suas composições. O código-fonte do Estado-Mercado, mensurado pelo desejo de consumo, cria essas matérias bariônicas de Estado, que interagem com as luzes do iluminismo, co-fundadoras do “mundo moderno” e da sua ciência. Essa matéria tem código-fonte e função binária de discriminar quem “é” ou “não é” brasileiro, com base na interação e subordinação, ou não, aos códigos-fonte do Estado-Mercado. Isto pode ser constatado, por explo, nas palavras da Senadora pelo estado do Tocantins e “cidadã de bem”, Kátia Abreu, quando, em seu discurso oficial no plenário, diz:

*[...] este é um movimento (de demarcação das terras indígenas) ma- nipulado e organizado contra a produção brasileira. Nós já tivemos um dia o MST, depois nós tivemos o código florestal e agora a questão indígena. Nós só queremos perguntar aos brasileiros, nossos amigos,*

<sup>44</sup> Em termos gerais, matéria bariônica na física é toda matéria e tudo aquilo que interage com a luz, aquilo que não interage com a luz é desconhecido, e, portanto, chamado pela física de matéria escura. A matéria bariônica visível ocupa cerca de 4% do universo que conhecemos. Aqui, desloco este conceito para outro uso.

*brasileiros irmãos, quando os homens e as mulheres do campo terão paz para trabalhar? Não queremos medalhas pelo PIB, não queremos subir no pódio pelo PIB, nós só queremos paz. Senhor presidente, nós temos interlocução privilegiada na mesma altura do que nós representamos para a economia nacional, esse é o tratamento que o palácio do planalto nos dá, esse é o tratamento digno que o Agro merece, se tá com saudade do passado é só dormir e sonhar pra vê se volta ao passado. O governo tem atendido o setor naquilo que ele precisa pra continuar crescendo e produzir PIBs. [...].<sup>45</sup>*

O discurso da Senadora brasileira deixa bem explícita a guerra cosmológica entre mundos indígenas e “mundo moderno”, e a diferença entre indígenas e brasileiros. O Estado-Mercado com seus códigos-fonte, produz o brasileiro, colocando-o como inimigo dos povos indígenas. O brasileiro é a frequência de imagem ideal, supermassiva, de alcance global do cidadão consumista. O cidadão consumidor nacional “oficial”, é a matéria bariônica do Brasil.

O cidadão consumidor tem como “referência universal” a carta de declaração universal dos direitos humanos, que carrega o ideal burguês de humano e de desejo de consumo. O cidadão consumidor e o humano, encarnam o mesmo invólucro conceitual do Estado-Mercado “moderno”. O conceito universal que conhecemos hoje de humano “moderno”, só foi possível a partir da guerra de extermínio feita aos nossos mundos indígenas. O humano “moderno” nasce do sangue e assassinato dos mundos indígenas.

A “humanidade” do humano “moderno”, tem como parâmetro ético, estético e político as organizações e os modos de sociabilidade do “mundo moderno”, operados pelo Estado-Mercado e pelo desejo de consumo. O humano “moderno” é o molde universal do cidadão consumidor, e vice-versa. O brasileiro é a matéria bariônica do Brasil e a continuidade ideológica e conceitual da colonização e do pensamento colonial, naturalizando nesse conceito, os racismos, machismos e verticalização da sociedade “moderna”.

A guerra cosmológica dos mundos torna-se complexa, em seu entendimento e conceitos, a partir do cotidiano e da estrutura artificial que o Estado-Mercado impõe. Os conceitos de “índio”, indígena e brasileiro, quanto cidadão consumidor, têm variações de sentido, principalmente se

<sup>45</sup> Discurso da Senadora Kátia Abreu no plenário, transmitido pela TV Senado em 2013.

forem submetidos às perspectivas de cada mundo. O conceito genérico de “índio” é vago e concreto ao mesmo tempo. É vago, pois é um conceito genérico, que tenta controlar os mundos plurais indígenas, e é concreto, pois é a partir do conceito genérico de “índio” que o Estado-Mercado nos “visualiza” como a transição que será eliminada. Logo, nossos povos não são “índios”, mas, ao mesmo tempo, o Estado-Mercado nos coloca nessa posição de “purificação”.

Os mundos indígenas estão nesse ponto de colapso e convergência dos conceitos do “mundo moderno”. Se, por um lado, a zona alien criada pelo Estado-Mercado limita e violenta nossos povos, por outro, nossos povos se utilizam dela para causar rupturas nos conceitos de identidade, fazendo brotar, assim, as retomadas. A incapacidade de sentir e perceber as pluralidades dos mundos indígenas e seus emaranhados energéticos, é a fraqueza do “mundo moderno”, e a capacidade de brotar e criar mundos, é a força dos nossos povos.

O conceito de “índio” funciona como uma tensão artificial criada na guerra dos mundos, e o de indígena, é a interface de luta de irmanação contra o Estado-Mercado. A classificação depende da medição e de onde está se medindo: se a medição for em MACROfluxo do Estado-Mercado, somos todos “índios” ou indígenas, como partículas massivas, sem encarnar a massa única genérica. Se a medição for MICROfluxo, “subatômica”, cada povo assume seu lugar de escolha, sua singularidade. Assim, somos todos indígenas, num sentido amplo, e também somos força encantada singular Takariju, Kariri, Tremembé, dentre outros, encarnando o ritmo de cada povo. O Alienindi é a força de ascensão, que atravessa e transpassa todas essas medições Macro e Micro, rasga espaços-tempo e faz brotar retomadas. Um ritmo- frequência ancestral, invocado no aqui-agora. Então, o conceito que “permanece” como energia, possibilidade e informação, mesmo na mudança, não é o de etnogênese social, mas o de criação de mundos em retomada.

## “HORROR SEM ROSTO”, “PENSAMENTO SEM IMAGEM”

O “clandestino” se faz presente nas transpassagens de naturezas relacionais e gravitacionais entre os mundos emaranhados, nas simultaneidades das frequências da guerra dos mundos entre Estado-Mercado e mundos indígenas. O peso gravitacional de sua “pequenez” deforma a “história oficial” do “mundo moderno”, criando o aparecimento das singularidades de cada povo. Os mundos indígenas, segundo o IBGE, são menos de 1% da população do Estado-Mercado Brasil, porém sua força de singularidade e gravidade de seus mundos pesam contra o “mundo moderno” e sua soberania.

A força encantada **Alieníndi -  $\Delta$**  é o “horror sem rosto”, ela é campo que se amplia em campos e se emaranha a outros horizontes de eventos. Por não ter corpo, nem rosto ela não tem identificação, não pode ser codificada de maneira precisa, é o instante que a tradução não alcança. É uma frequência-ritmo que muda de acordo com o movimento de guerra, fazendo sempre brotar e retomar as forças indígenas dos mundos. A força encantada **Alieníndi -  $\Delta$**  é “pensamento sem imagem”, pois não tem referencial fixo, ela é horizontes de eventos de mundos, possibilidades emaranhadas com campos de ação de vida. É força de perdição ao se olhar para o horizonte, não existe uma referência até que se escolha uma. Cada povo tem seu lugar de escolha no horizonte de eventos do campo da Terra, criando seu próprio horizonte de eventos, seus campos e suas experiências coletivas de espaço-tempo.

A energia está em constante mudança e movimento pois a retomada pede. A simultaneidade de deslocamento é diferente da historicidade-temporalidade do “mundo moderno”. “Agora” e “aqui e agora” são diferentes formas de se relacionar com as simultaneidades. As experiências coletivas de espaços-tempo dos mundos indígenas não estão contidas no conceito de “agora”, este refere-se à simultaneidade do “ao mesmo tempo”, essa é a historicidade-temporalidade artificial universal do “mundo moderno”. O “agora” está subordinado à lógica dual que subordina os outros mundos “ao mesmo tempo” de maneira universal.

O “aqui-agora” não está subordinado e nem subordina nenhum mundo às suas experiências coletivas de vida. O campo de simultaneidades

do “aqui-agora” é sentido e percebido numa singularidade coletiva e não serve a todos os povos, portanto, não existe um “ao mesmo tempo” que engloba todas as experiências coletivas plurais dos mundos indígenas. O “aqui-agora” tem caráter diferencial e não universal. O “aqui-agora” não tem rosto, não tem forma, não tem “ao mesmo tempo”, ele é cada singularidade coletiva diferente de relação com o movimento que acontece no momento. Percebemos esse movimento, por exemplo, no EZLN<sup>46</sup>, que busca se organizar e criar suas cosmologias a partir dessas relações diferenciais que não podem ser controladas nem identificadas.

O oitavo passageiro, **Alieníndi - Δ**, é a força de retomada ancestral de energia encantada que vive dentro do Estado-Mercado, mas não faz parte dele. A força que cria conexão com a força dos antigos, dos sonhos e dos encantados, fazendo brotar vida e mundos indígenas de dentro do Estado-Mercado “moderno”, rasgando o “mundo moderno” e sua história “oficial”. **Alieníndi - Δ** é um termo “substitutivo”, pois, a cada momento de retomada ele muda de campo e gravidade, eixo, interação, dimensão, natureza, brotando em outro local. Por isso, é uma força encantada não-local, que some e aparece e não pode ser capturada, controlada ou extinta.

O **Alieníndi - Δ** é força espiritual, linguagem energética conceitual de brotamento de mundos indígenas. Se o conceito ocidental de etnogênese é gênese social dos povos indígenas a partir do pensamento do “mundo moderno”, o **Alieníndi - Δ** é força de encantamento e brotamento cosmológico de mundos indígenas, é o aparecimento das singularidades de povos indígenas originários. Força que se articula com a Terra e acontece, arrastando consigo acontecimentos, perspectivas, memórias, durações, ancestralidades, oralidades, cosmologias e sonhos da Terra, propondo variações e agitações “quânticas” das relações de vida com a vida. O **Alieníndi - Δ** é uma “informação” indeterminável pelo “mundo moderno”, mas perceptível. Está ali transpassando e sendo atravessada pelos campos e horizontes de eventos de ação dos mundos possíveis. A força **Alieníndi - Δ não é perceptível pela “luz” do “mundo moderno”, ela só é sentida pela força encantada de conexão com os sonhos da Terra. É constante cosmológica de vida.**

---

<sup>46</sup>Exército Zapatista da Libertação Nacional.

Nossos mundos estão aparecendo em retomada, nossos povos estão buscando e invocando as forças da natureza, dos ancestrais e de seus encantados, rompendo com a historicidade-temporalidade do “mundo moderno”. Os povos em retomada não buscam semelhanças com o “mundo moderno”, trazem consigo, em retomada, seus mundos indígenas originários. Essa característica conceitual cosmológica do cotidiano de cada povo se torna uma “constante cosmológica” nos movimentos de retomada, por isso os movimentos de retomada nunca são individuais, sempre são coletivos, sempre trazem e fazem aparecer consigo horizontes de eventos e mundos indígenas.

Pensar os horizontes de eventos que mudam e criam retomando mundos indígenas originários, fazendo aparecer as singularidades dos povos no Nordeste, é pensar por outra natureza cosmológica de sentimento com a Terra. A força **Alieníndi - Δ** acontece em afinidades e percepções diferentes, em transpassagens entre naturezas e atravessamentos de ondas rítmicas de cada povo. O brotamento de povos indígenas com a força encantada dos ancestrais amplia o campo de ação da Terra contra a destruição que o “mundo moderno” causa. Nossos povos estão conectados pela rede emaranhada das *Afinidades percepçionais* com a Terra, a força que comanda os povos indígenas é a da Terra. Os modos de “orientação” do sentimento **Alieníndi - Δ** são plurais e criam as pluralidades dos mundos indígenas em retomada na guerra cosmológica dos mundos contra o “mundo moderno”.

## ΔALIENÍNDI - Δ: “ENERGIA INDI” CONTRA O “MUNDO MODERNO”

A energia **Alieníndi - Δ** é força encantada, “energia indi”, pois não interage com as “luzes” do “mundo moderno”, ela vem “de dentro” da Terra, das afinidades, dos afetos, das relações, dos cosmos, e está presente aqui-agora atuando. É força-movimento que se expande por rede de movimentos intensivos-afetivos. Age como “energia escura” que transpassa o MACROcosmo, alterando clandestinamente o funcionamento artificial da historicidade-temporalidade do Estado-Mercado, ampliando os limites entre as dimensões de percepção e perspectiva, criando novas visões de história e novos mundos, retomando a força dos povos da Terra.

Assim, em retomada, surge o alien-Tapuya, o selvagem, aquele que não se rende e não se sujeita ao “mundo moderno” e ao seu instrumento de operação que está encarnado no Estado-Mercado. O conceito de Tapuya, que traz consigo a retomada, simboliza o risco à soberania dos “donos do mundo”. Se o conceito “moderno” de etnogênese indígena é o surgimento ou reaparecimento social de uma nova etnia, o conceito **Alieníndi - Δ** é a força de brotamento conceitual dos mundos indígenas que impulsiona as retomadas, e o conceito de Tapuya é o brotamento conceitual e cotidiano de resistência dos povos indígenas originários contra o Estado-Mercado.

**O Alieníndi - Δ é um movimento singular de brotamento cósmico.** É uma “informação-energia”, uma força que está ali atravessando e sendo atravessada por todo o tecido da vida, sumindo, agrupando-se e aparecendo quando a ação de resistência se faz necessária. Se o iluminismo foi o advento da “luz” do “mundo moderno” do povo branco europeu ocidental, encarnado na colonização violenta do planeta, que destrói vários mundos transformando-os em propriedade e produção; a energia **Alieníndi - Δ** é o advento de retomada dos mundos indígenas originários, que atravessa e rasga o Estado-Mercado por dentro.

A energia **Alieníndi - Δ** orbita os horizontes de evento dos povos em retomada, é a força dos antigos aqui e agora, é o emaranhado dos troncos velhos com as pontas de rama que fazem brotar os mundos indígenas em retomada contra o capital.

Muitos dos nossos sábios podem em qualquer ponto do território em que vivem, estar sentados dentro de uma habitação e, ao mesmo tempo, fazer pensamento e meditar e visitar e sobrevoar regiões longínquas e visitar os nossos parentes e tomar contato com realidades que nem as fronteiras geográficas são capazes de marcar, de se interpor. (KRENAK, 2015, p. 154).

Cada povo indígena é uma frequência de vibração afim com a Terra. Somos “indivíduos” coletivos e para além do físico.

O espírito do nosso povo continua podendo viajar na face das águas, no vento, na floresta, através dos pássaros, através de muitos outros elementos da natureza. E eu tenho uma inabalável fé de que enquanto a gente puder fazer isso, o nosso



povo vai existir. Seja nesse pedaço de mundo que chamam de América, seja no pedaço de mundo que chamam de Ásia, de África, em todas as pequeninas ilhas espalhadas pelo mundo o nosso povo vai continuar existindo, vai continuar batendo o coração dessa gente e essa maneira de entender o universo. Ela transcende as ideologias e as formas de organização política dos brancos. (KRENAK, 2015, p. 154).

Seguimos brotando, amando e voando, com o vento, as aves, os espíritos das plantas, das montanhas, dos rios, dos nossos avós, dos nossos antigos. Seguimos sonhando os sonhos da Terra. Nossos povos entendem as diferentes frequências de mundos que habitam a Terra e fora dela. Temos *Afinidade cosmológica perceptual* com os sonhos da Terra, cumplicidade com tudo que vive, visível e invisível. **Somos povos que sonham, sonhamos com mundos possíveis, com um planeta onde caibam todos os mundos.**

# OS PORTÕES DO MUNDO

## (NARRATIVA DA RETOMADA DE MUNDO DOS TAKARIJÚ)

*Felipe Coelho Iaru Yê Takariju*

É bem no meio, antes do começo, bem perto do fim, na ponta da ladeira onde os mundos afloravam.

Eram caminhos na serra encantada, rios, cachoeiras e matas, as imagens foram criadas pelos que se encantaram.

É no encanto do caminho das madrugadas, pisando leve pelas estradas, as nuvens nos firmaram.

Somos o povo do céu, o povo das estrelas, o povo que vem com a força do trovão e dos raios, que ascende como relâmpago, mas continua brilhando como água cristalina de cachoeira.

De ponta a ponta, a montanha grande e forte  
nos ensina que a sorte é uma miragem  
e a morte só uma passagem.

O canto lindo das nuvens encantadas, de onde as vozes nos falaram:  
“pé no chão sem se calçar, senão nos param”.

O sentimento inspirado pelas nuvens de poeiras d’água, vindas das cachoeiras que banham com energia a Serra Grande.

Na Serra Grande, tudo se mexia, as matas, as cachoeiras, tudo floreira.  
A onça suçuarana nos falava  
ensinando seus encantos e como não se render  
E os tamanduás bebiam conosco ensinando a festejar.



O céu e as estrelas nos acolhiam em sua imensidão, nos ensinavam  
no seu silêncio.

As luzes do céu afirmam que somos seus filhos.

Eram caminhos sem começo ou fim, as fronteiras se ocultavam.

Tudo alcançava o dia e a noite, o tempo era menino e aqui-agora  
todos brincavam.

Numa linha emaranhada onde todas as pegadas juntas demarcaram.

O movimento do canto e do chão, pisar e juntar as mãos, numa só  
voz gritavam.

O dia lindo, tinha voz e falava, o sol forte clareava e os olhos se  
despertavam.

A vista limpa cheia de amplitude, e no amanhecer os horizontes  
brotavam.

O vento fino, frio e de assobio forte

organizava e criava vida a partir da morte.

A chuva forte regava o chão e fazia brotar na mão os mundos e as falas.

A mata densa, a montanha forte, os povos que vivem são todos  
encantados.

*“Uma semente no meio da poeira*

*Chã da lavoura primeira*

*Meus avós dançaram”*

E do escuro num grito de lampejo de mundo meus avós criaram.

*“[...] era uma festa*

*Chegada e partida*

*Saudações e despedidas*

*Meus avós choraram”*

Era uma festa, sem tempo, nem fim, de lembranças e encantos.

Era uma roda gigantesca e forte que criava e rodava flores circulares.

Uma energia de amor bem forte, cantada numa só voz de alcance  
além da morte.

O canto forte, rasgava a carne e atravessava a morte ativando a alma.

O maracá tremia que tudo vibrava.

O chão, a fumaça, a poeira, as nuvens, o céu e as estrelas, tudo estava  
ali dançando na criação do mundo que os avós contaram.

O buriti, a gameleira e o carnaubal, ordenam nosso mundo plantado  
pelos avós e pelos que se encantaram.

E os lanceios de estrondo do nascer quando se vem um mundo, na  
Terra ecoaram.

Era uma dança, um ritmo forte que passou o sentimento dos que se  
encantaram.

O movimento sem começo e sem fim fez quebrar enfim a cabaça  
do maracá,

As sementes e o pau caíram no chão.

A semente brotou

O pau fincou e firmou a retomada do mundo dos Takarijú da Serra  
Grande.

*“Ah, se eu pudesse*

*Só por um segundo*

*Rever os portões do mundo*

*Que os avós criaram.”<sup>47</sup>*

Os portais dos mundos, meus avós abriram.

---

<sup>47</sup> As citações, no poema, são referentes à música **Vale do Jucá**, de autoria de Sérgio Roberto Veloso de Oliveira, conhecido artisticamente como Siba Veloso.

# REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARRUTI, José Maurício Andion. “Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.” **Revista Estudos Históricos** 8.15 (1995): 57-94.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.v.2.

DI FELICE, M.; BRIGE, Marco F. **Votan Zapata - a marcha indígena e a sublevação temporária**. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, 2002.

GREENE, Brian. **O universo elegante: supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva**. Tradução de José Viegas Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak (Encontros)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

NEWTON, Isaac. **Principia: princípios matemáticos da filosofia natural**. Tradução de T. Ricci [et al.]. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1990.

PALITOT, Estevão Pinto (Org.). **Na Mata do Sabiá: Contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

POMPEU SOBRINO, Thomás. Os tapuias do nordeste e a monografia de Elias Herckman. **Revista do Instituto do Ceará**. p. 7-28, 1934. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apompeu-1934-tapuias/pompeu\\_sobrinho\\_1934\\_tapuias.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apompeu-1934-tapuias/pompeu_sobrinho_1934_tapuias.pdf). Acesso em: 19 ago. 2019.



ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017. Tradução de Silvana Cobucci Leite.

VELOSO, Sérgio Roberto. Vale do Jucá, In: SIBA- **Fuloresta do Samba**. Pernambuco: Produção Independente, 2002. 1CD. Faixa 11.

WATTS-POWLESS, Vanessa. Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não-humanos (a Primeira Mulher e a Mulher Céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250-272, Jan./Jun. 2017.



1 - Tataravó Maria Balbino da Conceição. 2- Bisavó Maria Vieira de Souza. 3 - Avó Maria Juraci Rodrigues Coelho. 4- Tia Avó Maria Aldeci de Sousa. 5- Mãe Regina Telma Coelho. 6- Bisavó paterna bisas Sensata. 7- Segunda mãe Ana Celia de Sousa. 8 - Felipe Coelho Iaru Ye Takariju.



Felipe Coelho Iaru Yê Takariju, indígena selvagem em retomada do povo Takariju, CE. Tataraneto de Maria Balbino da Conceição, Bisneto de Maria Vieira de Sousa, Neto de Maria Juraci Rodrigues Coelho e filho de Gonçalo de Oliveira Brito, Ana Célia de Sousa e Regina Telma Coelho.

Membro do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI) e estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG.

A *Coleção Retomadas* é pensada e desenvolvida por indígenas, para divulgar os saberes e conhecimentos indígenas. Objetivamos que essa divulgação impacte o espaço da universidade e também fora delas, alcançando todos os públicos. Encontramos aliados no Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI) que, numa ação genuinamente coletiva, abraçou nosso projeto como parte de um movimento muito maior de retomada, tornando-o possível. O CEAI é vinculado ao Programa de Extensão Laboratório de Estudo do Texto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

A coleção propõe apresentar e retomar outras perspectivas de vida, sensibilidade e pensamento trazidos pelos povos indígenas originários, por meio do questionamento da história “oficial” do “mundo moderno”, do relato das experiências coletivas indígenas de sentir e perceber a Terra e da expansão e apresentação das retomadas indígenas conceituais, buscando criar e ampliar áreas de pensamento acerca da própria Universidade e para além dela.

